



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

O impacto dos nacionalismos para a União Europeia e os seus valores: o caso do partido Frente Nacional/Reagrupamento Nacional em França.

Rita Silva Fialho

Orientador(es) | Evanthia Balla
Sílvia Roque

Évora 2024



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

O impacto dos nacionalismos para a União Europeia e os seus valores: o caso do partido Frente Nacional/Reagrupamento Nacional em França.

Rita Silva Fialho

Orientador(es) | Evanthia Balla
Sílvia Roque

Évora 2024



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Silvério Carlos Rocha-Cunha (Universidade de Évora)

Vogais | Evanthia Balla (Universidade de Évora) (Orientador)
Irene Viparelli (Universidade de Évora) (Arguente)

Agradecimentos

Primeiramente devo uma palavra de gratidão aos meus pais, pelo apoio incondicional em todas as horas tanto nos bons como menos bons momentos do meu percurso. A eles devo tudo aquilo que sou e que poderei vir a ser.

De outro modo, devo igualmente um enorme agradecimento às minhas orientadoras, professora Doutora Evanthia Balla e professora Doutora Sílvia Roque, pela atenção, disponibilidade e motivação que em muito me ajudaram nesta jornada e ainda pelos contributos que em muito relevaram o presente trabalho.

O meu muito obrigado a todos.

O impacto dos nacionalismos para a União Europeia e os seus valores: o caso do partido Frente Nacional/Reagrupamento Nacional em França.

Resumo

A ascensão dos partidos da extrema direita no espaço europeu, pela sua natureza nacionalista, racista e xenófoba, representa uma ameaça direta aos valores liberais que fundamentam os regimes democráticos e, numa visão ampliada, aos pilares fundamentais sob os quais se funda a integração europeia.

A presente dissertação visa analisar as repercussões práticas da ascensão dos nacionalismos para a continuidade do projeto europeu colocando em evidência o contraste existente entre a retórica dos partidos da extrema-direita, em particular do partido Frente Nacional/Reagrupamento Nacional e a dimensão normativa que o fundamenta. Intende, em traços gerais, refletir sobre as consequências efetivas que a retórica do partido representa para a reprodução das bases normativas e valorativas nas quais assenta o projeto europeu na sociedade francesa atualmente.

Palavras-chave: França; Frente nacional; Nacionalismo; União europeia; Valores europeus

The impact of nationalisms for the European Union and its values: the case of National Front/National Rally in France

Abstract

The rise of far-right parties in Europe, due to their nationalist, racist and xenophobic nature, represents a direct threat to the liberal values that underpin democratic regimes and, in a broader view, to the fundamental pillars on which European integration is based.

This dissertation aims to analyze the practical repercussions of the rise of nationalism for the continuity of the European project by highlighting the contrast between the rhetoric of far-right parties, in particular the french National Front/ National Rally, and the normative dimension that underpins it. It aims, in general terms, to reflect on the effective consequences that the party's rhetoric represents for the reproduction of the normative and evaluative bases on which the European project is based in French society today.

Keywords: France; National Front; Nationalism; European Union; European values

Índice Geral

Agradecimentos	3
Resumo	4
Lista de Abreviações, Siglas e Acrónimos	7
Introdução	8
Tema, contextualização e justificação.....	8
Objetivos da Investigação	9
Metodologia	11
Plano da Dissertação.....	11
Capítulo 1. A Extrema Direita: contextualização	12
1.1 Enquadramento conceptual	14
Capítulo 2. Enquadramento Teórico: a Extrema-Direita e conceitos associados 21	
2.1 Nacionalismo/Nacionalismos	21
2.2 Identidade e Identidade Nacional	26
2.3 Nativismos	29
2.4 Populismo	31
2.5 Relativismo Cultural	36
2.6 Políticas de Reconhecimento VS Políticas Assimilacionistas	38
Capítulo 3. A Extrema-direita e a União Europeia	41
3.1 A extrema-direita face aos valores da União Europeia.....	41
3.2 Os efeitos das crises para a integração europeia.....	45
O Republicanismo Francês: universalismo ou nacionalismo cívico?	50
O partido Frente Nacional/Reagrupamento Nacional	57
Contextualização e análise histórica	57
Evolução da narrativa da Frente Nacional/Reagrupamento Nacional.....	59
A Imigração e a questão da integração da comunidade muçulmana.....	61
O papel do género no crescimento do partido.....	70
O Euroceticismo.....	75
Conclusão	79
Referências Bibliográficas	81

Lista de Abreviações, Siglas e Acrónimos

AfD' – Alternative für Deutschland

EPP – Grupo parlamentar do Partido Popular Europeu no Parlamento Europeu

FDI – Fratelli d'Italia

FN – Frente Nacional

FPÖ – Freiheitliche Partei Österreichs

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCF – Partido Comunista Francês

PVV – Partij voor de Vrijheid

RN – Reagrupamento Nacional

S&D – Grupo parlamentar da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu

TUE – Tratado da União Europeia

UE – União Europeia

UKIP – United Kingdom Independence Party

Introdução

Tema, contextualização e justificação

A discussão sobre o reconhecimento, a identidade e o direito à diferença é um dos temas atuais que constitui a agenda política europeia. As mais recentes crises ocorridas em solo europeu, nomeadamente as crises financeira e migratória, colocaram novamente em evidência as fragilidades do projeto de integração europeia e contribuíram ainda para fomentar a distância entre as instituições que a enformam e o destinatário último das suas políticas, o cidadão europeu.

Paralelamente, o crescendo dos partidos da extrema-direita e das ideologias nacionalistas que se verifica de forma transversal no espaço europeu, sobretudo ao longo dos últimos quinze anos, constitui uma das realidades que caracteriza a contemporaneidade.

Historicamente, a ascensão da notoriedade dos partidos de extrema-direita na Europa remonta ao início da década de 80 do século XX. As primeiras manifestações da presença dos partidos da extrema-direita fizeram-se sentir nos países escandinavos, em particular, na Dinamarca e na Noruega logo no início da década de 70 do século XX (Betz, 1994). Posteriormente, a extrema-direita começou a assumir uma maior expressividade no início da década de 90 na Suécia, na Itália e, por fim, na Áustria. O partido austríaco de extrema-direita FPÖ (*Freiheitliche Partei Österreichs*), cujas origens remontam à década de 50, chegou a integrar um governo de coligação em 1983 e a ter resultados significativos nas eleições regionais de 1993, todavia começou progressivamente a entrar numa fase de declínio devido a cisões internas entre as lideranças. Paralelamente, na Alemanha o partido “*The Republikaner*”, cujas origens remontam ao início da década de 80, nunca obteve uma grande expressão no sistema partidário alemão estagnando em 1993 e 1994 (Betz, 1994).

Numa visão ampliada, desde a segunda metade do século XX que se registaram sucessivas vagas de emergência de partidos populistas na Europa. Num primeiro período, no decorrer das décadas de 70 e 80 foram fundados vários partidos como consequência das conjunturas económicas, sociais e culturais que se verificavam à época, nomeadamente os enormes fluxos de imigração (Albertazzi & Vampa, 2021). Em específico, as retóricas que fundamentam os programas políticos dos partidos da extrema-direita são construídas tendo por referencial ideais de carácter nacionalista, populista e nativista que se materializam na promoção enviesada de temáticas tais como a imigração,

a integração europeia ou ainda a diversidade cultural junto das populações fazendo-as crer que representam uma ameaça direta à sua identidade nacional.

A divergência entre estas retóricas e os valores que enformam a União Europeia na sua qualidade de ator normativo reside, portanto, na forma como instrumentalizam estes elementos como fonte de legitimação para a adoção de políticas com fins discriminatórios e segregadores que vão de encontro aos valores propagados pela União. De feição particular, a sociedade francesa é composta por um vasto conjunto de particularidades culturais e sociais resultante não só do seu passado histórico, em particular do período colonial, como também dos intensos fluxos migratórios que se fizeram sentir com maior incidência após a segunda guerra mundial, situação que gerou fortes ondas de contestação e ocupou grande parte do espaço mediático a partir da década de 80 do século XX.

Neste quadro diverso, o partido de extrema-direita com maior expressão na sociedade francesa, a Frente Nacional/Reagrupamento Nacional manifesta, de forma transparente, a existência de uma atitude nacionalista, xenófoba, nativista, assimilacionista, anti multiculturalista e antieuropeia ao atribuir, desde os seus primórdios, um lugar de destaque à preservação do legado cultural francês em detrimento de outras formas de expressão cultural na sociedade francesa.

Face ao exposto colocam-se as minhas questões:

- 1) Qual é o impacto dos movimentos nacionalistas para a União Europeia e os seus valores?
- 2) Quais são as consequências políticas da ascensão dos nacionalismos para a integração do projeto europeu?

Objetivos da Investigação

O avanço de uma abordagem à extrema-direita nacionalista nesta dissertação visa colocar em evidência o contraste existente entre o discurso da extrema-direita como forma de promoção da xenofobia, da intolerância e do racismo e os pilares valorativos e normativos que estão na génese do projeto europeu. Por acréscimo, permite analisar e avaliar, com maior clareza, as consequências políticas reais que esta narrativa revela para a integração do projeto europeu e, em termos latos, para a sobrevivência dos valores que constituem a natureza normativa na qual se funda a União Europeia.

A escolha da França e da sociedade francesa como pano de fundo para a presente análise prendeu-se por um conjunto de razões. Por uma razão histórica, dado os vários

acontecimentos que ocorreram no país e que marcaram profundamente a história da humanidade, em particular a Revolução Francesa e ainda pela memória histórica do período colonial, nomeadamente a questão da guerra de independência argelina; por uma razão étnica e cultural essencialmente pelas problemáticas sociais que a imigração em massa suscitou à época e que se ainda hoje se encontram recalçadas na sociedade francesa nomeadamente a relação entre a sociedade francesa e os vários grupos étnico-culturais e religiosos em particular com a comunidade muçulmana; pela forma transparente como o Estado interfere publicamente nas práticas costumeiras que caracterizam as expressões identitárias das comunidades religiosas; pelos episódios de violência e confronto entre os vários grupos que continuam a manifestar-se no contexto hodierno e, por último, pelos episódios de terrorismo que se verificaram e que se continuam a verificar em solo francês com maior intensidade desde o final da década de 80 do século XX, dado o efeito polarizador que provocam em termos sociais e culturais na sociedade francesa.

Em simbiose, a escolha do partido Frente Nacional/Reagrupamento Nacional justifica-se, pela sua durabilidade e estabilidade dado que é um dos partidos de extrema-direita mais antigos da Europa; pela consistência da sua linha ideológica e narrativa no tratamento das temáticas mais fraturantes da sociedade francesa; pelo crescimento exponencial da sua presença no sistema político-partidário francês com especial ênfase nos últimos 10 a 15 anos e, fundamentalmente, pela importância e simbolismo que este crescendo assume no contexto de um país fundador da União Europeia e que é um dos pilares centrais sob os quais gravita a integração e o projeto europeus.

Neste quadro, a presente investigação procura analisar e interpretar a realidade de crescimento do maior partido de extrema-direita francês, a Frente Nacional/Reagrupamento Nacional, na sociedade francesa e avaliar a forma como a sua narrativa nacionalista coloca em causa o modelo valorativo que está na natureza do projeto europeu e que serve de base fundacional para a sua legitimidade de atuação quer na esfera interna quer na esfera externa.

À luz deste panorama, a presente investigação terá por objetivos gerais: compreender a forma como os discursos nacionalistas e extremistas levados a cabo pelos partidos de extrema-direita fomentam uma leitura enviesada quanto às questões da imigração, integração europeia e diversidade cultural; evidenciar que os movimentos nacionalistas são promotores de políticas anti multiculturais, segregadoras e discriminatórias e, por último, entender as consequências políticas reais que advêm da ascensão dos movimentos nacionalistas para a União Europeia na sua qualidade de ator normativo.

Em jeito de síntese, a presente investigação será construída tendo por base a existência de três hipóteses de partida. A primeira é a de que os movimentos de natureza nacionalista, nativista e populista têm fins segregadores, anti multiculturalistas, xenófobos e racistas. Em sequência, os valores nos quais se fundam as narrativas nacionalistas vão de encontro aos valores preconizados pela União Europeia. Por fim, a ascensão dos nacionalismos materializada pelos partidos da extrema-direita tem consequências políticas reais para o processo de integração europeu.

Metodologia

Em resultado, do conjunto de ferramentas que melhor se adequa ao objeto de investigação no qual se debruça o presente trabalho, revela-se como o mais ajustado o método interpretativo, precisamente por ser uma investigação baseada em reflexões e interpretações acerca de um estudo de caso construídas a partir da leitura e de um quadro conceptual que visa “*understand identities, ideas, norms, and culture in international politics*”¹ (Lamont, 2015, p.36). Por forma a ir ao encontro dos objetivos traçados anteriormente, considerou-se mais vantajoso adotar uma abordagem qualitativa. A justificação desta escolha recai sobre o facto de a natureza do fenómeno estudado não ser passível de ser traduzida em números e consequentemente não permitir a interpretação “*da realidade social das pessoas, grupos e culturas*” (Santos & Lima, 2019, p.27).

Em questões de maior especificidade serão parte integral dos recursos metodológicos a exploração documental e bibliográfica e a título ilustrativo recorrer-se-ão a programas políticos. Os critérios de seleção dos autores recaem sobretudo na experiência e qualificação que detém ao nível académico nos domínios dos nacionalismos, extremismos, da União Europeia e dos seus valores e ainda do caso específico da Frente Nacional/Reagrupamento Nacional em França.

Plano da Dissertação

Primeiramente, procurará realizar um enquadramento teórico através da definição dos conceitos imprescindíveis para um melhor entendimento, análise e interpretação do presente objeto de estudo. Em seguida, apresentará e caracterizará os princípios basilares

¹ Tradução da autora: entender identidades, ideias, normas e cultura na política internacional.

e valorativos que fundamentam a ação da União Europeia bem como as principais problemáticas que o projeto europeu enfrenta. O terceiro momento obedecerá a uma linha cronológica dos acontecimentos por forma a demonstrar, com maior clareza, a evolução e mutação da narrativa do partido Frente Nacional/Reagrupamento Nacional em França desde o final da década de 90 até ao contexto atual. Neste, procurar-se-á, numa perspetiva dialogante, demonstrar o contraste entre a narrativa do partido Frente Nacional/Reagrupamento Nacional e os valores liberais que fundamentam e legitimam o projeto e integração europeia. Em sequência, terminará com um conjunto de considerações e reflexões finais sobre o presente objeto de estudo.

Capítulo 1. A Extrema Direita: contextualização

Perante este enquadramento geral, no contexto do objeto de estudo sobre o qual se debruça a presente dissertação, importa enfatizar os desafios decisivos que os partidos da extrema-direita colocam à dimensão normativa sob a qual se fundamenta a atuação da União Europeia e, em consequência, toda a evolução do seu projeto político. Iniciaremos assim a nossa abordagem com uma breve contextualização sobre o ponto de situação atual dos partidos da extrema-direita no continente europeu, com especial enfoque nos países onde detém maior expressão atualmente.

Na ótica de Betz (1994), o crescimento da extrema-direita europeia deveu-se essencialmente à incapacidade de resposta dos Estados em solucionar os desafios espoletados pela globalização e modernização, entre os quais, a enorme pressão que se verificou na classe média e ainda o aumento significativo dos fluxos migratórios.

Em moldes gerais, no entender de Christensen e Kowalczyk

“The ongoing process of globalization that the world is experiencing today implies the continuing expansion and intensification of economic, political, social, cultural and judicial relations across borders. Globalization is furthered by reductions in transportation and communication costs, the rise of new information technologies, such as the internet, and liberalizations in the markets for goods, services, labor, capital, and technology”². (Christensen & Kowalczyk, 2017, p.1)

² Tradução da autora: o processo de globalização em curso que o mundo vive atualmente implica a expansão e intensificação contínuas das relações económicas, políticas, sociais, culturais e judiciais para além das fronteiras. A globalização é promovida pela redução dos custos de transporte e comunicação, pelo surgimento

Em consequência, emergiram novas questões sociais e culturais, como por exemplo a sobrecarga da força de trabalho, que se materializaram em movimentos de contestação generalizada das populações, cuja expressão de revolta e indignação se canalizou no aumento da votação nos partidos da extrema-direita nestes países (Betz, 1994). À época, a narrativa dos partidos da extrema-direita cingia-se a uma narrativa comum que se centrava na incitação à xenofobia e anti-imigração, culpabilizando-os pelo aumento do desemprego e ainda pela sobrecarga do estado social (Betz, 1994).

É de frisar a forma e a prontidão com que os partidos da extrema-direita ajustaram, desde os seus primórdios, as suas agendas e narrativas políticas por forma a irem ao encontro do objeto da indignação popular e, fundamentalmente, como se apropriaram do tratamento de um conjunto de temáticas sensíveis no espaço mediático, tais como o euroceticismo, a imigração, a segurança, a diversidade cultural e religiosa e, em particular, a abordagem ao islão.

Numa linha de continuidade, os períodos de crise que se registaram em solo europeu desde o início do presente século até ao contexto hodierno, nomeadamente a crise financeira de 2008 e a crise migratória que teve o seu pico em 2015, contribuíram fortemente para a reafirmação dos partidos populistas de extrema-direita no panorama político-partidário de vários países do ocidente europeu. De feição particular, nos últimos 10 a 15 anos esta situação tem vindo a assumir particular destaque na França com o partido Frente Nacional/Reagrupamento Nacional, nos Países Baixos com o partido de Geert Wilders o *Partij voor de Vrijheid* (PVV), na Hungria com o *Fidesz*; na Áustria com o partido *Freiheitliche Partei Österreichs* (FPÖ), na Alemanha com o partido *Alternative für Deutschland* (AfD), em Itália com o partido *Fratelli d'Italia* (FDI), em Espanha com o partido VOX e ainda no Reino Unido com o partido UKIP.

Em simbiose, registou-se de igual modo um aumento da discussão das temáticas concernentes à integração e projeto europeus desde o início do presente século colocando a temática da União Europeia num lugar cimeiro da agenda de discussão política à escala nacional do Estados membros, especialmente em épocas eleitorais (Albertazzi & Vampa, 2021; Down & Joon Han, 2021; Mudde, 2020).

de novas tecnologias da informação, como a Internet, e pela liberalização dos mercados de bens, serviços, trabalho, capital e tecnologia.

1.1 Enquadramento conceptual

Em traços gerais, os partidos da extrema-direita europeia possuem uma estratégia comunicacional comum tanto em termos de substância, por exemplo nos conteúdos que consubstanciam os seus programas políticos, como na forma como os apresentam às massas.

Não obstante, permanece uma certa ambivalência teórica entre os autores da comunidade académica quanto à sua definição e categorização, especialmente dos pontos de vista semântico, ideológico e doutrinário. Com base neste pressuposto, revela-se de toda a conveniência e pertinência para a contextualização teórica do objeto de estudo sob o qual se centra a presente dissertação sublinhar o que os autores mais representativos entendem por extrema-direita e, concomitantemente, por partidos da extrema-direita.

O autor Cas Mudde realiza primeiramente uma distinção conceptual entre o termo “radical” que entende como “*as opposition to fundamental values of liberal democracy*” e o termo “direita” que, do seu prisma, significa “*(...) belief in a natural order with inequalities*”³ (Mudde, 2007, p.26). Tendo esta distinção como ponto de partida, trata de diferenciar a direita extremista da direita radical definindo que a primeira tem por objetivo último a rejeição da soberania popular e, fundamentalmente, toda a natureza valorativa e normativa que fundamenta a Democracia, partindo do pressuposto de que as desigualdades sociais que se verificam numa determinada sociedade quer de âmbito socioeconómico quer de classe surgem de forma natural e são positivas para a sociedade (Mudde, 2020). Na mesma linha, na ótica de Betz (1994) os partidos da extrema-direita manifestam “*rejection of individual and social equality and of political projects that seek to achieve it*” que se materializa numa acérrima “*opposition to the social integration of marginalized groups (...) appeal to xenophobia, if not overt racism and anti-Semitism*” (p.4).

Em reforço, Lochocki defende que “*Right-wing extremist parties are anti-democratic movements, running on a platform of ethnic, blood and soil racism*”⁴ (Lochocki, 2018, p.7).

Em comparação, a direita radical revela-se uma versão menos disruptiva, pois defende a maioria dos pilares valorativos da Democracia Liberal exceto os concernentes direta ou indiretamente aos Direitos das Minorias, ao Estado de Direito e ao Princípio da Separação

³ Tradução da autora: como oposição aos valores fundamentais da democracia liberal; como crença numa ordem natural de desigualdade.

⁴ Tradução da autora: os partidos de extrema-direita são movimentos antidemocráticos que se baseiam numa plataforma de racismo étnico, de sangue e de solo.

de Poderes (Mudde, 2020). Nestes dois conceitos, é de frisar o efeito polarizador que espoletam nas sociedades contemporâneas, em particular nas temáticas mais sensíveis que geram maior indignação para a opinião pública, tais como a imigração (Lochocki, 2018).

Importa também termos em linha de conta que a mobilização dos partidos da extrema-direita na atualidade transcende a mera dimensão partidária através da proliferação de movimentos sociais que, por si só, tomam forma de organizações autónomas de natureza extremista ou radical (Caiani & Weisskircher, 2022; Gattinara & Pirro, 2019). À luz dos elementos ideológicos e valorativos que tradicionalmente caracterizam a Direita no espectro político partidário, tais como o conservadorismo ou o tradicionalismo, importa distinguir os movimentos sociais de extrema-direita de natureza antidemocrática e antissistema, tais como os movimentos neonazi, dos movimentos de direita radical, cuja natureza se manifesta mais moderada e respeitadora dos valores básicos que enquadram a vida democrática tal como enfatizado anteriormente. O anonimato que caracteriza grande parte da sua atuação torna estes movimentos e organizações sociais no “braço operacional” por excelência dos partidos da extrema-direita, na medida em que atuam como autênticos núcleos mobilizadores e catalisadores de apelo ao extremismo junto das massas permitindo, de forma politicamente descomprometida, a rápida e eficiente difusão dos conteúdos da mensagem da extrema-direita (Caiani & Weisskircher, 2022; Gattinara & Pirro, 2019). Veja-se, a título ilustrativo, a crescente afirmação do movimento “*Alt-Right*”; “*The Identitarians*” sobretudo nos meios de comunicação digitais. É de notar que apesar de estes movimentos serem vistos como movimentos de direita radical são na verdade constituídos em grande parte por membros de partidos de extrema-direita, fator que dificulta a distinção e categorização efetiva destes movimentos entre de direita radical ou extrema-direita.

Pela sua natureza aparentemente apartidária, estes grupos contribuem para polarizar a opinião pública ao difundir desinformação e ao captar a atenção de um público muito específico que tem uma atração especial por conteúdos de natureza mais extremista (Krämer, 2017). Disseminam, de igual forma, nestas plataformas, conteúdos, na sua maioria falsos, sobre acontecimentos ou situações pontuais relacionadas com grupos minoritários ou pequenas comunidades, exacerbando o seu significado como forma de conotar o todo pela parte (Krämer, 2017). De igual modo, a alusão a acontecimentos ou figuras históricas subentende um apelo saudosista e emocional enfatizando o contraste entre um passado de glória e um presente de decadência (Engesser, et al. 2017). Em

resumo “*partisan media provide coverage of events and issues that are selected and framed in a way to confirm an ideological predisposition*”⁵ (Krämer, 2017, p.1302).

Por acréscimo, este movimento caracteriza-se pela utilização de um conjunto de referências históricas que vão de encontro à narrativa da União Europeia fixando-se, essencialmente, na acérrima oposição quanto à sua política migratória, culpabilizando-a pelo aumento dos fluxos migratórios e pela proliferação do terrorismo. Pela sua natureza e condição peculiares, as narrativas destes movimentos, quando conjugadas com temáticas que marcam o quotidiano da vida nacional, como por exemplo a economia, o desemprego, o estado social, a segurança ou o terrorismo, adquirem uma maior influência e aproximação na sociedade na medida em que ampliam o seu público-alvo e fortalecem a sua capacidade mobilizadora (De Bruin, 2022; Stockemer, 2017a).

Recuperando a nossa linha de pensamento, é oportuno ainda sublinhar um aspeto da dimensão doutrinária que integra a narrativa política dos partidos da extrema-direita, a alusão frequente ao cristianismo e às origens cristãs. A introdução da dimensão religiosa no seu discurso e, em particular, dos fundamentos do Cristianismo tem-se observado desde os anos 2000, com uma maior intensidade ao longo dos últimos 10-15 anos. O uso reiterado da religião Cristã Católica deve-se em grande parte a uma razão puramente estratégica com vista à concretização de objetivos políticos em resposta ao aumento da população imigrante, em particular de origem muçulmana (Fitzi et al., 2018b; Schwörer & Romero-Vidal, 2020). Contrariamente aos partidos de centro-direita, de esquerda e extrema-esquerda, os partidos da extrema-direita referenciam o Islão e a comunidade islâmica sempre de forma negativa e com uma conotação depreciativa (Schwörer & Romero-Vidal, 2020).

A religião Islâmica é percecionada como uma ameaça devido aos seus costumes e crenças e, sobretudo, à não separação das dimensões política e religiosa. Na ótica destes partidos, o crescendo da expressão da comunidade de muçulmanos na Europa constitui uma ameaça aos valores fundacionais da cultura europeia e da civilização ocidental, pelo que são incompatíveis e que por esse motivo devem ser reprimidos (Fitzi et al., 2018b; Heinisch et al. 2020).

Note-se ainda que os partidos de esquerda e extrema-esquerda tendem a fazer mais referências à secularização que os partidos de direita (Fitzi et al., 2018b; Schwörer & Romero-Vidal, 2020). Todavia, como iremos abordar numa fase posterior na presente dissertação, a realidade francesa é uma exceção na medida em que é o partido da extrema-

⁵ Tradução da autora: os meios de comunicação social partidários fazem a cobertura de acontecimentos e questões que são selecionados e enquadrados de forma a confirmar uma predisposição ideológica.

direita, Frente Nacional/reagrupamento Nacional, que menciona mais vezes o conceito de secularização e que mais alude aos valores seculares. A instrumentalização reiterada desta questão, no caso específico da FN/RN justifica-se, como iremos abordar mais adiante, pelo conflito social e identitário existente entre a comunidade/sociedade francesa e a religião Islâmica que permanece bem vivo desde a década de 80 do século transato até aos dias de hoje (Schwörer & Romero-Vidal, 2020).

No entanto, existe aqui um aspeto de particular relevância que julgo importante destacar. De um modo geral, as referências ao Cristianismo por parte destes partidos são feitas menos às suas práticas, elementos organizativos ou doutrinários do que normativos, valorativos e culturais, precisamente porque é esta dimensão que é a mais próxima da realidade, vivência e dos hábitos das populações. O apelo à dimensão religiosa junto das massas visa despertar uma expressão identitária mais profunda que transcende a dimensão prática da crença religiosa (Brubaker, 2017; Giorgi, 2021).

Em reforço da ideia transata, a utilização e incorporação do Cristianismo, na narrativa política destes partidos, justifica-se pela sua necessidade de recuperar os valores que enformam uma ideia civilizacional que distingue o ocidente do oriente, tais como a liberdade de expressão, o liberalismo, o secularismo e o progresso, valores que transcendem as unidades nacionais (Brubaker, 2017). Como sublinham os autores Schwörer e Romero-Vidal (2020) “*Constructing religious outgroups seems to be much more important to PRRP than creating a Christian ingroup*”⁶ (p.18).

De modo equivalente, um outro aspeto que contribui para o crescimento da afirmação dos partidos da extrema-direita é a ocultação da referência aos particularismos étnicos e culturais, postura que contrasta, largamente, com a atenção concedida pelos partidos de esquerda à proteção dos grupos minoritários e em cuja linha ideológica se insere, por tradição, a defesa do multiculturalismo (Cremer, 2022). Este aspeto tem vindo a assumir uma importância cada vez maior, uma vez que a extrema-direita pretende demonstrar ao eleitorado que a atenção concedida aos grupos minoritários por parte dos partidos de esquerda é percecionada como uma tentativa de secundarizar o grupo maioritário que define a sociedade (Cremer, 2022; Lochocki, 2018; Stockemer, 2017a).

Esta temática da integração social num contexto de diversidade cultural é uma temática cada vez mais central que deve ser tida em linha de conta nas agendas políticas europeias dado o enorme fluxo de imigração que se continua a registar no contexto hodierno. A tónica da problemática reside, fundamentalmente, na forma como os partidos da extrema-direita

⁶ Tradução da autora: a construção de grupos outsiders religiosos para ser mais importante para os partidos populistas da extrema-direita do que criar um grupo homogéneo Cristão.

apresentam a temática da imigração ao eleitorado ao advogar que o crescendo quantitativo das diversas comunidades culturais nos países significa a vitória do multiculturalismo e da desordem social. Este é o ponto onde os partidos de esquerda detêm uma maior fraqueza ideológica e doutrinária face aos partidos de direita e se revelam mais incapazes de responder perante a opinião pública. É tarefa da esquerda incitar, hoje mais que nunca, à tolerância e coexistência pacífica entre as comunidades e desmascarar a intenção da extrema-direita em conotar a imigração como ameaça à unidade nacional.

Gradualmente, sobretudo ao longo da última década, tem vindo a observar-se um esforço significativo por parte dos partidos da extrema-direita no ajuste da sua narrativa política às mutações da sociedade, ao seu progresso e à sua modernização de natureza cultural, social e política, levando-os a adotar posições menos tradicionalistas e conservadoras. Em jeito ilustrativo, observe-se a mudança no tratamento de temáticas como a defesa da preservação do modelo familiar tradicional para a defesa dos direitos dos homossexuais que se verifica em alguns dos partidos com maior expressão na Europa atualmente, revelando uma nova lógica de inclusão profundamente liberal. A modificação de atitude e a utilização destes novos elementos justifica-se, em grande parte, pela necessidade de acompanhar as mudanças e acontecimentos que pautam a agenda de discussão pública com vista à satisfação de objetivos políticos de natureza estratégica, tais como a captação da atenção do grande público ou de nichos da população e ainda o alargamento das características do seu eleitorado (Brubaker, 2017; Treib, 2021).

Sublinhe-se que foi precisamente este novo discurso mais moderado que contribuiu para que as suas ideias/conteúdos se inserissem, de forma mais rápida, na agenda política mais *mainstream*. O conteúdo da sua mensagem, ainda que de natureza radical e extremista, tem vindo paulatinamente a ser “normalizado” e, porque discutido cada vez mais vezes na opinião pública, obriga os partidos de centro-direita e centro-esquerda a adotar posições estratégicas e ideológicas diferentes daquelas que tradicionalmente adotariam. É de frisar, no entanto, que o facto de as linhas orientadoras da sua narrativa serem mais moderadas não significa, necessariamente, que o seu conteúdo chegue efetivamente a uma maior e mais diversa percentagem do eleitorado, porém resulta tendencialmente em ganhos significativos em período eleitoral (Brown et al., 2021).

Concomitantemente, os partidos da extrema-direita têm vindo a reforçar a sua postura eurocética nos últimos 15 anos, em contraste com os partidos da extrema-esquerda. Com especial enfoque, a temática da integração europeia é, de igual modo, uma temática recorrente dada a divisão de opiniões que espoleta na sociedade. A integração europeia significa, na ótica destes partidos, uma ameaça direta à democracia e soberania nacional

dos Estados membros que a compõem. A União Europeia é percebida como sendo o reflexo de uma elite que apenas tem em vista a satisfação dos interesses particulares e cujo projeto de integração tem o propósito de difundir “*machinations of cultural Marxist*” (De Bruin, 2022, p.59) que privilegia a diversidade cultural ao invés das verdadeiras raízes culturais europeias (De Bruin, 2022). Na sua essência, o centro de tomada de decisão de todo o aparelho da União Europeia, Bruxelas, é alvo de ataque por parte desta narrativa que considera as instituições europeias como más gestoras dos fundos públicos, corruptas e profundamente tecnocratas.

De acordo com a narrativa dos partidos da extrema-direita, a União Europeia (UE) na sua dimensão legislativa controla e ameaça as democracias na medida em que as torna dependentes da decisão de Bruxelas, enfraquecendo a lei/Direito Nacional (McMahon, 2022; Treib, 2021). Em específico, no que concerne a matérias de decisão intergovernamental, tendem a refletir posições menos integracionistas ou colaboracionistas, prevalecendo o interesse nacional sobretudo em matéria de interesses económicos (Csehi, 2023, p.228). De acordo com esta perspetiva, o projeto europeu e a evolução da integração europeia, constituem uma ameaça direta à soberania e autonomia dos Estados membros, na medida em que a arquitetura europeia força e limita a sua esfera de atuação reprimindo as ações dos Estados membros (McMahon, 2022).

A resposta da União Europeia à crise financeira que teve lugar em 2008 em solo europeu foi, na sua ótica, o reflexo do mau funcionamento das instituições, pois beneficiaram uma malha da população prejudicando os mais pobres (McMahon, 2022). De outro modo, a crise migratória que se regista até aos dias de hoje na Europa e teve o seu auge em 2015 como consequência da primavera árabe e da guerra civil da Síria, colocou e coloca os países europeus sob uma tensão e pressão internas enormes, principalmente nos países do Mediterrâneo onde se concentraram as maiores vagas, como a Grécia e a Itália (Fitzi et al., 2018b). Na ótica da extrema-direita, a abertura da UE aos fluxos migratórios prejudica largamente o bom funcionamento do aparelho europeu, pois as diferentes culturas e condições económicas que caracterizam os migrantes destabilizam os níveis de desenvolvimento dos Estados membros e, conseqüentemente, a Eurozona (Gattinara & Pirro, 2019; McMahon, 2022; Rodi et al., 2021). Na verdade, no entender de Davis, a questão que a imigração espoleta e as fissuras que provoca nas sociedades contemporâneas, deve-se a menos a questões de natureza económica, raça ou etnia do que de costume e de pertença (Fitzi et al., 2018b). Politicamente, a política europeia concernente à imigração teve e continua a ter conseqüências nefastas para as sociedades europeias, sobretudo na Europa ocidental, uma vez que espoletou um conjunto de narrativas responsáveis por provocar divisões na sociedade quanto à integração destes

migrantes (Fitz et al., 2018b). Numa visão ampliada, este é também um aspeto que fragiliza em muito a integração europeia, cuja forma de tratamento desta questão diverge em muito do traço normativo sob a qual se funda e no fundo a legitima.

Ainda assim, de um modo geral, os partidos da extrema-direita com maior expressão no continente europeu manifestam uma tendência cada vez mais reformista do projeto europeu ao invés da sua saída definitiva (Treib, 2021). Em alternativa, sublinham a necessidade de existência de um novo modelo europeu, um modelo menos integrado baseado apenas numa “*cooperação europeia intergovernamental*” voluntária e, portanto, menos controlador dos Estados membros (McMahon, 2022, p.16). Nesta aceção, defendem que este novo modelo deve cingir-se sobretudo à sua dimensão económica.

O fulcro da nossa problemática reside essencialmente neste aspeto. Em matéria ideológica, a oposição aos valores liberais que marca a narrativa dos partidos da extrema-direita aliado à sua linha nacionalista, eurocética e populista, espelha uma intenção clara em reduzir o grau de aceitação das populações perante a atuação e existência das instituições europeias e, em geral, da manutenção do projeto europeu. São autênticos veículos de desinformação que intendem o descrédito total da atuação da União contribuindo para fomentar o desinteresse generalizado das populações. Assim, a distância existente e que se revela cada vez maior entre o centro da decisão europeia e os principais destinatários das decisões que dele emanam, as populações, contribui para o crescendo da linha eurocética destes partidos tornando-a um fenómeno sistémico, de natureza durável e de longo prazo (Csehi, 2023; Treib, 2021).

Através de uma leitura enviesada da realidade, a extrema-direita continua a despertar a dúvida junto das populações fomentando atitudes de descrença generalizada que atentam diretamente contra a identidade e legitimação do projeto europeu. A sua narrativa subentende uma discriminação racial e étnica que quando associada a outros conceitos assume um carácter galvanizador.

Capítulo 2. Enquadramento Teórico: a Extrema-Direita e conceitos associados

2.1 Nacionalismo/Nacionalismos

Neste quadro diverso, revela-se fundamental definir os principais conceitos que contribuem para uma melhor e mais completa análise e interpretação da extrema-direita europeia e, em particular, a francesa.

Recuando até àquela que é a génese do complexo conceito de Nacionalismo, teremos obrigatoriamente de ter como ponto de partida o termo responsável por lhe dar forma, o conceito de Nação. Nas palavras de Gellner, Nação é uma *“large collection of men such that its members identify with the collectivity without being acquainted with its other members, and without identifying in any important way with sub-groups of that collectivity (...)”*⁷ (Gellner, 1987, p.6). De outro modo, na ótica de Balibar e Wallerstein, o conceito de Nação *“(...) is related to the political superstructure of this historical system, the sovereign states that form and derive from the interstate system”*⁸ (Balibar & Wallerstein, 1991, p.79).

No entender de Benedict Anderson, Nação define-se por: *“uma comunidade política imaginada” (...)* *“como intrinsecamente limitada e soberana”* sendo que *(...)“na mente de cada um existe uma imagem da sua comunhão”* (Anderson, 2005, p.25).

Na mesma linha, para Smith, Nação define-se como *“(...) any social group with a common and distinctive history and culture , a definite territory , common sentiments of solidarity , a single economy and equal citizenship rights for all members”*⁹ (Smith, 1979, p.87). Reforça dizendo que *“state-to-nation’ route only worked in the context of implicitly shared meanings and values, with common myths and symbols”*¹⁰ (Smith, 1986, p.136).

Castoriadis acrescenta que na ideia de Nação está contida uma referência imaginária a uma *“história e passado comuns”*, sendo que *“every society defines and develops an image of the natural world, of the universe in which it lives, attempting in every instance to make of it a signifying whole”* (Castoriadis, 1997, p.96).

⁷ Tradução da autora: grande coleção de homens, de tal forma que os seus membros se identificam com a coletividade sem conhecerem os seus outros membros e sem se identificarem de forma importante com subgrupos dessa coletividade.

⁸ Tradução da autora: está relacionada com a superestrutura política deste sistema histórico, os Estados soberanos que formam e derivam do sistema interestatal.

⁹ Tradução da autora: qualquer grupo social com uma história e uma cultura comuns e distintivas, um território definido, sentimentos comuns de solidariedade, uma economia única e direitos de cidadania iguais para todos os membros.

¹⁰ Tradução da autora: a via "de Estado para nação" só funcionou no contexto de significados e valores implicitamente partilhados, com mitos e símbolos comuns.

Na perspectiva de Brubaker, a Nação é "(...) *conceived as collective individuals , capable of coherent, purposeful collective action*"¹¹ (Brubaker, 1996, p.14) .De um modo idêntico, Anderson (2005) sublinha que à ideia de Nação subjaz uma concepção continuada e homogênea do tempo que contribui para a construção de uma noção de intemporalidade e, portanto, uma aceitação generalizada quanto à validade e contemporaneidade do conceito. No seu entender "*Se os Estados-Nação são amplamente reconhecidos como novos e históricos, as nações às quais dão expressão política surgem sempre como emanações de um passado imemorial*" (...) *movem-se gradual e imperceptivelmente em direção a um futuro sem limites*" (Anderson, 2005, p.33).

Em reforço, Balibar e Wallerstein acrescentam que

"Every social community reproduced by the functioning of institutions is imaginary (...) based on the projection of individual existence into the weft of a collective narrative, on a recognition of a common name and on traditions lived as a trace of an immemorial past".¹² (Balibar & Wallerstein, 1991, p.93)

Em sequência, o conceito de Nacionalismo assume, portanto, uma outra forma mais profunda e de maior complexidade. Para Smith (1979) o Nacionalismo é "*single ideological family with its special vision , culture, solidarity and programme*" (...) "*is a doctrine of the history and destiny of a nation*" (...) "¹³ (p.13). Do prisma de Gellner, Nacionalismo é um "princípio político" que transparece "(...) *anonymous, internally fluid and fairly undifferentiated, large-scale, and culturally homogeneous communities appear as the only legitimate repositories of political authority*"¹⁴ (Gellner, 1987, p.9).

Neste ponto, Brubaker acrescenta ainda que o Nacionalismo é uma "(...) *form of remedial political action*" que pode ser dividido em duas categorias "(...) *as polity seeking or polity upgrading (...) that aim to establish or upgrade an autonomous national polity ; and polity based , nation shaping (or nation promoting) nationalisms that aim to nationalize an existing polity*"¹⁵ (Brubaker, 1996, p.79). Dito de outro modo, na perspectiva de Pratt "*Nationalism is*

¹¹ Tradução da autora: cada sociedade define e desenvolve uma imagem do mundo natural, do universo em que vive, tentando em todos os casos fazer dele um todo significativo.

¹² Tradução da autora: toda a comunidade social reproduzida pelo funcionamento das instituições é imanente (...) baseada na projeção da existência individual na trama de uma narrativa coletiva, no reconhecimento de um nome comum e nas tradições vividas como vestígio de um passado imemorial.

¹³ Tradução da autora: uma única família ideológica com a sua visão, cultura, solidariedade e programa específicos" (...) "é uma doutrina da história e do destino de uma nação.

¹⁴ Tradução da autora: princípio político" (...) que transparece "(...) as comunidades anónimas, internamente fluidas e bastante indiferenciadas, em grande escala e culturalmente homogêneas, aparecem como os únicos depositários legítimos da autoridade política".

¹⁵ Tradução da autora: forma de ação política corretiva; como os nacionalismos de procura de um Estado ou de elevação do Estado (...) que visam estabelecer ou elevar um Estado nacional autónomo; e os nacionalismos

the process whereby a culture is endowed with a political roof(...) *“which emerges in a recent period in association with the emergence of new social boundaries and rapid economic change”*¹⁶ (Pratt, 2003, pp.4 e 7). Por acréscimo, os autores Balibar e Wallerstein acrescentam ao conceito um outro elemento apontando que se trata de um *“(…) product of a fictive ethnicity”*¹⁷ (Balibar & Wallerstein, 1991, p.49).

Os autores Kupchan, De Cleen e Stavrakakis consideram que o Nacionalismo é uma ideologia construída em torno de um apelo ao sentimento de pertença, de lealdade e ainda de uma identidade política comum que se apresenta como superior às diferenças sociais ou de classe que caracterizam uma determinada população (De Cleen & Stavrakakis, 2017; Kupchan, 1995). Na ótica de Breuilly, o Nacionalismo é *“a form of politics”* que resulta da ideia *“of the ruled society which might only be definable in terms of its culture; of the sovereign territorial state; of a world made up of such states in competition with one another”*¹⁸ (Breuilly, 1993, p.375).

Perante este enquadramento geral, o discurso nacionalista é construído tendo por base uma identidade política que resulta de uma relação espacial que opõe os membros que constituem uma nação dentro de um determinado território e os membros que se encontram fora dos limites definidos, isto é, os estrangeiros (De Cleen & Stavrakakis, 2017). No que concerne a esta vertente mais segregacionista do conceito, no entender de Cuche *“a ideologia nacionalista é uma ideologia de exclusão das diferenças culturais. A sua lógica extrema é a da purificação étnica”* (Cuche, 2006, p.144)

Na mesma linha, Heinisch, Massetti & Mazzoleni notam que *“(…) majority nationalists tend to target ethno-territorial minorities that are perceived as a threat to national integrity, either because of their own strength or because they are protected/supported by a neighboring (kindred) state”*¹⁹ (Heinisch et al. 2020, p.8).

No entender de Anderson, um dos fatores que fomentou o sentimento de consciência nacional foi precisamente o *“impacto da Reforma”* e o *“capitalismo de imprensa”* que, uma vez alinhados, serviram de instrumento persuasor e de apoio às massas em matéria de

de base política, de formação da nação (ou de promoção da nação) que visam nacionalizar um Estado existente.

¹⁶ Tradução da autora: o nacionalismo é o processo através do qual uma cultura é dotada de um teto político“(…) “que emerge num período recente em associação com a emergência de novas fronteiras sociais e de rápidas mudanças económicas.

¹⁷ Tradução da autora: produto de uma etnia fictícia.

¹⁸ Tradução da autora: uma forma de política; da sociedade dominada, que só pode ser definida em termos da sua cultura; do Estado territorial soberano; de um mundo constituído por esses Estados em concorrência uns com os outros.

¹⁹ Tradução da autora: os nacionalistas maioritários tendem a visar as minorias etno territoriais que são consideradas uma ameaça à integridade nacional, quer devido à sua própria força, quer porque são protegidas/apoiadas por um Estado vizinho (parente).

política e assuntos religiosos (Anderson, 2005, pp.67-68). Historicamente, aponta que a utilização gradual dos vernáculos linguísticos, impulsionado pela imprensa ao longo dos séculos XVII-XIX contribuiu, em simultâneo, para o fomento de pequenos vestígios que rapidamente se transformaram em elementos de identidade nacional e ainda para a ideia de unidade e de Nação dos respetivos territórios (Anderson, 2005).

De referir que independentemente do maior ou menor grau de flexibilidade que caracteriza o tipo de nacionalismo quanto a este aspeto continua a ser utilizado pelos partidos da extrema-direita para enfatizar uma perspetiva dualista entre o membro e o não membro da nação (De Cleen & Stavrakakis, 2017; Heinisch et al., 2020). É precisamente neste ponto que a retórica destes partidos é mais extremista ao conjugar atitudes e discursos de natureza xenófoba, racista e intolerante canalizados para as comunidades de imigrantes e, fundamentalmente, de descendentes.

À luz desta ideia, como reconhece Hobsbawm (2004) a estabilidade no relacionamento interétnico ocorrerá se a sua relação com a cultura dominante for de subalternização e complementaridade, isto é, se a sua classe se cingir ao preenchimento de nichos e funções específicas na sociedade ao invés de almejar competir com a comunidade dominante, nomeadamente em termos culturais, políticos ou sociais como em contexto laboral. Porém na realidade

”as populações de grandes Estados-Nações territoriais são na sua maioria demasiado heterogéneas para reivindicarem uma etnicidade comum, mesmo que deixemos de lado a moderna imigração” (...)” a história demográfica de grande parte da Europa tem sido tal que sabemos quão multifacetadas podem ser as origens dos grupos étnicos”. (Hobsbawm, 2004, p.58)

Em termos teóricos, a ideologia nacionalista é composta por uma dimensão emocional que, quando conjugada na retórica dos partidos da extrema-direita, poderá assumir rapidamente a forma de apelo ao ódio, à aversão ou, em contraste, à solidariedade e à compaixão junto da população consoante o contexto económico, social e histórico que se verifica num dado momento ou época (De Cleen & Stavrakakis, 2017). Estes sentimentos são geralmente canalizados para grupos específicos da sociedade culpabilizando-os pela situação menos favorável do país ou pelo adiamento da concretização do projeto do ideal nacionalista. Em simultâneo, a mutabilidade dos acontecimentos e das agendas políticas que caracterizam a vida nacional e europeia obriga, naturalmente, a que exista uma alternância das ferramentas de promoção e comunicação deste sentimento junto das massas e a uma

renovação constante dos símbolos, imagens e narrativas ao longo do tempo (Hobsbawm, 2004; Kupchan, 1995).

Não sendo exaustivos na análise, abordaremos as aceções do conceito de Nacionalismo que se revelam mais profícuas para o enquadramento teórico que envolve o presente objeto de estudo. Em traços gerais, a distinção entre nacionalismo étnico e nacionalismo civil ou cívico reside no elemento central que define a correspondência entre o Estado e a Nação. O primeiro define-se tendo por base o apelo à primazia dos elementos comuns que definem o grupo ou cultura dominante, como por exemplo a religião, a língua, a etnia, as características físicas e antepassados comuns. Neste plano, a cultura dominante tende a ser segregadora ao excluir os grupos sociais subalternos que possuam origens culturais e étnicas diferentes das dominantes, ainda que sejam parte integrante da população desse mesmo país (Heinisch et al., 2020; Kupchan, 1995; Loch, 2018). De outra perspectiva, no entender de Kupchan (1995), o segundo tem por base o apelo ao sentimento de cidadania e participação política das massas independentemente das suas origens étnicas ou culturais, recorrendo aos elementos que constituem a base sobre a qual assenta a comunidade política como um todo. Mais concretamente, apela à participação cívica, aos valores políticos comuns e a uma língua comum como garante da manutenção e do bom funcionamento da unidade do Estado (Kupchan, 1995).

Nesta linha, os movimentos de massas que têm origem espontânea na sociedade civil de que são exemplo os movimentos nacionalistas têm por objetivo exacerbar este sentimento de identidade coletiva por forma a associar as populações a uma linha ideológica específica de identificação política (Kupchan, 1995). Será conveniente acentuar que aos movimentos e ideologia nacionalistas está intimamente ligada a intenção de preservar uma cultura de origem e, por conseguinte, de salvaguardar os padrões valorativos e morais que a caracterizam.

Na perspectiva dos partidos de extrema-direita, o nacionalismo é apresentado como sendo uma reação necessária ao fenómeno da Globalização que se materializa, na sua ótica de forma justificada, em formas estruturais de discriminação racial e étnica para com os grupos mais vulneráveis servindo, na generalidade das vezes, como bode expiatório para os problemas de uma determinada região ou país (Loch, 2018). É aqui que reside o perigo do crescendo da retórica da extrema-direita enquanto veículo precursor da intolerância, do racismo e da xenofobia, pois acumula na sua utilização o apelo a um sentimento de exclusão identitária mais profundo. Como sintetiza Kupchan: "*members of minorities,*

whether ethnic or social or even political, will find themselves suspect"²⁰ (Kupchan, 1995, p.63).

Em resumo, a forma como é utilizado o conceito de nacionalismo por parte dos partidos da extrema-direita subentende uma vertente segregadora que vai de encontro aos valores fundamentais da igualdade, do respeito pela diversidade e da integração minando o sentimento identitário e de pertença no quadro de uma sociedade cada vez mais multicultural e diversa como são as sociedades contemporâneas.

2.2 Identidade e Identidade Nacional

No seu âmago, esta intenção segregadora que subentende a retórica dos partidos da extrema-direita atualmente apela cada vez mais a uma dimensão identitária junto das populações e advoga que os grupos minoritários são uma ameaça à unidade nacional. Em coerência, dada a ambiguidade do conceito revela-se pertinente dialogar sobre o que se entende pelos conceitos de identidade e identidade nacional com o objetivo de compreender em que medida é que se ajustam ao contexto hodierno. Não sendo exaustivos na análise, exploraremos algumas das múltiplas aceções do conceito de identidade privilegiando aquelas que oferecem uma perspetiva mais global e completa para a análise do presente objeto de estudo.

Na sua essência, nas palavras de Charles Taylor identidade é *“a maneira como uma pessoa se define, como é que as suas características fundamentais fazem dela um ser humano”* (Taylor, 2004, p.45). Sob este ponto de vista, o processo de construção da identidade de um ser humano resulta da imagem construída pelo “Outro” acerca da nossa pessoa ou grupo social ao qual pertencemos e, sobretudo, do nível de reconhecimento que o outro nos atribui (Taylor, 2004). Contrariamente, o não reconhecimento promove uma leitura enviesada e distorcida da pessoa que somos ou do grupo social ao qual pertencemos (Taylor, 2004). Neste ponto, o autor Castoriadis reforça que cada indivíduo define a sua identidade e é definido pelos outros tendo por base o grupo, a coletividade ou a sociedade na qual se encontra inserido (Castoriadis, 1997).

No entender de Cuche

“A identidade social de um indivíduo caracteriza-se pelo conjunto das suas pertenças no sistema social: pertença a uma classe sexual, etária, a uma classe

²⁰ Tradução da autora: os membros das minorias, sejam elas étnicas, sociais ou mesmo políticas, ver-se-ão suspeitos.

social, a uma nação. A identidade permite ao indivíduo localizar-se no sistema social e ser ele próprio localizado socialmente”. (Cuche, 2006, p.136)

Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos a recontextualização das identidades como processo que resulta da intensificação dos movimentos de Globalização e de circulação de pessoas constitui uma afronta direta à forma liberal de Estado e sobretudo de Nação, obrigando-o a adaptar a forma como trata a nova realidade das multiculturalidades e diferentes identidades culturais que caracterizam as sociedades contemporâneas, sobretudo desde a década de 90 (Sousa Santos, 1997). No mesmo pensamento, refere que as identidades culturais não são estáticas e resultam de processos contínuos de transformação resultantes de várias mudanças históricas, políticas e culturais que ocorrem de época para época. Tal como sintetiza: “*Identidades são, pois, identificações em curso*” (Sousa Santos, 1997, p.119).

Em resultado, é através desta partilha de experiências e de interações interpessoais que se “*forma o horizonte dentro do qual os cidadãos da nação, querendo ou não, conduzem os discursos ético-políticos nos quais tentam chegar a acordo sobre o seu próprio entendimento*” (Taylor, 2004, p.144). Em detalhe, as identidades políticas comuns são definidas tendo por base “*a shared ethnicity, lineage, language, culture, religion, or citizenship*”²¹ (Kupchan, 1995, p.2). Complementarmente, no entender de Laclau esta identidade comum popular resulta da existência de um conjunto de insatisfações comuns que transcende o particular em nome de um universal comum, consolidando-se assim num sistema de identidade estável e numa forma particular de subjetividade política (Laclau, 2005). Nesta base, uma identidade coletiva pressupõe a existência de um sentimento de continuidade e intemporalidade que envolve um determinado grupo dominante no seio de uma sociedade. Tal como realçam Balibar e Wallerstein: “*The temporal dimension of pastness is central to and inherent in the concept of peoplehood*”²² (Balibar & Wallerstein, 1991, p.77).

Pela profundidade deste sentimento, as pessoas tendem a procurar ir ao encontro deste sentimento de pertença coletivo para se sentirem socialmente integrados num determinado contexto ou sociedade (Smeeke & Verkuyten, 2015). É nesta dimensão que se procuram enquadrar as retóricas dos partidos da extrema-direita ao fomentar uma identidade política

²¹ Tradução da autora: uma etnia, linhagem, língua, cultura, religião ou cidadania partilhadas.

²² Tradução da autora: A dimensão temporal do passado é central e inerente ao conceito de povo.

comum no contexto de sociedades multiculturais cada vez mais diversas, mesmo que isso implique a utilização de narrativas xenófobas, racistas e discriminatórias.

Numa visão mais ampla, a identidade nacional de um Estado na ótica de Cuche,

“mostra-se infinitamente mais rígido na sua conceção e no seu controlo da identidade que as sociedades tradicionais” tendendo “(...) para a monoidentificação, ou porque reconhece só uma identidade cultural capaz de definir a identidade nacional (caso da França) ou porque, admitindo embora um certo pluralismo cultural no interior de uma nação, define uma identidade de referência, tornada a única verdadeiramente legítima (caso dos EUA)”. (Cuche, 2006, pp.144-145)

De outro ângulo, a formulação e sobrevivência desta ideia ao longo do tempo resulta da conceção da existência de um “*Outro*”, isto é, da ideia de uma ameaça existencial à autodeterminação, estabilidade ou independência de uma nação. Como resume Kowert: “*national identity may refer either to internal coherence or to external distinctiveness*”²³ (Kowert, 1998, p.5). Em termos práticos, esta ideia reifica-se internamente nos grupos minoritários que compõem uma determinada sociedade, devido às suas origens étnicas, culturais e históricas distintas das do grupo dominante e externamente em nações rivais (Triandafyllidou, 1998). A tónica da problemática reside na forma como os partidos extremistas, principalmente os de direita, instrumentalizam para fins políticos a flexibilidade identitária que caracteriza a esmagadora maioria da população das sociedades no contexto hodierno.

A diferença na narrativa destes partidos entre a sua fase de criação a partir da década de 70 do século transato e as duas últimas décadas do presente século reside na intensificação da propagação das retóricas fundamentalistas das identidades nacionais de carácter profundamente nativista, xenófoba e racista. As crises que ocorreram nas últimas duas décadas no espaço europeu e as mutações sociais que daí decorreram à escala local e regional europeia, incrementaram esta ideia de “ameaça existencial” rapidamente utilizada por estes partidos como atentatórias à estabilidade e identidade que caracteriza um determinado grupo dominante (Smeeke & Verkuyten, 2015).

Os autores Smeeke e Verkuyten (2015) acrescentam ainda que esta ideia de ameaça que está no cerne da sua narrativa materializa-se numa agenda política composta por medidas de repressão e de não reconhecimento de grupos minoritários no contexto das sociedades

²³ Tradução da autora: a identidade nacional pode referir-se quer à coerência interna quer ao carácter distintivo externo.

européias contemporâneas, como por exemplo através da oposição à população muçulmana, pelo reforço da perspetiva nativista e, por conseguinte, pela resistência à integração europeia e aos valores fundamentais que estão no centro da sua origem. Em síntese *“elevated sense of collective self-continuity may be a mechanism through which social identity threat increases the tendency to protect in-group identity”*²⁴ (Smeekes & Verkuyten, 2015, p.175).

É a possibilidade de esta dimensão idealista se vir a concretizar e a introduzir em termos práticos nas sociedades contemporâneas, em específico na francesa, através de medidas e ações políticas segregacionistas e racistas que constitui um perigo para os valores fundamentais sob os quais se regem os regimes democráticos, tais como a tolerância, o respeito e a igualdade. A existência de padrões de comportamento semelhantes nos países europeus, nomeadamente os que registam um acréscimo da representação dos partidos da extrema-direita, comprova a fraqueza e incapacidade da União Europeia em se aproximar dos cidadãos e em apelar à sua participação política (Smeekes & Verkuyten, 2015).

2.3 Nativismos

De modo equivalente, a retórica da extrema-direita apela cada vez mais a um sentimento nativista junto das populações conjugando com questões de identidade. Neste quadro, o conceito de nativismo revela-se amplo e complexo na medida em que congrega um conjunto de aceções que se interrelacionam. Abordaremos aquelas que se revelam mais profícuas para a discussão do nosso objeto de estudo.

Segundo Bosniak (1997) mais importante que a sua definição em termos teóricos é a sua interpretação aquando da sua utilização, sobretudo quando enquadrada em narrativas políticas. Na sua perspetiva *“to claim that current anti-immigration discourse and policy are “nativist” is to say that they are beyond the normative pale and unworthy of either consideration or toleration”*²⁵ (Bosniak, 1997, p.283). No mesmo pensamento, nas palavras de Mudde, nativismo é *“an ideology, which holds that states should be inhabited exclusively by members of the native group (“the nation”) and that nonnative elements (persons and*

²⁴ Tradução da autora: o elevado sentido de auto continuidade coletiva pode ser um mecanismo através do qual a ameaça à identidade social aumenta a tendência para proteger a identidade do grupo.

²⁵ Tradução da autora: afirmar que o discurso e a política anti-imigração atuais são "nativistas" é dizer que estão para além do páldio normativo e que não são dignos de consideração ou tolerância".

*ideas) are fundamentally threatening to the homogenous nation-state*²⁶ (Mudde, 2007, p.19). Na perspetiva de Betz e De Genova, nativismo significa uma expressão de favorecimento e preferência explícita do nativo e da cultura nativa em detrimento do estrangeiro e da sua cultura (Betz, 2019; De Genova, 2016). Em resumo, cabe ao Estado o papel de *“promote and protect the well-being and welfare of their own citizens and to show unconditional partiality towards compatriots”*²⁷ (Betz, 2019, p.2).

A utilização de um discurso nativista que opõe o *“in group”* ao *“out-group”*²⁸ bem como de um discurso antissistema por parte dos partidos da extrema-direita visa fomentar a ideia da existência de uma ameaça externa que se reifica, por exemplo, na temática das migrações, em particular nos fluxos de imigração que se fazem registar na Europa. De igual modo é uma presença constante na narrativa destes partidos a referência a inimigos internos, isto é, à elite governante (Kinnvall, 2015).

Numa primeira aceção, o nativismo económico tem por fundamento a ideia central de que os fluxos migratórios provocam vencedores e vencidos no contexto de competição do mercado laboral, atribuindo aos imigrantes a ideia de que ocupam os postos de trabalho destinados aos cidadãos nacionais (Betz, 2019). A propaganda dos partidos da extrema-direita ofusca e distorce a verdadeira análise do seu impacto na dimensão económica de um país, apresentando e transmitindo na esmagadora maioria das vezes na opinião pública uma leitura oposta à realidade. Por acréscimo, o carácter sentimentalista e emocional que constitui a narrativa das mensagens de apelo nativistas provoca um sentimento de indignação junto das populações nativas, aspeto que é também instrumentalizado para fins políticos (Betz, 2019; Kinnvall, 2015). Numa outra aceção, o *Welfare Chauvinism*²⁹ tem por base a ideia de que a preservação da identidade nacional é fulcral para a estabilização e manutenção do Estado providência (Betz, 2019). Alega que os imigrantes não só não contribuem para o estado social como são os principais beneficiários das prestações sociais, em oposição à população nativa (Betz, 2019; Boeri, 2010). Numa última aceção, o nativismo simbólico advoga a preservação dos valores, tradições e evolução histórica das instituições que estão na base de uma determinada cultura e identidade (Betz, 2019). O destaque que atribui à noção de identidade coletiva dominante contribui para construir a ideia de Nação e de uma política de identidade comum (Betz, 2017; De Genova, 2016). Em adição, Newth acrescenta que o nativismo simbólico poderá ser um eufemismo de uma

²⁶ Tradução da autora: uma ideologia que defende que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros do grupo nativo (“a nação”) e que os elementos não nativos (pessoas e ideias) são fundamentalmente ameaçadores para o Estado-nação homogéneo.

²⁷ Tradução da autora: promover e proteger o bem-estar e o bem-estar dos seus próprios cidadãos e demonstrar uma parcialidade incondicional para com os seus compatriotas.

²⁸ Tradução da autora: dentro do grupo ou fora do grupo.

²⁹ Tradução da autora: chauvinismo assistencialista ou social.

ideologia racista e assumir uma forma diferente que transcende as referências à cor (Newth, 2023).

Globalmente, o ideal do projeto nativista tem como pressupostos centrais a ideia de que a identidade de um determinado grupo externo é incomparável e incompatível com a cultura nativa e ainda que a diversidade cultural e étnica existente numa determinada sociedade ou país representa uma ameaça direta à coesão e unidade nacionais. Numa visão ampliada, tem uma leitura homogénea e una da sociedade na qual prevalece uma cultura dominante. Desta forma, no contexto de uma democracia liberal, o nativismo ou as atitudes nativistas têm por premissa base a ideia de que os interesses do povo, dos nativos, devem prevalecer sobre os interesses dos estrangeiros e dos grupos minoritários. Assim, a integração dos estrangeiros depende da sua vontade em se assimilar à cultura e interesses da cultura nativa dominante. Exige-se, nesta perspetiva, à elite política e aos detentores do poder político a satisfação exclusiva dos interesses da nação e da população nativa em detrimento do reconhecimento dos direitos das minorias, dos grupos minoritários com origem no exterior (Kokkonen & Linde, 2023).

Deste ponto de vista, o sentimento nativista é segregador por natureza, uma vez que rejeita a interação e interseção entre as diferentes identidades e expressões culturais que caracterizam as diferentes comunidades e grupos minoritários no contexto das sociedades multiculturais. Neste pano de fundo, o seu apoio ao poder político, no contexto de uma democracia liberal, é, assim, diretamente proporcional ao conteúdo das decisões/medidas levadas a cabo pelo poder político. Por um lado, aumenta se forem ao encontro das exigências e dos interesses da população nativa, e, por outro lado diminui se a elas subjazem algum tipo de preocupação pela salvaguarda dos interesses das minorias (Kokkonen & Linde, 2023). Nesta linha, quando conjugados, o nacionalismo e o nativismo constituem as bases sob as quais assenta a ideologia da extrema-direita servindo de fonte de legitimidade para a adoção de medidas e ações de natureza xenófoba (Heinisch et al., 2020).

2.4 Populismo

Numa perspetiva semântica, a ambivalência e flexibilidade que caracterizam o conceito de Populismo conferem-lhe a possibilidade de assumir vários significados consoante o contexto histórico-cultural em que é referenciado ou aplicado para explicar uma determinada realidade ou reflexo social. O aprofundamento deste conceito no presente trabalho justifica-se pela forma como é utilizado juntamente com os conceitos de nacionalismo e nativismo por parte dos partidos da extrema-direita para fundamentar

medidas e ações de natureza discriminatória e racista. Nesta base, apresentaremos de seguida algumas definições do conceito de Populismo privilegiando as atinentes especificamente ao contexto e realidade europeia.

No entender de Mudde e Kaltwasser, o populismo é no fundo uma ferramenta política de mobilização das massas que argumenta que a política deve ser uma expressão da vontade geral das pessoas comuns (Mudde & Kaltwasser, 2017). Nesta base, pressupõe uma ideia de delimitação sociocultural e económica entre a população comum e a elite detentora do poder. Nesta ordem de ideias, os grupos minoritários cujas expressões identitárias se caracterizam por origens étnicas e culturais distintas da cultura dominante, constituem uma ameaça a esta ótica dualista (Heinisch et al., 2020).

Na ótica de Albertazzi e Vampa, o populismo pode subdividir-se em duas atitudes distintas: num populismo inclusivo no qual definem “*who belongs to the people, who should benefit from state resources and who should participate in the political process*”, e ,em contraste, num populismo segregacionista que “*actively target groups that are said not to belong to the community (...) arguing for their exclusion at the symbolic or political levels, or from the redistribution of resources*”³⁰ (Albertazzi & Vampa, 2021, p.4).

No contexto hodierno da realidade da Europa ocidental, os autores apontam que tanto os partidos da extrema-esquerda como os partidos da extrema-direita utilizam uma estratégia populista nos seus discursos. A diferença na sua utilização reside no enquadramento temático no qual se insere, sobretudo em matérias de imigração, economia, ambiente e de assuntos LGBTQI+. Em termos práticos é evidente que os partidos da esquerda radical tendem a manifestar uma atitude mais inclusiva e, em contraste, os partidos da direita ou extrema-direita uma postura mais segregacionista, nativista e discriminatória (Laclau, 2005; Marcos-Marne et al., 2022). Tal como atenta Betz, a narrativa populista caracteriza-se pelo “*unscrupulous use and instrumentalization of diffuse public sentiments of anxiety and disenchantment and their appeal to the common man and his allegedly superior common sense*”³¹ (Betz, 1994, p.4).

No entanto, para Laclau (2005) uma das principais críticas ao conceito é a de que, devido à sua ambiguidade, flexibilidade e efemeridade, o conceito de populismo pode ser utilizado em movimentos tanto de direita como de esquerda, uma vez que a construção do inimigo pode ser facilmente adaptada às duas narrativas. Tal como recorda Laclau (2005) “*there is*

³⁰ Tradução da autora: quem pertence ao povo, quem deve beneficiar dos recursos do Estado e quem deve participar no processo político; visar ativamente grupos que se diz não pertencerem à comunidade (...) defendendo a sua exclusão a nível simbólico ou político, ou da redistribuição de recursos.

³¹ Tradução da autora: utilização e instrumentalização sem escrúpulos de sentimentos públicos difusos de ansiedade e desencanto e pelo apelo ao homem comum e ao seu senso comum alegadamente superior.

a nebulous no-man's-land which can be crossed"³² (p.87). É um conceito que, pela sua condição peculiar, é incapaz de responder, de forma isolada, à complexidade das questões políticas que constituem a agenda de discussão das sociedades contemporâneas. Concretamente, os autores apontam que o populismo resulta da existência de um conjunto de insatisfações generalizadas da população quanto às problemáticas atuais que se verificam numa dada região ou país. Por sua vez, este sentimento solidifica-se num sistema estável de unificação simbólica contra o centro de poder e numa forma particular de subjetividade política (Laclau, 2005; Mudde & Kaltwasser, 2017). Em adição, as referências reiteradas à memória e aos acontecimentos históricos do passado são uma constante na narrativa populista com o objetivo de *"regenerate and reinforce past notions of belonging and inclusion, in particular when agents experience trauma and anxiety"*³³ (Steele & Homolar, 2019, p.216). A título ilustrativo, o populismo advoga que as pessoas comuns são as principais vítimas da intensificação do fenómeno da multiculturalidade na sociedade (De Cleen & Stavrakakis, 2017; Engesser, et al. 2017).

No fundo, as narrativas nacionalistas têm por base uma ideia fundamentalista das identidades nacionais que, em concreto, se traduzem em visões segregacionistas, discriminatórias, conservadoras e tradicionalistas da sociedade e, principalmente, defensoras do primado do Universalismo de uma cultura dominante (Johansson, 2022).

Em resumo *"populist totalities are invariably articulated within extant (nationalist) hegemonic arrangements that overdetermine their content"*³⁴ (Anastasiou, 2019, p.338).

Pela natureza do conceito em si, em particular pela sua condição de *"thin-centered ideology"*³⁵, pode ser facilmente integrado em jeito de complemento com outras ideologias ou conceitos de maior complexidade como meio para alcançar maior aproveitamento político (Loch, 2018; Mudde & Kaltwasser, 2017). Neste prisma, as narrativas nacionalistas, nativitas e populistas quando reunidas nos discursos e agenda políticas da extrema-direita, assumem um carácter segregador e discriminatório na medida em que se opõem de forma clara e transparente contra os valores basilares das democracias liberais (De Cleen et al., 2018). Da perspetiva dos partidos da extrema-direita, as políticas multiculturais são promotoras dos particularismos e significam uma ameaça à identidade nacional e à ideia

³² Tradução da autora: utilização e instrumentalização sem escrúpulos de sentimentos públicos difusos de ansiedade e desencanto e seu apelo ao homem comum e ao seu senso comum alegadamente superior.

³³ Tradução da autora: regenerar e reforçar as noções passadas de pertença e inclusão, em particular quando os agentes experienciam o trauma e a ansiedade.

³⁴ Tradução da autora: as totalidades populistas são invariavelmente articuladas com disposições hegemónicas (nacionalistas) existentes que determinam excessivamente o seu conteúdo.

³⁵ Tradução da autora: sentido figurado para ideologia ambígua e flexível.

de homogeneidade da sociedade (Johansson, 2022). Paralelamente, no que respeita à temática do Euroceticismo, a utilização da estratégia populista revela-se evidente na alusão constante à distância que separa a população, em particular, e os Estados membros, em geral, das instituições europeias com o objetivo de fomentar o ceticismo, a descrença e a desconfiança no projeto europeu. Na sua ótica, a União Europeia ameaça e condiciona os Estados membros atentando à sua autonomia e soberania nacional (Rodi et al., 2021).

Com especial enfoque, os meios de comunicação social são, no contexto hodierno, o meio difusor por excelência das narrativas e mensagens de natureza populista dos partidos extremistas, quer de esquerda quer de direita. De um modo geral, essencialmente os que se posicionam ideologicamente mais à direita, a comunicação dos candidatos através de conteúdos populistas tende a ser hostil, fortemente emocional, personalizada e com elevado número de referências ao medo e a acontecimentos pontuais que envolveram membros de grupos minoritários, essencialmente de natureza criminal (Nai, 2021). Em concreto, as redes sociais oferecem a possibilidade de, sem quaisquer filtros ou condicionalidades, difundirem ideias e mensagens mais rapidamente e mais facilmente junto da população. As mensagens de carácter populista poderão traduzir-se três vertentes de conteúdos: enquanto mera expressão da opinião generalizada da população; para fomentar a distância entre as elites e o povo e ainda com forma de discriminar os grupos minoritários dando prevalência aos assuntos da nação (Anastasiou, 2019; Hameleers et al., 2017; Hameleers & Vliegenthart, 2020).

Por acréscimo, estas plataformas permitem ainda a penetração dos conteúdos em novas franjas da população, dado o carácter transgeracional dos utilizadores no contexto contemporâneo. Fora dos condicionalismos impostos pelos jornais e demais meios de comunicação, o apelo às emoções nestas plataformas são uma constante, dado que espoletam de imediato reações de repressão, de natureza ofensiva e segregadora (Engesser, et al. 2017). Em traços gerais *“right-wing candidates are more likely to go negative and use fear appeals than left-wing candidates, but this difference ceases to exist once the populist nature of candidates is taken into account”*³⁶ (Nai, 2021, p.239).

Nestes meios de comunicação digitais, em particular, nas redes sociais, a alusão ao populismo é mais frequente pelos partidos da extrema-direita numa lógica *“top-down”*³⁷, desde as lideranças à militância (Engesser, et al. 2017; Krämer, 2017). Em detalhe, são feitas referências à elite política conotando-as como corruptas ou incompetentes; à elite

³⁶ Tradução da autora: os candidatos de direita são mais propensos a adotar uma atitude negativa e a utilizar apelos ao medo do que os candidatos de esquerda, mas esta diferença deixa de existir quando se tem em conta o carácter populista dos candidatos.

³⁷ Tradução da autora: de cima para baixo.

económica, os detentores de maior poder económico; às elites legais, isto é aos tribunais, advogados e juizes; às elites supranacionais tais como a União Europeia, apelidando-os de tecnocratas; à elite na comunicação social, acusando-os de enviesar e de impedir a difusão da mensagem para a opinião pública (Engesser, et al. 2017). Ao nível da militância, são comumente criados pequenos grupos ou núcleos de acesso restrito alusivos a temáticas de carácter xenófobo, racista e segregacionista nos quais se difundem conteúdos populistas em linha com a narrativa ideológica dos partidos da extrema-direita.

Uma das razões do aumento desta presença nos meios de comunicação social, em particular nos jornais, resulta da exigência da opinião pública como consequência do aumento quantitativo de apoiantes de partidos da extrema-direita (Hameleers & Vliegthart, 2020). Em particular, os jornais mais correntes, os designados “*tabloids*” tendem a usar métodos populistas devido ao seu conteúdo mundano de entretenimento de carácter menos informativo e profissional (Hameleers et al., 2017). Em jeito ilustrativo, como conclui o presente estudo realizado nos Países Baixos, desde 1990 até 2017 registou-se um aumento substancial da presença do populismo em linha com a narrativa dos partidos da extrema-direita, sob as três principais formas, nos jornais nacionais de maior tiragem tanto “*tabloids*” sensacionalistas como “*broadsheets*”, especialmente em períodos eleitorais (Hameleers & Vliegthart, 2020). A difusão destes conteúdos através dos meios de comunicação tem por efeito a polarização e segregação da sociedade, ao fornecer uma ideia enviesada da realidade. Fomenta, assim, o contraste na vertical e na horizontal (Hameleers et al. 2017). Contrariamente, a presença da narrativa populista da extrema-esquerda nos meios de comunicação social é menos visível do que a da extrema-direita.

Numa outra vertente, o populismo, quando aliado a fins comerciais, revela-se uma arma potentíssima de manipulação das massas e da opinião pública. Veja-se o fenómeno Donald Trump nas eleições Presidenciais de 2017 nos Estados Unidos (Volcic & Andrejevic, 2023). No entender de Volcic e Andrejevic , o populismo comercial é: “*the version of politics that aligns itself with the economic configuration of our current media ecosystem*”³⁸ (Volcic & Andrejevic, 2023, p.160). Em jeito ilustrativo, em períodos de crise, tais como a crise da Zona Euro em 2015-2016 registaram-se algumas semelhanças no que concerne à mediatização dos candidatos populistas nos países que foram mais fustigados pelas medidas de austeridade, nomeadamente na Grécia, em Portugal, na Irlanda, na Polónia e em Espanha (Salgado et al., 2022). De comum, eram noticiados de forma negativa nos jornais sendo que os jornais sensacionalistas o faziam de forma menos negativa que os

³⁸ Tradução da autora: a versão da política que se alinha com a configuração económica do nosso atual ecossistema mediático.

“*broadsheets*” e possuíam níveis mais elevados de personalização (Salgado et al., 2022). Em termos gerais, as pessoas que mais se familiarizam com atitudes populistas tendem a consumir mais conteúdos de entretenimento e “*soft-news*” (Hameleers et al., 2017, p.486), e, em oposição, o público que consome mais *Média* de carácter informativo tende a formular opiniões menos radicais e disruptivas.

Pela sua condição peculiar, as redes sociais e a cobertura mediática assumem uma importância fulcral no contexto hodierno para o sucesso dos partidos extremistas e atores populistas, na medida em que exercem uma influência direta no seu crescimento eleitoral (Salgado et al., 2022). Em suma, contribuem para alimentar fenómenos de polarização quanto às temáticas mais fraturantes que constituem a agenda política à escala nacional e europeia, tais como a questão da imigração e da integração dos grupos minoritários. De referir que, em consequência, reduzem a discussão da questão do multiculturalismo ao domínio político, questão que tem vindo a assumir cada vez mais relevância com a crise dos refugiados que perdura até aos dias de hoje em solo europeu.

2.5 Relativismo Cultural

A intensificação da transnacionalidade dos fluxos decorrentes do fenómeno da Globalização potenciaram a troca de experiências de carácter político, cultural, ideológico, social e económico nas sociedades contemporâneas. A progressiva erosão das fronteiras tradicionais do Estado contribui para que a discussão sobre o multiculturalismo transcenda o Estado-Nação e atinja diretamente as noções e expressões locais e regionais de identidade, tais como a Identidade Europeia.

Regionalmente, a intensificação da multiculturalidade e dos fluxos migratórios como consequência da intensificação do fenómeno da Globalização, coloca em causa a “*interpretação europeia e hegemónica dos direitos humanos*”, dado que contribui, indiretamente, para a existência de um maior número de perspectivas que vão ao ou de encontro às dominantes do ocidente (André, 2012). Internamente, em cada país esta questão coloca “*um grande desafio à tradição da democracia inspirada numa matriz liberal*” (...) “*tendo em conta a especificidade de direitos que reclama, face àqueles que essa tradição consagra e os valores em que baseia a respetiva nação de justiça e cidadania*” (André, 2012, p.106).

Numa perspectiva semântica, o conceito de Relativismo cultural, cujas origens se devem à contribuição de autores como Franz Boas e Ruth Benedict, remete para a ideia central de

que as ações do “*Outro*” devem ser entendidas à luz do contexto cultural no qual os atores em questão foram originalmente sujeitos ao processo de socialização.

Na ótica de Ruth Benedict

“A culture, like an individual, is a more or less consistent pattern of thought and action. Within each culture the come into being characteristic purposes not necessarily shared by other types of society” (...) “Cultures are more than the sum of their traits”.³⁹ (Benedict, 1934, p.33)

No fundo, as expressões culturais podem ser observáveis, através das práticas e dos costumes ou não observáveis, como por exemplo através do sistema de valorativo e normativo sob o qual se regem (Wrong, 1997).

Numa outra perspectiva, Modood apresenta a ideia de uma cidadania multicultural

“based on the idea that citizens have individual rights, but as individuals are not uniform, their citizenship contours itself around the specific individuals that make up a citizenry of a particular time and place. Citizenship is not a monistic identity that is completely apart from or transcends other identities important to citizens”⁴⁰. (Modood, 2019, p.136)

Em rigor, na sua aceção descritiva, o conceito de Multiculturalismo remete para a constatação da existência de diversidade étnica, religiosa, histórico-cultural ou ainda de nacionalidade numa dada sociedade numa determinada época. Diferente do conceito de multiculturalidade, o presente conceito refere-se ainda ao conjunto de práticas e planos estratégicos construídos em resposta aos desafios gerados pelas sociedades multiculturais (Johansson, 2022). No entender de Wrong (1997), o Multiculturalismo é a expressão política do Relativismo Cultural na medida em que reconhece o valor das políticas de identidade no contexto das sociedades culturalmente diversas. Em coerência, na sua aceção política, ao conceito de Multiculturalismo subjaz “*uma dimensão normativa ou prescritiva que estabelece um determinado desenho da sociedade e de comportamentos político-sociais perante a diferença*” (André, 2012, p.31).

³⁹ Tradução da autora: uma cultura, como um indivíduo é um padrão de pensamento e ação mais ou menos consistente. Dentro de cada cultura surgem objetivos característicos não necessariamente partilhados por outros tipos de sociedade (...) As culturas são mais do que a soma dos seus traços.

⁴⁰ Tradução da autora: a cidadania Multicultural baseia-se na ideia de que os cidadãos têm direitos individuais, mas, como os indivíduos não são uniformes, a sua cidadania desenvolve-se em torno dos indivíduos específicos que constituem a cidadania de um determinado tempo e lugar. A cidadania não é uma identidade monista que esteja completamente à parte ou transcenda outras identidades importantes para os cidadãos.

Para Verkuyten, a adoção de políticas multiculturalistas espelha uma intenção de *“political recognition and the ideological justification for affirming one’s ethnic identity and for valuing ethnic differentiation positively”*⁴¹ (Verkuyten, 2006, p.172). Em termos práticos, o Multiculturalismo tem um impacto direto na vida quotidiana dos países e particularmente dos regimes democráticos, uma vez que atenta diretamente contra a conservação das identidades socioculturais e às representações dos Direitos Humanos ao colocar em evidência o conflito entre o Universalismo e os particularismos ou entre igualdade e a diferença (André, 2012).

É a esta luz que se deve situar a reflexão sobre o Multiculturalismo nas sociedades contemporâneas e sobre o impacto das diferentes identidades culturais e sociais que nela se inserem.

De feição particular, a enorme vaga de imigração para o espaço europeu que se registou nas décadas de 70 e 80 do século passado e a crise migratória que teve o seu auge em 2015, mas que se verifica até aos dias de hoje, contribuem para a reintrodução desta temática na agenda de discussão pública no seio das sociedades contemporâneas. A tónica da problemática reside, portanto, na transformação de posições conservadoras ou progressistas que caracterizam o poder político em políticas ou medidas concretas que podem significar por um lado uma crítica às *“posições etnocêntricas”* ou, por outro lado, apoiar e utilizar *“instrumentos conceptuais de análise social tipicamente eurocêntricos”* (André, 2012, p.31).

2.6 Políticas de Reconhecimento VS Políticas Assimilacionistas

Em abstrato, a pluralidade e diversidade culturais entram em conflito com a ideia estática de nacionalidade e sobretudo de identidade nacional, dado que se manifestam em diferentes vertentes da vida em sociedade, como por exemplo a nível social, cultural, político e religioso (Coutinho, 2022). Neste quadro diverso, a tónica da problemática centra-se na aceção institucional do conceito de multiculturalismo que se traduz, materialmente, na forma de gestão e conciliação das políticas de igualdade e de diferença no contexto dos regimes democráticos contemporâneos.

Numa primeira linha de argumentos, a corrente do Multiculturalismo comunitarista defende a intervenção do Estado em favor das culturas minoritárias ameaçadas, perspetivando-o

⁴¹ Tradução da autora: o reconhecimento político e a justificação ideológica da afirmação da identidade étnica e da valorização positiva da diferenciação étnica.

como um garante da sua identidade étnica e cultural. Advoga que “o não reconhecimento é já uma ameaça e um atentado à igualdade de direitos” e “o inculcar de uma inferioridade perante as culturas expressamente reconhecidas na formação oficial” (André, 2012, p.32). Em reforço da ideia transata, Kymlicka aponta que, em termos práticos, “*even a causal inspection of the list of the countries wich are strong in their commitment to multiculturalism policies shows they are amongst the most peaceful, stable, and prosperous societies on planet*” (Kymlicka, 2000, p.136). De modo equivalente, Habermas aponta que os fenómenos do conflito pelo reconhecimento das identidades culturais significam desafios distintos quer se trate de minorias endógenas ou resultantes da imigração no contexto de países recetivos e abertos ou, pelo contrário, se trate de fenómenos que transpareçam um desfasamento quanto “à forma como um determinado país acomoda e integra as culturas estrangeiras” (Taylor, 2004, p.136).

Na ótica de Modood, a dimensão religiosa e valorativa assume um papel central no processo de construção do Multiculturalismo e só através do reconhecimento mútuo é possível edificar uma verdadeira Cidadania Multicultural. No seu entender, “*To be a citizen (...) is to have a double right: to be recognized and to debate the terms of recognition*”⁴² (Modood, 2019, p.137). No entender de Murphy, os críticos do Multiculturalismo estão focados apenas nas diferenças culturais em resposta ao argumento de que se trata de um ataque aos princípios do Multiculturalismo (Murphy, 2012).

Na perspetiva de Habermas, a integração dos grupos minoritários aos quais correspondem múltiplas identidades coletivas não deve ser assimilada com a integração política/normativa que engloba todos os cidadãos de forma igual sob pena de o Estado suprimir as suas reivindicações pelo reconhecimento mútuo (Habermas, 1994).

Numa outra linha de argumentos, a corrente crítica do Multiculturalismo acusa o Multiculturalismo Comunitarista de atentar diretamente contra a preservação da autenticidade da cultura original dominante precisamente por conceder importância às expressões e particularidades culturais no contexto das sociedades contemporâneas. Em traços gerais, os anti multiculturalistas defendem que as visões liberais de reconhecimento estão distantes da realidade uma vez que a maioria das culturas já é o produto de uma troca de interações entre várias culturas. Nestes termos, a adoção de políticas de reconhecimento contraria o tratamento igualitário porque favorece tendências isolacionistas contribuindo assim para fragmentar a identidade cultural original de uma sociedade, a sua homogeneidade e ainda impedir a interação transcultural (Waldron,

⁴² Tradução da autora: ser cidadão (...) é ter um duplo direito: o de ser reconhecido e o de debater os termos do reconhecimento.

1995). Entendem assim os autores que, numa última fase, as políticas de reconhecimento são por si só uma fonte de proliferação de estereótipos e de intolerância no seio de uma sociedade (Ford, 2005; Waldron, 1995). Em consequência, o Estado deverá assumir uma postura de neutralidade e não reconhecimento da especificidade e direitos de cada cultura, não só porque não conseguiria atender e considerar de igual forma as exigências de todas elas nas suas políticas como também porque colocaria em risco a sua própria neutralidade.

Como aponta Verkuyten, para o grupo maioritário é inconcebível que uma identidade coletiva permita o reforço dos ideais multiculturalistas enquanto para os grupos minoritários a identidade coletiva e o sentimento de pertença das populações são tanto mais fortes quanto mais potenciado for o reconhecimento da expressão identitária que os caracteriza (Verkuyten, 2006). Como reconhece Hobsbawm *“as comunidades e os grupos étnicos em sociedades modernas estão destinadas a coexistirem, seja qual for a retórica que sonhe com um regresso a uma nação sem misturas”* (Hobsbawm, 2004, p.149).

É neste aspeto que se inserem e se fortalecem as retóricas nacionalistas, nativistas e populistas da extrema-direita ao reiterarem que a diversidade cultural e o reconhecimento das particularidades culturais dos diferentes grupos étnicos invalidam a unidade nacional e enfraquecem os princípios fundamentais do estado de direito.

Neste pensamento, tal como aponta Cuche *“impõe-se portanto relativizar o Relativismo Cultural”*, isto é, adotar o Relativismo enquanto método, ideia e fonte de legitimidade que reconhece que *“qualquer conjunto cultural tende para a coerência e para uma certa autonomia simbólica que lhe confere o seu carácter original e singular”* e que por isso *“não pode ser analisada de forma independente do sistema cultural a que pertence”* (Cuche, 2006, p.180). Em jeito de conclusão, Verkuyten aponta para a necessidade de estabelecer a *“delicate balance between recognising differences and developing communalities”*⁴³(Verkuyten, 2006, p.178).

Podemos sintetizar as conclusões a retirar da argumentação até aqui desenvolvida dizendo que a conjugação dos conceitos de populismo, nacionalismo e nativismo por parte dos partidos da extrema-direita se revelam instrumentos fundamentais para a sobrevivência da estratégia mobilizadora da sua retórica. Mesmo que baseados em desinformação e retratos de realidades ficcionais é a esta luz que são interpretadas as principais temáticas que integram a agenda política atual (imigração, refugiados...) e são, posteriormente, difundidas junto da população. Quando integrados, estes conceitos então distintos assumem agora uma dimensão simbólica comum que servem uma retórica que se revela

⁴³ Tradução da autora: um equilíbrio delicado entre o reconhecimento das diferenças e o desenvolvimento das comunidades.

cada vez mais difícil de desconstruir dadas as reações rápidas que espoletam junto do eleitorado.

Capítulo 3. A Extrema-direita e a União Europeia

3.1 A extrema-direita face aos valores da União Europeia

No contexto atual, o apoio crescente que os partidos da extrema-direita têm vindo a obter ao longo das últimas duas décadas no seio das sociedades europeias é um sintoma de que apesar das transformações contínuas que ocorrem no espaço europeu devido ao fenómeno da Globalização, à intensificação dos fluxos migratórios e à diversidade cultural ,a perceção dos conceitos de Cidadania e Nacionalidade continuam a corresponder aos “quadros nacionalmente herdados (a filosofia, o idioma, a configuração)(...) endógenos ao espaço nacional “ e sobretudo “*não ligados aos fatores exteriores como por exemplo a Europa*” (Bertossi, 2012, p.48). Neste ponto, a ascensão dos partidos da extrema-direita e das ideologias nacionalistas, nativistas e populistas representa, numa visão ampliada, uma ameaça à base normativa sob a qual assenta o projeto europeu. A alusão reiterada a ideias como a ameaça da imigração ou o declínio da autenticidade das identidades nacionais têm vindo a ganhar cada vez mais apoio na população dos Estados-Membros e este é um aspeto que merece a nossa reflexão (Johansson, 2022).

Na sua essência, a base da ação da União é consubstanciada por um conjunto de princípios, como a promoção da Democracia, do Estado de Direito e ainda o respeito pelos Direitos Humanos que, por sua vez, se integram em objetivos mais gerais como por exemplo a promoção do progresso económico e social ou ainda da não discriminação. Estes encontram-se contemplados nos tratados e declarações sendo as principais linhas orientadoras das suas políticas, tanto na esfera interna como externa

Artigo 2º. “A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres.” (TUE, Versão consolidada 2016).

Artigo 21º. “A ação da União na cena internacional assenta nos princípios que presidiram à sua criação, desenvolvimento e alargamento, e que é seu objetivo promover em todo o mundo: democracia, Estado de direito, universalidade e indivisibilidade dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, respeito pela dignidade humana, princípios da igualdade e solidariedade e respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional”. (TUE, Versão consolidada 2016)

Os mecanismos de coação estabelecidos no Artigo 7º do TUE constituem o instrumento de responsabilidade formal pela violação dos valores descritos anteriormente por parte dos Estados membros. De modo equivalente, está descrito o seguinte no preâmbulo da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

“Consciente do seu património espiritual e moral, a União baseia-se nos valores indivisíveis e universais da dignidade do ser humano, da liberdade, da igualdade e da solidariedade; assenta nos princípios da democracia e do Estado de direito. Ao instituir a cidadania da União e ao criar um espaço de liberdade, segurança e justiça, coloca o ser humano no cerne da sua ação”. (Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, preâmbulo)

Advoga-se ainda, mais especificamente, a defesa dos direitos humanos, nomeadamente o Princípio da Não Discriminação explanado no Artigo 21º e o de respeito pela diversidade cultural, religiosa e linguística descrito no Artigo 22º.

Em termos práticos, a aplicabilidade deste conjunto de normas e valores manifesta-se em várias vertentes em simultâneo. Reflete-se na imposição de medidas de condicionalidade positiva presentes nas várias políticas enquanto instrumento que permite forçar os Estados a adotarem posturas de convergência com os valores promovidos pela União. Além de serem um requisito para a entrada na UE, os valores democráticos europeus são originalmente também parte integrante da identidade europeia, estão no cerne da atuação das instituições europeias e são, no seu âmago, os princípios norteadores das regras de convivialidade e comportamento relativamente ao cumprimento dos direitos humanos nas sociedades europeias contemporâneas. Estes estão contidos tanto ao nível vertical, dado que são promovidos pelas instituições europeias para o nível doméstico, como ao nível horizontal com um padrão valorativo que assegura a “*equality of transnational rights of individuals*” de que são exemplo o respeito pela diversidade (Cheneval et al., 2015, p.2). De modo equivalente, são uma das fontes da sua legitimidade de ação enquanto agente promotor dos direitos fundamentais em prol do “bem-comum” e não de particularismos culturais ou interesses exclusivos de uma Nação (Vasconcelos, 1999). Adicionalmente

podemos apontar a existência de uma coerência normativa e transversalidade em todas as políticas da União, desde a Política Agrícola Comum à Política Externa e de Segurança Comum [Artigo 216.º n.º2 TFUE e Artigo 24.º n.º3 do TUE ou ainda Artigo 29.º do TUE] ou ainda através da criação da cidadania europeia. No entanto, importa assinalar que, de feição particular, a iniciativa de criação de uma cidadania europeia não passou de uma tentativa fracassada de inculcar na população um sentimento de pertença e de identidade europeus ancorado num sistema de valores comum.

Com base nestes pressupostos, a União Europeia, na sua qualidade de ator normativo agrega o conceito de potência civil-militar no de potência normativa utilizando o fator económico numa lógica de *Soft power* com o intuito de “*alterar o papel de força nas relações internacionais*” e “*deslegitimar a política de poder*” (Ferreira, 2005).

Em reforço da ideia transata, no entender de Keukeleire e Delreux a União é

“an actor whose foreign policy is driven by identity and values rather than interests – can find ample evidence to support their claims in the growing role of political conditionality in agreements with third countries, in the insertion of social clauses such as labour rights or environmental clauses in multilateral agreements, and in the creation of specific instruments to promote democracy and human rights”⁴⁴. (Keukeleire & Delreux, 2014, p.327)

Em síntese, a União tem por fundamento uma “*expression in the charter of fundamental rights of the European Union adopted at the Nice European Council in December 2000*”⁴⁵ (Manners, 2002, p.244).

Nesta base, os valores que a União advoga e projeta na ordem interna devem continuar a ser defendidos sob pena de ver esvaziada a sua legitimidade de intervenção na ordem interna e, em consequência, questionada a sua atuação na esfera externa (Ferreira, 2005). Nas palavras de Ferreira (2005) “*A ação política coletiva passa, assim, a ser uma variável dependente da partilha de valores no interior das instituições e grupos sociais, o que lhe confere um carácter normativo e dinâmico*” (p.63). Regionalmente, a União Europeia é uma peça crucial no que concerne à promoção da coesão entre os Estados.

⁴⁴ Tradução da autora: um ator cuja política externa se orienta mais pela identidade e pelos valores do que pelos interesses - pode encontrar amplas provas para apoiar as suas reivindicações no papel crescente da condicionalidade política nos acordos com países terceiros, na inserção de cláusulas sociais como os direitos laborais ou as cláusulas ambientais nos acordos multilaterais e na criação de instrumentos específicos para promover a democracia e os direitos humanos.

⁴⁵ Tradução da autora: expressão na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, adotada no Conselho Europeu de Nice em dezembro de 2000.

De acordo com o presente estudo de Oshri concernente ao período de 1994-2010, comprovou-se que a entrada na União Europeia tende a contribuir efetivamente para o reforço dos valores democráticos no seio dos Estados membros, em comparação com os países que não pertencem à União. Por conseguinte, as populações dos primeiros manifestam ainda assim um maior apoio aos valores da União Europeia do que as populações dos segundos (Oshri, 2016).

Todavia, na realidade atual, a falta de “patriotismo europeu” e de uma “religião cívica” são autênticas linhas de rutura entre as instituições europeias e as estruturas sociopolíticas, culturais e de etnicidade que constituem cada um dos países membros. Por acréscimo, contribuem para fomentar a distância entre o universalismo dos valores liberais projetados pelas instituições supranacionais e os diversos padrões culturais e normativos que enformam a identidade nacional dos países. Neste quadro, é precisamente este distanciamento que permite o crescimento e afirmação de narrativas que fundamentam os programas políticos dos partidos da extrema-direita. No seu âmago, estas narrativas são construídas tendo por referencial ideais nacionalistas, e sobretudo nativistas, e ainda métodos populistas que se materializam na promoção de temáticas como a anti-imigração, o antieuropeísmo ou o sentimento anti islão. No que concerne à sua dimensão valorativa, os partidos da extrema-direita advogam a primazia da liberdade individual e rejeitam a solidariedade, a justiça e a igualdade sociais. Globalmente, manifestam-se contra os princípios nos quais se fundam as democracias de índole liberal (Loch, 2018).

Existe uma divergência quanto aos valores que enformam a União Europeia na sua qualidade de ator normativo, e como “União de Valores”, e as retóricas dos partidos da extrema-direita europeus. O apelo ao euroceticismo por parte dos partidos da extrema-direita manifesta-se de várias formas: através da acusação do projeto europeu condicionar a autonomia e a soberania dos Estados membros; por potenciar a tolerância e permitir a abertura à imigração e perpetuar valores que fomentam a expressão cultural e identitária dos grupos minoritários como a integração, a igualdade e a liberdade; por estar distante da realidade dos problemas dos Estados membros e ainda por ser tecnocrata e incapaz de resolver as crises (Johnston, 2023). Por último, colocam em questão a liberdade de movimentos na UE ao advogar a reemergência das fronteiras nacionais. No que concerne à sua dimensão cultural, a narrativa antieuropeia utilizada pelos partidos da extrema-direita assume um carácter predominantemente nacionalista e nativista ao culpabilizar a União, de forma reiterada ao longo dos anos, pelo aumento dos fluxos de imigração decorrentes da liberdade de movimentos e ainda da diversidade étnica e religiosa que compõe o mosaico das sociedades contemporâneas (Gattinara & Froio, 2022). Nesta base, os

progressivos avanços na integração do projeto europeu são perspetivados como um sintoma que visa retirar a soberania dos Estados membros.

É oportuno ainda salientar que no contexto de discussão generalizada e polarização da opinião pública relativamente às temáticas da integração europeia, são os partidos da extrema-direita os que mais beneficiam de uma atitude condenatória e de contestação sobretudo em cenário de crise e em contexto de eleições para o Parlamento Europeu, em oposição aos partidos mais moderados (Down & Joon Han, 2021; Johnston, 2023; Polyakova & Fligstein, 2016).

3.2 Os efeitos das crises para a integração europeia

As crises das últimas décadas, tais como a crise financeira, a crise de refugiados e o terrorismo, têm sido instrumentalizados pela extrema-direita e têm colocado em risco a UE enquanto projeto de valores. Revelaram também as fragilidades do próprio projeto político europeu como nunca.

Em particular, a crise financeira colocou ao descoberto novas fragilidades políticas da União Europeia. As medidas de austeridade e a falta de solidariedade em contextos diversos levaram a um aumento substancial da pobreza em certos Estados membros, acabando por abalar a confiança dos cidadãos para com o próprio projeto europeu. Estas medidas de contenção e as intervenções levadas a cabo pelas instituições europeias, não só condicionaram a autonomia dos Estados membros em termos económicos e financeiros como minaram a perceção da população quanto à intervenção das instituições europeias, uma intervenção implacável com vista à contenção do problema financeiro que desfavoreceu o bem-estar das populações.

A forma como a temática da integração europeia é retratada nos meios de comunicação social tem implicações práticas na opinião da população quanto ao projeto europeu como já se referiu anteriormente. Naturalmente que, em períodos de crise regional, esta questão possui uma importância ainda maior, uma vez que facilita a sua utilização para fins políticos, sobretudo por parte dos partidos que auferem uma narrativa tradicionalmente eurocética. De uma forma geral, verificou-se igualmente um declínio no apoio à União Europeia durante o período de 2007 a 2012 por parte dos Estados membros, com especial destaque para os países mais afetados com a crise na Zona Euro e que, conseqüentemente, foram os maiores recetores de ajuda monetária por parte da UE, isto é, Portugal, a Grécia e Chipre (Bijmans, 2021; Taggart & Szczerbiak, 2018). A crise da

zona Euro teve, assim, um impacto significativo no aumento da desconfiança e apoio generalizado dos países pertencentes à União Europeia relativamente ao projeto europeu. O facto de ser uma realidade mais próxima dos Estados membros foi o principal fator que contribuiu para o aumento generalizado do ceticismo e descrença para com a integração europeia (Braun & Tausendpfund, 2014).

De outro modo, a crise do Brexit significou um novo estímulo na postura eurocética nos partidos mais radicais da extrema-direita e em particular nas populações, uma vez que colocou novamente ao descoberto as fragilidades do projeto europeu e abriu uma fissura que rapidamente foi aproveitada e disseminada por estes partidos para endereçar um novo ataque generalizado à União e instituições europeias. Importa lembrar que o Brexit, ele próprio foi o resultado de um movimento de contestação interna no Reino Unido incrementado por um sentimento nacionalista levado a cabo, sobretudo pela nação hegemónica, a Inglaterra (Wellings, 2021).

Com especial enfoque, a questão da crise migratória, cujo pico se registou no ano de 2015, mas que perdura até aos dias de hoje na Europa, assume uma importância particular para os objetivos do presente objeto de estudo.

Em geral, os partidos da extrema-direita e da extrema-esquerda divergem no tratamento e na forma como utilizam a diversidade e a multiculturalidade nas suas narrativas e estratégias políticas. A tónica da divergência foca-se na intenção segregacionista, nacionalista e nativista dos primeiros e na intenção integracionista e tolerante dos segundos, nomeadamente no tratamento de temáticas como a imigração (Caiani & Weisskircher, 2022). A esta luz, as expressões nacionalistas no seio dos Estados membros levadas a cabo pelos partidos radicais da extrema-direita começaram a assumir algum destaque e preponderância a partir da década de 80 do século XX. No entanto, o aprofundamento da integração europeia com o Tratado de Maastricht significou um novo momento de viragem a partir do qual se começou a intensificar a circulação de pessoas, bens e serviços permitindo, naturalmente, a abertura a uma maior intensificação dos fluxos migratórios e conseqüentemente uma maior diversidade étnica e cultural em solo europeu (Johnston, 2023). Com o Tratado de Maastricht, as questões de asilo e da imigração tinham ficado assentes sob um conjunto de instrumentos aos dias de hoje considerados como “*soft law*”, *such as resolutions or recommendations that have no legally binding effect*” na medida em que “*do not have adequate monitoring arrangements*”⁴⁶ (Scipioni, 2018, p.1361). Por

⁴⁶ Tradução da autora: “soft law”, tais como resoluções ou recomendações que não têm efeito juridicamente vinculativo” (...) na medida em que “não dispõem de mecanismos de controlo adequados(...)”.

acréscimo, não ficaram definidos à época medidas em caso de emergência ou planos de colaboração entre os EM.

A introdução do mecanismo de proteção temporária e do fundo europeu para a migração e asilo no Tratado de Amsterdão foi um passo significativo no tratamento desta temática, todavia não vincula os Estados membros a apoiar iniciativas de colaboração e solidariedade quanto a esta questão, sobretudo no seio das sociedades onde os enormes fluxos de imigração constituem uma temática sensível entre a população e opinião pública, como a França ou a Alemanha (Scipioni, 2018). O facto de a implementação da política de asilo e imigração ficar à consideração dos EM impossibilita uma resposta coordenada a este problema enfraquecendo o poder efetivo da União na sua resposta (Scipioni, 2018).

Perante este cenário, os partidos da extrema-direita aproveitaram o receio da população e, no enquadramento de uma retórica populista, rapidamente associaram a imigração a uma ameaça à identidade e unidade nacional (Hobolt, 2016). A crise migratória foi, assim, uma oportunidade para os partidos da extrema-direita incutirem nas populações e sociedades europeias contemporâneas a ideia de que o projeto europeu perdera uma das suas principais funcionalidades: garantir o sentimento de paz e segurança no espaço europeu.

Paralelamente, os episódios de Terrorismo que têm vindo a ocorrer em solo europeu com maior intensidade desde o início do presente século espoletaram um sentimento de receio e ansiedade generalizadas na população fazendo-a despertar uma atitude mais conservadora e tradicionalista (Wheatley et al., 2020). Na ótica da narrativa ideológica dos partidos da extrema-direita, o eleitorado tende a sentir-se mais representado com os partidos desta natureza do que com os demais partidos, mesmo os mais moderados do centro-direita. Pela agressividade e radicalismo da sua linguagem, os partidos da extrema-direita tendem a recolher mais votos como consequência direta da existência de episódios Terroristas (Wheatley et al., 2020). A esta luz, os partidos da extrema-direita apontam mais uma insuficiência da União Europeia no que concerne ao terrorismo, uma vez que não consegue responder e impedir, de forma coordenada, os episódios de terrorismo que se registam em solo europeu.

A crise migratória afetou politicamente o grupo de países pertencentes ao bloco ex-comunista e , por último a crise do Brexit em 2016 foi a que, deste conjunto, teve um menor impacto político no imediato nos Estados membros cingindo-se apenas a repercussões políticas observáveis a médio e longo prazo especialmente ao nível das narrativas eurocéticas dos partidos da extrema direita na medida em que passaram a utilizar o caso do Brexit como um exemplo para legitimar a saída da UE (Taggart & Szczerbiak, 2018).

Podemos concluir que o euroceticismo é uma realidade transversal que assola os sistemas políticos de todos os Estados membros da União Europeia ainda que de forma heterogénea. Esta realidade significa que o euroceticismo é um problema endémico em todo o espaço europeu e ainda que a temática da integração europeia constitui uma das temáticas centrais que integra a agenda de discussão política no seio dos Estados membros (Taggart & Szczerbiak, 2018).

Expostas estas ideias, a utilização de expressões e alusões de carácter marcadamente eurocético, populista e nacionalista por parte dos partidos da extrema-direita/direita radical tiveram implicações práticas no contexto das eleições europeias de 2014 e 2019. A temática da integração europeia no contexto das eleições ao parlamento europeu em 2014 não foi a que mais captou um maior número de eleitores por parte dos partidos da extrema-direita, ao contrário do que ocorreu com a temática da imigração. As medidas de restrição em matéria de política de imigração foram aquelas que espoletaram um maior apoio por parte da população (McDonnell & Werner, 2019). Particularmente, nas eleições para o parlamento europeu de 2019 registaram-se grandes perdas de lugares nos ditos grupos parlamentares mais moderados: o centro-direita (EPP) e centro-esquerda (S&D). Em comparação com as eleições de 2014, os partidos da extrema-direita ou direita radical asseguraram a manutenção da sua presença no parlamento ao quase duplicarem o número de lugares e conquistaram lugares em quase todos os Estados membros. Como causas centrais desta ascensão registam-se a reorientação das narrativas políticas dos partidos da extrema-direita para agendas mais moderadas por forma a captar o voto do eleitorado do eleitorado dito de centro (Treib, 2021). As próximas eleições a ter lugar em 2024 irão ser determinantes para o futuro da integração europeia.

A título de conclusão, importa destacar a necessidade de a União Europeia adaptar a identidade do seu projeto a uma realidade de uma Europa culturalmente diversa e, tendencialmente, cada vez mais diversa. No entender de Zapata-Barrero, ainda que esteja integrado nas políticas europeias, em termos práticos, estes princípios normativos devem materializar-se na promoção do contacto entre as várias culturas, no diálogo, na troca de experiências como forma de reduzir a discriminação, o racismo e, em contraste, fomentar o sentimento de pertença e identidade europeu, uma identidade multicultural europeia. Na sua ótica, a solução passará por mitigar as características que estão na génese desta identidade, como os valores da religião cristã católica e a leitura pós-colonial eurocêntrica que continua a ser dominante nos dias de hoje (Zapata-Barrero, 2020). Em síntese: *“In this case the crisis today of European identity is directly related not only to the values, but to the*

mechanism EU has put forward to ensure these values, this is why one mechanism could be intercultural citizenship” ⁴⁷ (Zapata-Barrero, 2020, p.163).

É no sentimento de pertença e na ideia de comunidade que reside e se perpetua a existência de uma comunidade política e, por conseguinte, se manifesta a verdadeira fonte de legitimidade. Perante este enquadramento geral, os partidos da extrema-direita constituem um obstáculo ao progresso e à mutabilidade necessárias do conceito de identidade e pertença europeus bem como à inclusão integração e tolerância que estão no cerne da sua atuação (Polyakova & Fligstein, 2016). O reforço gradual da integração europeia no que concerne às questões de políticas económicas, políticas e sociais não tem necessariamente um correspondente direto no reforço do sentimento de pertença e identidade europeus (Balla, 2023). A diversidade permanece, as divergências são cada vez maiores sobretudo que à componente normativa e valorativa diz respeito. O crescimento da expressão dos partidos da extrema-direita na Europa e, em particular, no seio dos regimes democráticos mais sólidos espelha uma mudança e redefinição do sentimento generalizado das populações que o constituem. O voto nos partidos da extrema-direita é uma expressão deste descontentamento e do fraco sentimento de pertença.

A distância efetiva que separa as instituições europeias e os cidadãos europeus na minha ótica resulta, pelo menos em parte, do desconhecimento generalizado quanto ao seu funcionamento desde os mais jovens aos mais velhos, e, fundamentalmente, quanto à importância e impacto que detém em termos práticos no quotidiano dos cidadãos europeus. A mudança começará por aí.

Nestas condições, a França é um caso peculiar de contestação europeia, dado que ainda que seja um dos países que está na génese do projeto europeu, foi nele que teve lugar um dos maiores referendos sobre a Constituição da UE no ano de 2005. A perceção que os franceses têm da Europa e do projeto europeu tem vindo a ser cada vez mais negativa expressando um valor mais alto do que a média europeia. Como atentam Gattinara e Froio (2022): *“By 2019, 24% of respondents in France express negative views over the EU, which is 7% higher than the EU average”* ⁴⁸ (p.204).

Recorde-se que a extrema-direita francesa, em particular, o seu partido com maior expressão, a Frente Nacional/Reagrupamento Nacional, atribuiu responsabilidade política à União pelos atentados terroristas ocorridos em Paris no ano de 2015 precisamente por

⁴⁷ Tradução da autora: neste caso, a crise atual da identidade europeia está diretamente relacionada não só com os valores, mas também com o mecanismo que a UE propôs para garantir esses valores, razão pela qual um mecanismo poderia ser a cidadania intercultural.

⁴⁸ Tradução da autora: em 2019, 24% dos inquiridos em França expressam uma perceção negativa da UE, um resultado 7% superior do que a média europeia.

permitir a tolerância e abertura à integração das minorias étnicas e religiosas (Gattinara & Froio, 2022). Da mesma forma no contexto do processo do Brexit, veja-se a campanha anti integração europeia levada a cabo pela Frente Nacional em 2017 denominada “Frexit” (Gattinara & Froio, 2022). Relativamente às restantes temáticas, registou-se de igual modo uma atitude de apoio reformista para com a integração europeia, no entanto omite qualquer referência à dimensão normativa na qual se funda dirigindo-se sempre à sua dimensão económica (Bijsmans, 2021).

O Republicanismo Francês: universalismo ou nacionalismo cívico?

Podemos afirmar que a problemática central tem também o seu ponto nodal na contemporaneidade do conceito de Republicanismo Francês visando refletir acerca da forma como os partidos e movimentos sociais associados à extrema-direita na sociedade francesa, em particular a Frente Nacional/Reagrupamento Nacional, utilizam e incluem o ideal do Republicanismo na sua narrativa nacionalista no contexto hodierno.

Não sendo exaustivos na análise do conceito, abordaremos algumas linhas de reflexão privilegiando aquelas que se revelam de maior utilidade para a interpretação do objeto de estudo sobre o qual se debruça a presente dissertação.

O ideal republicano francês tem por substrato histórico um conjunto de pressupostos que remontam ao período da Revolução Francesa. Com origens em 1789, os ideais Republicanos começaram gradualmente a integrar o imaginário e a conceção de nação para a sociedade francesa a partir dos finais do século XIX. A Revolução Francesa teve um papel fundamental na construção dos conceitos de cidadania e de estado-nação marcando profundamente a sociedade francesa. No que concerne ao primeiro, foi responsável por institucionalizar um conjunto de direitos políticos “*transposing them from the plane of the city-state to that of the nation-state, and transforming them from a privilege to a general right*”⁴⁹ (Brubaker, 1992, p.43). No que concerne ao segundo, reforçou a ligação entre o indivíduo e o Estado, atribuindo-lhe a ideia de que é ele o verdadeiro soberano (Brubaker, 1992).

Em traços gerais, a Revolução Francesa estimulou a crença à população

⁴⁹ Tradução da autora: transpondo-os do plano da cidade-estado para o da nação-estado, e transformando-os de um privilégio num direito geral.

“that their actions were of international significance and that what was at stake was a set of universal values” fomentando, em particular, “the assumption that France was not born to follow the example of others but was rather the example that should be followed”⁵⁰. (Jennings, 2011, p.202)

Ao reforçar o sentimento de unidade e identidade nacional, originou automaticamente a ideia de que a existência de ameaças exteriores poderia significar a fragmentação deste sentimento na sociedade francesa. Esta ideia de ameaça personalizou-se na figura do estrangeiro, mais especificamente do imigrante tornando-se incompatível com o ideal da cidadania francesa (Brubaker, 1992). Nesta aceção, a Revolução de 1848 introduziu na ideologia Republicana a noção do alargamento da participação e representação do povo nos assuntos políticos e, por conseguinte, a ideia de liberdade de associação. Em particular, a noção e ideia de cidadania ficou rapidamente conotada com a participação ativa dos cidadãos, a verdadeira fonte de soberania (Chabal, 2010; Hayat, 2015).

O próprio conceito de nação passou a ser percecionado numa lógica dicotómica, isto é, as fronteiras nacionais passaram a ser interpretadas não só como o limite físico que delimita o território francês como também o limite simbólico que separa a cultura e sociedade francesas do exterior (Jennings, 2011). Em adição, neste imaginário “*it was assumed that the truths being proclaimed were applicable to the whole of humankind*”⁵¹ (Jennings, 2011, p.202).

A ambivalência do conceito de Republicanismo Francês, em parte devido à sua natureza abstrata, conduz, naturalmente, a uma multiplicidade de leituras e perspectivas de análise aquando da sua utilização nos mais variados contextos e temáticas. Em abstrato, o ideal do Republicanismo é, por si só, uma simbologia do valor absoluto da liberdade, tolerância e respeito pela liberdade do outro. Em síntese, os conceitos de Republicanismo e Laicidade e, sobretudo, a dimensão normativa que lhes estão associadas, transparecem um sentimento de liberdade identitária e de consciência do cidadão, que extravasa os limites da esfera privada em prol “*of a more just and peaceful common future*” (Weil, 2016, p.423). Devido às mutações inerentes à evolução histórica e social que têm vindo, paulatinamente, a moldar o curso da história até à contemporaneidade é notória uma alteração do seu conceito e significado originais. Na sua versão mais atual, o novo Republicanismo ou

⁵⁰ Tradução da autora: que as suas ações tinham um significado internacional e que o que estava em jogo era um conjunto de valores universais" fomentando, em particular, "a assunção de que a França não nasceu para seguir o exemplo dos outros, mas que era antes o exemplo que devia ser seguido.

⁵¹ Tradução da autora: partia-se do princípio de que as verdades proclamadas eram aplicáveis a toda a humanidade.

Neorrepublicanismo, cujas origens remontam às décadas de 70/80 do século XX, passou a constituir o fundo sobre o qual assenta a fundamentação da narrativa ideológica, de carácter nacionalista e nativista, primeiramente dos partidos de esquerda e posteriormente dos partidos da direita e extrema-direita que compõem o sistema político-partidário francês desde 1990 (Chabal, 2010; Hayat, 2015).

A pertinência da integração deste conceito no presente trabalho justifica-se pela sua utilização reiterada por parte dos partidos da extrema-direita e direita no espectro-político partidário francês atualmente, nomeadamente como forma de neutralizar politicamente os partidos ideologicamente mais à esquerda no tratamento de temáticas como a multiculturalidade e pluralidade (Chabal, 2016). Em detalhe, quando ajustado à retórica da extrema-direita, o conceito de Republicanismo é frequentemente adaptado a uma narrativa tradicionalista, saudosista e conservadora a fim de estimular o sentimento de pertença, de dever cívico junto das populações e ainda de defesa da autenticidade da sociedade francesa numa lógica de prevenção da nação dos perigos associados à diversidade cultural (Albertazzi & Vampa, 2021; Chabal, 2010).

Numa perspetiva diametralmente oposta, o conceito poderá vir a ser utilizado para justificar uma lógica de promoção da integração das comunidades em prol de um sentimento de pertença coletivo em torno da ideia de nação, uma vez que os valores que estão na sua base transcendem a diversidade étnica e de classe. No entender de Dominique Schnapper, numa ótica mais sociológica o Republicanismo é a forma mais eficaz de fomentar o sentimento de pertença dos estrangeiros (Chabal, 2010). Nesta linha, o seu significado e simbolismo poderá *“transcender a mera dissociação da autoridade pública na base ou legitimação religiosa”* ou, como atenta Daly, refletindo uma ideia geral de *“unitary civic identity under which citizens' rights and duties are defined in abstraction from their religious affiliations”* ⁵² (Daly, 2012, p.584). No fundo, transparece uma ideia de unidade e homogeneidade identitária e cívica que transcende qualquer identidade de grupo por mais diversa que seja da cultura dominante. Em adição, funciona, em teoria, como garante da neutralidade do Estado em matéria de reconhecimento de reivindicações de carácter religioso por parte das múltiplas identidades particulares que integram a sociedade opondo-se aos modelos multiculturalistas, de Reconhecimento ou comunitários (indo ao encontro dos críticos do Multiculturalismo) (Daly, 2012). Assim, o reconhecimento igualitário dos direitos e deveres dos cidadãos, assumem, nesta ótica, o primado sobre as suas

⁵² Tradução da autora: identidade cívica unitária em que os direitos e deveres dos cidadãos são definidos independentemente das suas filiações religiosas.

culturas/práticas culturais de origem podendo ser adaptado como fonte legitimadora das causas e reações de violência dos grupos minoritários (Chabal, 2016; Daly, 2012).

Numa outra linha de argumentos, os críticos do “*Neo-Republicanism*” apontam que o conceito não só se encontra desfasado da realidade atual, como também promove uma ideia de homogeneidade e unidade totalmente desenquadrada da realidade da sociedade francesa que não reconhece a existência de grupos minoritários. No contexto do presente objeto de estudo, interessa-nos realçar a forma como o ideal do Republicanismo se reifica e se manifesta em termos práticos na sociedade francesa através dos partidos da extrema-direita, em particular pelo partido com maior expressão, a Frente Nacional/Reagrupamento Nacional.

Na sua essência, a dimensão universalista do Republicanismo Francês consubstancia-se nos ideais iluministas, sendo que, é através desta ótica que serão analisadas as principais problemáticas que afetam a Europa à escala regional, e a sociedade francesa, em particular, tais como os movimentos migratórios, o terrorismo e a enorme presença da comunidade muçulmana (Loch, 2018). Os novos atores que constituem a elite política da sociedade francesa, sobretudo desde o início do presente século, são agentes transformadores por excelência do ideal Republicano, uma vez que, pela sua natureza e significado singulares, o instrumentalizaram e tornaram uma fonte de legitimidade para a adoção de práticas e ações discriminatórias e xenófobas de natureza política (Chabal, 2016). A sua utilização reiterada por parte da elite política nos dias de hoje tem por razão primeira o carácter intemporal e galvanizador dos valores que o enformam e ainda a profundidade que o seu significado detém na sociedade Francesa (Chabal, 2016). Com maior enfoque, a questão da Laicidade tornou-se parte da identidade nacional Francesa, sendo um elemento que emerge, mesmo nos dias de hoje, como reação na defesa do próprio ideal da nação francesa no contexto de várias temáticas, como por exemplo no tocante à presença da comunidade muçulmana em França (Baubérot, 2009; Chabal, 2016). Esta questão começou a ser discutida na opinião pública na década de 80 do século transato como consequência da vaga de imigração proveniente do norte de África, transformando-se rapidamente um assunto político. Historicamente, no entender de Baubérot (2009) “*Since 1989, laïcité has become associated in general usage primarily with issues relating to Islam, notably through recurrent episodes of the headscarf affair*”⁵³ (p.191). Recorde-se que o partido Frente Nacional integrou apressadamente a questão da cidadania na sua narrativa e agenda política, opondo-se acerrimamente ao direito ao *Jus*

⁵³ Tradução da autora: desde 1989, o termo "laïcité" passou a ser associado, no uso geral, principalmente a questões relacionadas com o Islão, nomeadamente através de episódios recorrentes do caso do lenço na cabeça.

Soli e forçando os restantes partidos e o então presidente que se encontrava no poder, Jacques Chirac, a agir contra a sua linha ideológica (Brubaker, 1992). Nos anos que se seguiram, o partido Frente Nacional/Reagrupamento Nacional voltou a recuperar os ideais Republicanos não já de forma pontual ou meramente oportuna ao integrá-los em permanência na narrativa política nas duas últimas décadas do século XX, com especial ênfase em contexto eleitoral (Chabal, 2016). Em particular, o partido instrumentalizou à época o conceito de Laicidade para endereçar ataques às práticas religiosas da religião Islâmica e, em termos gerais, às suas expressões identitárias culturais (Daly, 2012).

Estas atitudes da extrema-direita francesa acabaram por ser o mote para a discussão de questões mais profundas sobre aquilo que se entende ser uma manifestação pública de extremismo e radicalismo religioso (Daly, 2012). Como atenta Weil (2016) *“these politicians make the habitual mistake of confusing laïcité as a right to the freedom of conscience with their own definition of laïcité as an eternal struggle against any and all influence of religion”*⁵⁴ (p.422). Esta questão em particular, é mais um exemplo significativo da incapacidade de a esquerda francesa oferecer soluções que, simultaneamente, se coadunem com a sua natureza ideológica e valorativa e vão ao encontro das exigências da população e do eleitorado. Este foi o seu maior erro à época, pois a sua incapacidade de resposta permitiu que a retórica da extrema-direita florescesse e reforçasse a sua posição extremista junto da população.

Daqui em diante serão apontados vários exemplos quanto a esta questão. Recorde-se, por exemplo, a controvérsia que ocorreu na década de 80 do século transato atinente ao conceito de Laicidade e à sua aplicação prática em matéria de religião no espaço público. O autor Brubaker (1992) salienta que *“The nationalist attack on jus soli is best understood as a reassertion of fundamental norms of nation-statehood, perceived as threatened or undermined by immigration, especially of North African Muslims”*⁵⁵ (p.30). De modo equivalente, as leis de 2004 e 2010 concernentes às práticas religiosas no espaço público foram mais um exemplo demonstrativo da imparcialidade do Estado Francês em matéria de assuntos religiosos que justificou a sua atuação dizendo que se tratava de ameaças à liberdade de escolha/consciência religiosa e traduzem uma ideia de ascendente ou domínio sobre as mulheres (Daly, 2012). Neste plano, esta movimentação do Estado francês

⁵⁴ Tradução da autora: estes políticos cometem o erro habitual de confundir a laicidade como direito à liberdade de consciência com a sua própria definição de laicidade como uma luta eterna contra toda e qualquer influência da religião.

⁵⁵ Tradução da autora: o ataque nacionalista no *jus soli* é entendido como uma reafirmação de normas fundamentais de estado-nação percecionado como sujeito a ameaça ou prejudicado pela imigração, especialmente pelos muçulmanos oriundos do Norte de África.

expressa uma tentativa de excluir as expressões religiosas do espaço público e da vida institucional, reduzindo-as ao máximo à esfera privada. A problemática tem o seu ponto nodal na divergência de entendimento quanto às concepções da esfera pública e privada que opõe o Estado Francês à religião e práticas islâmicas. Na ótica do estado francês, a Laicidade é uma forma de salvaguardar a autenticidade e de proteger o Direito à liberdade de consciência e autodeterminação em matéria religiosa justificando a sua intervenção e interferência na sociedade. Acontecimentos como o 11 de Setembro também contribuíram para enfatizar a problemática do uso do véu islâmico na sociedade francesa tornando-a uma temática recorrente na agenda de discussão pública até aos dias de hoje (Baubérot, 2009).

No contexto do nosso objeto de estudo, interessa-nos sublinhar a forma como o partido Frente Nacional recuperou, sobretudo após a subida de Marine Le Pen à liderança, uma narrativa ancorada no modelo de integração Republicano Francês. Esta recuperação deveu-se essencialmente pela necessidade de reintegrar o ímpeto nacionalista e de apelo à Laicidade para fomentar o sentimento anti Islão junto das populações, linhas temáticas que integram a agenda eleitoral do partido desde o ano de 2010 (Chabal, 2016). Em termos teóricos, os modelos nacionais de integração consubstanciam-se em “filosofias da integração” e essencialmente de assimilação, isto é, ideias coletivas que moldam a construção e implementação de políticas de integração num país. Estas foram desenvolvidas e construídas tendo por base as respostas/soluções apresentadas e implementadas pelos decisores políticos ao novo problema público da integração que se fez sentir na Europa com maior intensidade desde a década de 80 do século XX (Bertossi, 2012).

Em específico, a resposta peculiar da França aos problemas da integração fundamenta-se no ideal que remonta à Revolução Francesa que se caracteriza pela prevalência da lógica e do princípio da cidadania individual e rígida oposição à Política do Reconhecimento. Em resumo, André (2012) reconhece *“a orientação francesa para lidar com os fenómenos da multiculturalidade estabelece um primado que justifica e fundamenta, por exemplo, a proibição do uso do véu islâmico no espaço público”* (p.121). Desde as suas origens até ao contexto hodierno podemos considerar que o problema da integração na sociedade francesa foi percecionado de duas formas distintas: como uma demonstração de incapacidade de reforçar o Modelo do Republicanismo assimilacionista ou incapacidade de a população imigrada se adaptar às tradições, costumes e sistema de valores que caracteriza a essência cultural da sociedade francesa (Bertossi, 2012). As manifestações que tiveram lugar em França em 2005, foram percecionadas pela extrema-direita populista

como uma expressão da fragilização do Modelo de Integração Republicano Francês, precisamente porque permitiu reflexos de insubmissão por parte de grupos minoritários.

Nesta base, o reconhecimento da expressão e práticas culturais das diferentes comunidades e grupos étnicos continua a ser um aspeto que integra a retórica da Frente Nacional/Reagrupamento Nacional precisamente porque é uma problemática atual na sociedade e opinião pública francesas. Esta situação é claramente evidente por exemplo na diferença de tratamento da temática da diversidade e da multiculturalidade por parte dos meios de comunicação social, em particular pelos jornais, e na forma e facilidade como é enviesada a sua perceção e interpretação na opinião pública (May, 2015). Foi de notar a forma como os quatro maiores jornais franceses se debruçaram negativamente sobre o modelo assimilacionista republicano, apelaram à integração e inclusão como forma de resolução dos problemas e apresentaram positivamente a diversidade cultural e multiculturalidade na sociedade francesa. Em oposição, no que concerne à enorme vaga de imigração proveniente das colónias que caracterizou a década de 80 do século passado, o *Le Figaro* conotou negativamente o Multiculturalismo ao caracterizar os imigrantes como indesejáveis no seio da sociedade francesa indo ao encontro do discurso da extrema-direita. No entanto é de salientar a alteração que se registou no tratamento desta temática a partir de 2005, período a partir do qual passaram todos os jornais alvo do presente estudo a mencionar negativamente a comunidade muçulmana devido ao assassinato de Theo Van Gogh e o caso Ayaan Hirsi Ali (May, 2015).

Em jeito de conclusão podemos afirmar que é uma temática sensível que no contexto da sociedade francesa assume uma interpretação diferente e, conseqüentemente, uma reação diferente da população e dos grupos minoritários em comparação com outras sociedades onde se regista também uma presença relativa de imigrantes. A leitura quanto a estas questões étnicas e culturais assume uma interpretação singular remetendo para uma possibilidade de confrontos eminente, pois tem como ponto de partida um contexto histórico-cultural muito particular devido ao passado colonial da França, em particular à guerra de independência Argelina (Caiani & Císař, 2018). O conceito de Republicanismo trata-se, em moldes gerais, de um conceito complexo composto por uma multiplicidade de vertentes e significados dando aso a interpretações distintas consoante o contexto em que é aplicado. No contexto particular da sociedade francesa poderá ser, simultaneamente, um conceito integracionista e segregacionista dependendo apenas do contexto e da narrativa política em que é enquadrado. O partido Frente Nacional/Reagrupamento Nacional encarrega-se de o utilizar como forma de fundamentar a sua retórica extremista, nacionalista e nativista e sobretudo para legitimar a necessidade de aplicação de medidas

de carácter xenófobo e racista na sociedade francesa desde a sua génese até aos dias de hoje.

O partido Frente Nacional/Reagrupamento Nacional

De seguida realizaremos uma análise da evolução e transformação da narrativa da Frente Nacional/Reagrupamento Nacional com especial enfoque desde o fim da década de 90 até ao contexto hodierno com o objetivo de colocar em evidência os riscos antidemocráticos presentes nas dimensões nacionalistas, nativistas e populistas que integram o seu discurso político e, por fim, enfatizar o contraste entre seu discurso e os princípios que estão na base de ação da União Europeia.

Contextualização e análise histórica

Historicamente, o partido Frente Nacional foi fundado em 1972 como resultado da fusão de pequenos partidos da extrema-direita, entre os quais o partido “*Ordre Nouveau*” de natureza neofascista. A criação da Frente Nacional significou o ressurgimento da extrema-direita em França que até então havia estado com pouca expressão política desde o final da segunda guerra mundial (Marcus, 1995). Do ponto de vista ideológico, o conteúdo da sua narrativa gravitava em torno de dois conceitos centrais: o populismo e o tradicionalismo. Visava, em moldes gerais, recuperar a civilização europeia e ocidental, afirmar a nação francesa no espaço europeu ancorada no nacionalismo francês e estabelecer um estado autoritário. Em termos ideológicos, a liderança de Jean Marie Le Pen teve com inspiração o movimento *Poujadist* e o ressentimento da independência da Argélia (Betz, 1994). É de frisar que durante a sua fase de crescimento, a Frente Nacional revelava na sua narrativa uma acérrima oposição aos ideais da Revolução francesa reiterando que “*for the National Front it is not 1789, but 1793, the Vendean rebellion against the revolutionary authorities in Paris, that should be celebrated*” (Marcus, 1995, p.103). O seu ideólogo, Mégret, afirmava que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão se tratava de uma apologia ao reconhecimento e aos direitos individuais em detrimento dos direitos do coletivo, isto é, dos franceses e da nação francesa (Marcus, 1995). A década de 70 foi marcada por um conjunto de fracassos eleitorais fruto da oposição interna que se fazia sentir contra a liderança de Le Pen e a consequente criação de um partido rival. Até ao início da década de 80, o partido registou sempre uma baixa

expressão eleitoral tendo um fraco reconhecimento no sistema político-partidário francês (Marcus, 1995).

Todavia, nas eleições regionais de 1982 e 1983 e ainda nas europeias de 1984 registaram um crescimento significativo que se deveu sobretudo às suas manifestações públicas de anti-imigração e anti Islão, tornando-o no quarto partido francês mais votado (Betz, 1994; Heinisch et al., 2020). O crescimento do partido no início da década de 80 do século XX deveu-se de igual forma às transformações sociais, culturais e políticas levadas a cabo pelo governo socialista de François Mitterrand. A título de exemplo foi assinada uma prerrogativa que permitiu a libertação de prisioneiros, facilitada a entrada de imigrantes ilegais bem como permitidas construções de mais locais de culto religioso (Stockemer, 2017b). Em adição, em pleno período de crise, Mitterrand nacionalizou empresas por forma a impedir o desemprego contribuindo um enorme défice público (Stockemer, 2017b).

Paralelamente, a crise da esquerda e dos partidos de esquerda que se registou na década de 90 do século XX na sociedade francesa provocou uma divisão do espectro político partidário que culminou com o enfraquecimento da sua ideologia e o ressurgimento dos ideais do Republicanismo. O episódio do *hijab* ocorrido em 1989, o denominado “*affaire du foulard*”⁵⁶, espoletou divisões profundas na sociedade francesa (Bréchon & Mitra, 1992, p.67). Por um lado, provocou o surgimento de ideais nacionalistas que perspetivavam as expressões culturais e identitárias dos grupos minoritários como uma ameaça aos valores fundacionais da sociedade francesa, em particular as que são características da comunidade muçulmana (Chabal & Behrent, 2022). Foi nesta falha da esquerda que a Frente Nacional viu a sua oportunidade de ganhar apoiantes na opinião pública francesa.

Nos seus primórdios, o eleitorado da FN caracterizava-se por se localizar fundamentalmente na classe média, no entanto, a partir da década de 80 e 90 conseguiu diversificar a sua base eleitoral e captar o voto da classe trabalhadora, fruto das questões sociais e culturais que se verificavam (Goodliffe, 2012; Loch, 2018). Tradicionalmente, o “eleitor tipo” da Frente Nacional à época liderada por Jean Marie Le Pen, caracterizava-se por ser maioritariamente oriundo das classes trabalhadoras, católicos, poucas habilitações literárias, maioritariamente masculino e que integrava o grupo etário dos idosos (Lewis-Beck et al., 2012; Marcus, 1995). Desde as suas origens que a estratégia da Frente Nacional não passava pela intenção de pertencer ao governo ou de formar governo, mas sim de aproveitar a onda de indignação generalizada que se fazia sentir como consequência da imigração e demarcar a sua posição de entre o conjunto dos partidos que formavam a oposição. Na realidade, o partido, pela sua dimensão, encontrava-se

⁵⁶ Tradução da autora: caso do cachecol.

condicionado pelo sistema eleitoral majoritário restando-lhe a hipótese de se destacar pelas suas posições extremistas. Atitudes de carácter nacionalista, xenófobo, racista e nativista bem como referências a episódios históricos da II Guerra Mundial em particular ao período de ocupação a que a França esteve sujeita eram uma constante na sua narrativa (Bolzonar, 2022).

Neste quadro, a Frente Nacional começou a adotar um discurso anti-imigração aliado a um carácter fortemente populista e xenófobo apressando-se a culpabilizar a imigração pela situação socioeconómica de crise que se fazia sentir no país nas décadas de 70 e 80 ao fomentar a ideia de que constituíam uma ameaça aos postos de trabalho ocupados pelo povo francês nativo (“*welfare-chauvinism*”) (Comtat, 2018; Goodliffe, 2012; Lewis-Beck et al., 2012; Rydgren, 2008; Stockemer, 2017b). O facto de estas referências serem tornadas públicas tinham subjacente uma manifesta intenção de atrair e captar a atenção do eleitorado. Foi precisamente neste período que a FN começou a registar um aumento de apoiantes entre as classes mais baixas dos trabalhadores, que, à luz da sua narrativa, eram o alvo direto da crescente vaga de imigração que se registava (Goodliffe, 2012).

Neste período, é de sublinhar a existência de uma enorme personalização do partido, uma vez que Jean Marie Le Pen ocupava à época um lugar central, não só na vida interna do partido, mas também na sua exposição mediática no espaço público e sociedade francesas (Lewis-Beck et al., 2012). Tal como enfatiza Heinisch (2020) “*Party factionalism has traditionally been a strong feature of the FN and it has often erupted into faction fights, party purges and organizational splits*”⁵⁷ (p.172). De um modo geral, durante a primeira década da sua existência (o período compreendido entre 1972 e 1984) a agenda política da Frente Nacional caracterizava-se pela oposição aos partidos ideologicamente mais à esquerda, como os partidos socialistas e comunistas, numa agenda e narrativa políticas focadas em combater as ideias da extrema-esquerda que ganharam popularidade na sequência do maio de 1968.

Evolução da narrativa da Frente Nacional/Reagrupamento Nacional

Na sequência das políticas económicas impostas por François Mitterrand após a sua eleição em 1983, a Frente Nacional começou a promover uma narrativa nativista junto da classe trabalhadora. O aumento do afluxo de imigrantes argelinos espoletou uma enorme polémica na sociedade francesa revelando atitudes opostas quanto à atribuição da

⁵⁷ Tradução da autora: o facciosismo partidário tem sido tradicionalmente uma forte característica da FN, tendo frequentemente eclodido em lutas de facções, purgas partidárias e cisões organizacionais.

Cidadania francesa (Bertossi, 2012). A vaga de imigração, significou um desafio enorme para a sociedade francesa numa dupla vertente: quantitativa e qualitativa. Em termos quantitativos, a vaga de imigração significou “*Two million veterans, one million French settlers (pieds-noirs), 100,000 Algerian Jews, 80,000 harkis and their families, and half a million Algerian immigrants*”⁵⁸ (Morin, 2023, p.36). Como salienta Marcus (1995) em detalhe “*The 1982 census, for example, gave a figure of some 3.7 million foreigners out of an overall population of some 55 million*” “*In 1982, Algerians made up the largest group, followed by Portuguese, Moroccans and Italians.*”⁵⁹ (pp.75-76).

Esta questão da imigração assumiu desde cedo uma enorme importância para o partido, dado que é precisamente na forma como se assume perante a opinião pública que se consegue evidenciar perante os restantes partidos, principalmente os partidos de esquerda. A principal razão deste destaque reside no facto de, na ótica dos partidos de esquerda e na sua ideologia, a imigração dever ser tratada com tolerância e abertura, postura que diverge totalmente da postura da extrema-direita. Na ótica da Frente Nacional, o conceito de nação significa fundamentalmente a existência de ligações físicas, de nascimento em solo francês, mais que emocionais ou afetivas apoiando de imediato o “*Jus Sanguinis*” e o “*principle of non-automatic naturalization*”⁶⁰ (Chabal & Behrent, 2022; Davies, 1999; Rydgren, 2008). Logo, na abordagem que realiza a esta questão, ao opor o povo francês à figura do “Outro”, do “Estrangeiro” denuncia claramente uma atitude nativista, xenófoba e racista precisamente porque considera as atitudes de reconhecimento, nomeadamente a salvaguarda pelos direitos individuais e das minorias, uma afronta à identidade nacional francesa (Bertossi et al., 2021; Davies, 1999; Hainsworth, 2004).

Foi precisamente a partir deste período que a Frente Nacional começou a incluir na sua retórica e programa político a temática da imigração, temática que passou a associar, de forma depreciativa, às restantes temáticas, tais como o desemprego, a segurança ou a cultura (Hainsworth, 2004; Kaunert et al., 2022). Na realidade, esta ótica condenatória e postura repressiva que caracterizava e continua a caracterizar a atitude do partido quanto à imigração revela-se antiquada e totalmente desajustada face ao contexto de multiculturalidade que se fazia e se faz sentir na sociedade francesa. Ainda assim, a sua utilização para fins políticos justifica-se pelo sentimento generalizado de indignação que

⁵⁸ Tradução da autora: dois milhões de veteranos, um milhão de Franceses *pied-noirs*, cem mil judeus argelinos, oitenta mil *harkis* e as suas famílias e meio milhão de imigrantes argelinos.

⁵⁹ Tradução da autora: o recenseamento de 1982, por exemplo, indicava cerca de 3,7 milhões de estrangeiros numa população total de cerca de 55 milhões de habitantes(...)(...) Em 1982, os argelinos constituíam o grupo mais numeroso, seguidos dos portugueses, marroquinos e italianos.

⁶⁰ Tradução da autora: princípio da naturalização não automática.

provoca na sociedade francesa devido à questão histórica da guerra da Argélia que se encontra ainda por resolver (Chabal & Behrent, 2022; Rydgren, 2008).

A Imigração e a questão da integração da comunidade muçulmana

De feição particular, a guerra foi um marco profundo na sociedade francesa cujas repercussões perduram até à atualidade, particularmente ao nível social, razão que justifica um enfoque especial na análise do presente objeto de estudo. Veja-se que apenas em 1999 a França reconheceu que a intervenção na Argélia havia sido uma guerra (Chabal, 2015). A vaga de imigração oriunda do norte de África que se registou na sociedade francesa na década de 80 colocou ao descoberto a incoerência e distância existentes entre a conceção teórica do modelo de integração francês e a sua aplicabilidade. Por um lado, advogava, à luz dos valores e normas republicanos, o princípio da igualdade revelando um esforço, pelo menos em termos teóricos, em construir um modelo no qual a diversidade cultural seria tolerada. Por outro lado, em termos práticos, esta tolerância e igualdade não se verificaram sobretudo no tratamento e aceitação destes imigrantes, um facto particularmente observável nos episódios de marginalização e discriminação que ocorreram (Barou, 2014). Recordem-se as greves na indústria automóvel (1983) e os tumultos como o ocorrido no sul de Lyon no Bairro dos *Minguettes* (1981).

Na sua condição de retornado, recorde-se a multiplicidade de questões que espoletaram à época na sociedade francesa, nomeadamente a questão do acesso à cidadania (Barclay, 2018). De feição particular, a questão da cidadania assume uma importância singular. Historicamente, o acesso à cidadania francesa por parte dos judeus e Árabes muçulmanos oriundos da Argélia, estava condicionada à renúncia da sua dimensão religiosa e civil, para os primeiros até 1870 e os segundos até 1958. Desde os seus primórdios que existia uma intenção assimilacionista por parte do colonizador francês em suprimir a expressão identitária destes povos o que espelhava um sentimento de inconciliabilidade entre as duas identidades culturais, uma que se dizia atuar por uma causa civilizacional e outra subjugada aos interesses da potência colonial (Marcus, 1995; Silverstein, 2008).

De feição particular, e em contraste com as populações magrebinas, as minorias judaicas e *berbers* foram mais bem aceites e integradas pelos franceses devido, principalmente, à familiaridade cultural existente entre os dois povos. Aquando da guerra da independência argelina existiram igualmente efeitos nefastos em França que se manifestaram em acesos episódios de discriminação e violência contra argelinos de origem berbere que então se encontravam a viver em França. Foi também questionada a sua lealdade para com a

França, a possibilidade de adesão ao serviço militar obrigatório bem como a concessão da nacionalidade francesa aos imigrantes de segunda geração resultando em vários episódios de desacatos. Esta receção espoletou um sentimento de revolta por parte dos Franco-Magrebinos que culminou na criação do *Beur Movement* e do *SOS Racisme* e de outros movimentos sociais e associativos, na altura apoiados pelo Presidente socialista François Mitterand defensor do direito destas pessoas à cidadania francesa (Marcus, 1995; Silverstein, 2008). Em adição, a forte onda de contestação forçou o executivo a criar uma comissão para a questão da nacionalidade e para a construção de um código da nacionalidade em 1987 (Bertossi, 2012; Marcus, 1995).

Estes episódios, contribuíram para fomentar um sentimento de marginalização e ostracização destes povos, sentimento que se perpetua até aos dias de hoje (Comtat, 2018; Silverstein, 2008; Rydgren, 2008). É precisamente este aspeto que nos interessa enfatizar no presente objeto de estudo.

As referências ao passado histórico da França e ao período colonial têm por objetivo apelar a uma dimensão simbólica de divisão entre o povo francês e os imigrantes e entre esta e as pequenas comunidades, divisões sublinhadas e demarcadas pela demagogia política dos partidos da extrema-direita, em particular a FN. Em jeito de saudosismo, a referência histórica ao período colonial enquanto episódio glorificador da França, em particular à guerra de independência na Argélia, são uma presença constante na narrativa da Frente Nacional com o objetivo de reforçar o sentimento de incompatibilidade e de não reconhecimento destes grupos na sociedade francesa (Bertossi, 2021; Cooper, 2022; Kaya, 2021). Perduram até aos dias de hoje vestígios desta discriminação e racismo direcionados sobretudo à comunidade muçulmana, espoletando divisões na sociedade e gerando controvérsia na opinião pública (Barclay, 2018; Morin, 2023). Esta questão permanece bem viva nos imigrantes de origem Magrebina de segunda geração, que dizem ser marginalizados e discriminados pelos franceses devido à sua origem. Sinergicamente, sobretudo os descendentes de origem argelina, continuam a demonstrar nas suas ações políticas uma grande revolta, frustração e melancolia almejando o reconhecimento e tratamento igualitários por parte da sociedade Francesa (Barclay, 2018). Numa perspetiva semântica “*Terms like Musulmans, Algériens and Arabes have a specific colonial history, and colonial representations rooted in this history are still present and continue feeding into the political cleavage*”⁶¹ (Morin, 2023, p.43). A hierarquia de culturas continua sólida com

⁶¹ Tradução da autora: termos como muçulmanos, argelinos e árabes têm uma história colonial específica, e as representações coloniais enraizadas nessa história ainda estão presentes e continuam a alimentar a clivagem política.

o primado da cultura e identidade francesas sobre os restantes grupos minoritários (Beaman, 2017; Bréchon & Mitra, 1992).

A fonte de controvérsia quanto às temáticas da comunidade muçulmana ou árabe remonta precisamente a este período menos pelas ligações familiares que a estes conceitos reportam do que pelo seu significado político e social, profundamente enraizados na sociedade francesa (Morin, 2023; Robert & Kaya, 2023). Na ótica da sociedade francesa, os *Pieds-noirs* simbolizam a falência das políticas coloniais e da glória do passado colonial francês, e, nesta perspetiva, continuam a não ser reconhecidos como verdadeiros franceses nem no seu local de origem nem no país com o qual têm uma relação emocional e afetiva (Barclay, 2018). É a profundidade do significado que estes conceitos e temáticas assumem na sociedade francesa que confere sensibilidade aquando da discussão destas temáticas junto das populações, desde aos mais jovens aos mais idosos. Este aspeto em particular, é instrumentalizado, de forma calculada, pelos partidos da extrema-direita, nomeadamente a Frente Nacional, dado o efeito polarizador que espoleta na sociedade. De acordo com o estudo elaborado por Morin (2023) “*Sixty per cent of children of Algerian origin declare having faced discrimination in the last five years*”⁶² (p.50), sendo que em termos quantitativos, representam no ano de 2023 um total de “*39% of French people aged 18 to 25 declare a family link with someone somehow affected by the war*” sendo a comunidade de origem argelina a “*second source of immigration just behind Portuguese immigrants (13% of the foreign population in France versus 12.2% for Algerians*”⁶³ (Morin, 2023, p.37).

No entender de Silverstein (2008) os conflitos que se estendem entre os grupos minoritários, comunidades Franco-Magrebina, árabes, judaicas e berberes na sociedade francesa na atualidade devem-se a questões mais complexas de identidade e sentimento de pertença, dada a sua origem diversa. Na sua essência, a fonte de discórdia reside nas diferentes características e expressões culturais que definem os imigrantes de origem muçulmana e a cultura e sociedade francesa. Esta divergência normativa e cultural, repercute-se num sentimento de desenquadramento generalizado desta comunidade na sociedade francesa que é demarcado e observável, por exemplo, nas questões de género. Este sentimento de marginalização é um sentimento visceral que predomina até aos dias de hoje nos seus descendentes que dizem continuar socialmente submissos às hierarquias sociais impostas pelos franceses durante o período colonial (Cooper, 2022). Ao invés de

⁶² Tradução da autora: sessenta por cento das crianças de origem argelina declaram ter sido objeto de discriminação nos últimos cinco anos.

⁶³ Tradução da autora: 39% dos franceses entre os 18 e os 25 anos declaram ter um laço familiar com alguém de alguma forma afetado pela guerra" sendo, "(...) a segunda fonte de imigração logo a seguir aos portugueses (13% da população estrangeira em França contra 12,2% dos argelinos.

proporcionar diálogo e discussão e oferecer soluções que vão ao encontro da realidade atual da sociedade francesa, a FN fomenta uma narrativa e postura assente no reforço das desigualdades, altamente polarizadora da sociedade e opinião pública que potencia a discórdia e a revolta dos grupos minoritários, muitas das vezes contra as autoridades francesas (Robert & Kaya, 2023). A utilização desta questão por parte do partido assumiu particular relevância no contexto das denominadas “guerras ao Terrorismo” na sequência dos ataques terroristas de 2015 e 2016 (Comtat, 2018; Silverstein, 2008).

Na sequência dos ataques terroristas de 2015 e 2016 ocorridos em Paris e Nice respetivamente, importa assinalar que, em termos de narrativa política, se registou por parte da maioria dos partidos uma recuperação dos valores do Republicanismo como forma de sublinhar a dicotomia e oposição existente entre o “nós”, o povo francês, e o “eles” os terroristas (Bogain, 2018; Chabal & Behrent, 2022; Rueda, 2022). A esta luz, o recurso aos valores Republicanos teve como principal intenção glorificar a identidade nacional e fomentar o sentimento de pertença e de união entre o povo e sociedade francesa contra um inimigo externo comum, os terroristas, por ele caracterizados como “bárbaros”. Foi enfatizada a divergência e o contraste de valores que se registava entre estes dois grupos, o primeiro defensor da justiça, dos direitos humanos, da liberdade e da paz e o segundo como não humanista (Bogain, 2018). Os ataques em solo francês, então sob a administração de François Hollande, espoletaram também uma alternância de posição da opinião pública francesa, sobretudo na população que se identificava mais com a esquerda e centro-esquerda. Em traços gerais, tanto a sociedade civil como os partidos passaram advogar medidas e políticas mais conservadoras, tradicionalmente defendidas pela direita e extrema-direita sobretudo no que concerne à temática da segurança. Aliás é de notar que o próprio presidente em exercício pretendeu galvanizar um sentimento de superioridade da França, a criadora dos valores republicanos que estão na base dos valores universais. O recurso à referência histórica da Revolução francesa, enquanto símbolo da união nacional, foi igualmente uma constante no seu discurso (Bogain, 2018). Interessantemente, as posições quanto às temáticas da imigração e socioeconómicas não se alteraram com os ataques demonstrando que ainda assim os ataques terroristas não provocam uma mudança integral de posição da população quanto a estas temáticas (Brouard et al., 2018).

Em termos práticos, esta alteração de atitude teve várias implicações e alterações práticas, nomeadamente no que concerne à modificação da legislação sobre a Desnaturalização. Em detalhe, alguns autores apontam até que as alterações efetuadas no Código Civil Francês à época subentendiam uma discriminação e desigualdade de tratamento relativamente à cidadania francesa ao estabelecerem uma conexão direta entre a prática

de atos de terrorismo e os cidadãos que obtiveram a cidadania francesa por aquisição e não por nascimento. No entender de Beauchamps por exemplo, esta questão deveu-se, primordialmente, à forma ambígua como é definido o conceito de terrorismo na legislação francesa, o que lhe confere uma possibilidade de se ajustar às diferentes situações (Beauchamps, 2017). De modo equivalente, os episódios de terrorismo registados foram de imediato associados pelo partido FN à imigração, à comunidade muçulmana residente em França e à religião islâmica em geral, atribuindo como principal causa para a sua ocorrência a permissão da entrada de imigrantes e requerentes de asilo em solo europeu e no país (Ivaldi, 2018). Não só tratou rapidamente de conotar esta comunidade aos vários episódios de terrorismo que tiveram lugar em solo francês com maior intensidade desde o final da década de 80 até 2015 como atribuiu à imigração o aumento dos episódios de terrorismo, como aqueles que se registaram em 2015 e 2016 (Chabal & Behrent, 2022; Hutchins & Halikiopoulou, 2020). É importante lembrar que, como medidas para solucionar estas questões, a FN sugeriu o encerramento das fronteiras, bem como a deportação e encerramento de mesquitas radicais como medidas punitivas (Almeida, 2017).

O autor Modood, considera que a continuidade desta controvérsia se deve à condicionalidade que existe *“The giving up of pre-French identities and assimilation into French culture is thought to go hand in hand with the acceptance of French citizenship”*⁶⁴ (Modood, 2019, p.53). Na sua ótica, a discriminação mútua entre estes grupos é o reflexo de uma frustração identitária precisamente por não serem considerados como parte integrante do povo francês aos olhos da população nativa. Como resume Kastoryano (2018) *“As for Muslims in Europe, they express their attachment to the country of settlement in terms of citizenship and rights. They express also their loyalty to the country of origin in terms of emotions and identity”*⁶⁵ (p.7).

Numa perspetiva segregacionista, a FN utiliza a referência ao Islão com a intenção central de realçar a incompatibilidade da civilização e valores ocidentais europeus com os valores e costumes da religião islâmica, sendo a forte presença da comunidade muçulmana na sociedade francesa uma ameaça à estabilidade e aos valores sob os quais se rege. Ainda que tenha vindo a assumir uma postura mais moderada, aquelas que são as principais linhas da sua narrativa desde a sua génese não alteraram, de entre as quais o apelo à anti-imigração ou ao anti islão apenas alterando a forma de transmissão da mensagem ao

⁶⁴ Tradução da autora: a renúncia às identidades pré-francesas e a assimilação à cultura francesa são consideradas indissociáveis da aceitação da cidadania francesa.

⁶⁵ Tradução da autora: quanto aos muçulmanos na Europa, exprimem a sua ligação ao país de estabelecimento em termos de cidadania e de direitos. Expressam também a sua lealdade ao país de origem em termos de emoções e de identidade.

grande público (Mondon, 2014; Stavrakakis et al., 2017). No seu âmago, esta referência assume um significado mais profundo na medida em que opõe, intencionalmente, duas civilizações e identidades culturais distintas: a ocidental caracterizada pelos valores da igualdade, liberdade e liberdade de expressão e a oriental considerada como altamente repressora dos valores liberais (Kaya et al., 2019).

Em termos reais, como exemplos paradigmáticos da materialização do sentimento Republicano generalizado da sociedade francesa marcadamente anti islão, episódios que a FN aproveitou para se opor publicamente ao integracionismo da comunidade muçulmana repare-se; na *Lei 2004-228* de 2004 que declara a proibição de símbolos religiosos ostensivos nas escolas públicas francesas; na *Lei 2010-1192* de 11 de outubro de 2010 (em vigor a partir de 2011) que proíbe a utilização do Véu integral (Burca ou Niqab) em espaços públicos; na *Lei de setembro de 2011* – entrou em vigor a lei francesa que proíbe os muçulmanos de rezarem em público; no ano de 2012 ao exacerbar a ideia de que apenas estava a ser produzida carne halal em Paris; no ano de 2014 quando se defendia a proibição de restrições alimentares por razões religiosas; no decreto municipal de 28 de julho de 2016 - a proibição do uso de roupas religiosas na praia na cidade de Cannes e , por último, no mês de abril de 2021 , momento em que se discute a proposta da proibição por lei do uso do *hijab* em público, discutida em França desde 2020 (Bertossi, 2012; Modood, 2019 ; Mondon, 2014; Startin, 2014).

É de realçar ainda a existência de um novo tipo de racismo agora assente menos numa questão de hierarquia cultural ou social do que na defesa da ideia de que as diferenças culturais que caracterizam as múltiplas identidades culturais não só não são compatíveis como ameaçam a autenticidade da identidade cultural dominante (Chaichian & Sadri, 2019; Kaya, 2021; Mondon, 2015). Mais recentemente, repare-se na polémica do Relatório Stora, encomendado por Macron no contexto no sexagésimo aniversário do fim da guerra da Argélia que gerou uma enorme controvérsia no seio da sociedade francesa. A forma como o relatório espelhou o sentimento de ambas a nação denunciou a contemporaneidade de um trauma que continua bem presente nos dias de hoje na vida de ambas as nações. De feição particular, o autor denunciou a existência de leituras opostas espelhando as atrocidades que se verificaram à época (Mortimer, 2023).

Retomando a nossa linha cronológica de acontecimentos, é de frisar que o ano de 1988 foi particularmente negro para a Frente Nacional, dado que registou um decréscimo significativo em termos eleitorais fruto da má imagem que o seu líder começava a deter na opinião pública e na comunicação social. As opiniões extremistas endereçadas ao antissemitismo ou a referência às câmaras de gás do período nazi, espoletaram um

sentimento de repulsa pelas ideias de Jean Marie Le Pen que se traduziram nos fracos resultados eleitorais levando-o a um isolamento político (Bolzonar, 2022; Marcus, 1995). O resultado das eleições europeias de 1984 deveu-se, fundamentalmente, ao sistema eleitoral então vigente, o método proporcional, que possibilitou uma maior representatividade e ascensão dos partidos mais pequenos (Bréchon & Mitra, 1992). Todavia, as eleições de 1988 foram um sucesso para o partido ocorrendo uma estabilidade que se verificou nas eleições europeias de 1989 iniciando novamente uma fase de declínio em 1992 e 1993 (Betz, 1994).

De destacar que a controvérsia que se gerou em torno da questão do véu por exemplo, revelou uma nova oportunidade para a Frente Nacional recuperar a sua imagem ao introduzir elementos do ideal do Republicanismo Francês na sua narrativa (Marcus, 1995). No contexto das eleições de 1993, o novo programa tinha por base a defesa do protecionismo, de uma postura antieuropeísta e a ideia de que a Globalização significava uma ameaça à preservação da identidade nacional (Mondon, 2015). No entender de Mondon (2015): *“it was arguably the crisis of liberalism and politics that facilitates the resurgence of ideas such as these promoted by the FN”* ⁶⁶ (p.398).

Registou-se de igual forma uma maior intensidade na difusão das medidas de âmbito cultural, temática que continuou a ocupar um lugar de destaque na narrativa do partido ao longo dos anos posteriores. No sentido de mitigar a situação atinente à questão das minorias e da imigração, o regresso ao governo de partidos da esquerda parlamentar por consequência das eleições Legislativas espoletou uma nova reforma no código de nacionalidade francesa. No sentido de introduzir parcialmente o “direito de solo automático” à cidadania francesa, nasceram as leis da cidadania de 1993 (*Lei Méhaigmarie* de 1993 sobre a Nacionalidade e *Lei Pasqua sobre a Imigração*), a *Lei Debré* de (1997) que visava a regulamentação do fluxo migratório e ainda a *Lei Chevenement*. Em adição, na sequência do relatório do alto conselho para a imigração – *“Haute Conseil à L’Intégration”* de 1998 que confirmou a existência de discriminação para com os estrangeiros, o então primeiro-ministro anunciou um conjunto de medidas, entre as quais a criação de uma linha telefónica de apoio à denúncia de casos de discriminação e a criação da Alta Autoridade para o combate às discriminações em 2004 (Bertossi, 2012).

Em síntese, neste período verificou-se uma inversão daquele que era o sentimento generalizado da opinião pública no sentido de reconhecer a existência de desigualdades, iniciativa que revelou um momento de abertura da sociedade francesa no que concerne à

⁶⁶ Tradução da autora: foi sem dúvida a crise do liberalismo e da política que facilitou o ressurgimento de ideias como as promovidas pela FN.

integração dos imigrantes (Bertossi, 2012). A necessidade de adaptar e moderar o discurso político ao novo contexto sociocultural da sociedade francesa ficou claramente evidente com a derrota de Jean Marie Le Pen nas eleições presidenciais de 2002 (Bolzonar, 2022). Este é um exemplo significativo de como a retórica da FN/RN foi forçada a ajustar e adaptar a sua abordagem, enfatizando ou mitigando a sua importância no programa político consoante os acontecimentos mais recentes ou as preocupações mais urgentes do eleitorado. No contexto das eleições presidenciais de 2002, Jean Marie Le-Pen registou, pela primeira vez, um resultado histórico para a Frente Nacional ao alcançar pela primeira vez a segunda volta contra Jacques Chirac (Ministère De L'Interieur, 2002). Foi precisamente nos grandes centros urbanos e nas pequenas vilas da França rural que a Frente Nacional alcançou os seus melhores resultados (Hainsworth, 2004). A FN procurou distanciar-se da narrativa dos partidos tradicionais ao conceber uma narrativa ideológica que remonta à defesa dos valores cristãos católicos, ao apelo constante à civilização francesa bem como aos valores republicanos que em abstrato a enformam (Bertossi, 2012). De enfatizar que na sua narrativa constava uma utilização explícita do populismo e através da referência a inimigos internos, tais como a esquerda socialista e a elite francesa que, imbuídos pela ideologia marxista, do seu prisma se encarregavam de promover o “*nihilism*” e o “*moral relativism*”⁶⁷, elementos altamente destrutivos para a conservação da identidade nacional (Almeida, 2019). A sua condição enquanto partido da oposição permitiu-lhe, com maior facilidade, apostar numa postura diferenciada face aos restantes partidos, dado que se encontrava numa posição politicamente descomprometida. Foi precisamente esta sua condição que possibilitou que o partido assumisse atitudes radicais e oferecesse soluções pouco convencionais no contexto das temáticas mais fraturantes da sociedade francesa.

É de realçar que o aumento exponencial das votações desde o início da década de 2000 significam, no fundo, não só a expansão da sua base eleitoral e a diversificação do seu eleitor-tipo inicial como também uma expressão da vontade do eleitorado em conferir à Frente Nacional uma oportunidade para governar (Hainsworth, 2004). Este crescendo na percentagem eleitoral significou, concomitantemente, a ascensão da extrema-direita no espaço mediático e o início de um sintoma de descrédito generalizado do eleitorado nos partidos tradicionais que até então alternavam no poder (Mondon, 2015). Em particular, na sequência e no contexto dos ataques terroristas de 2001, Le Pen reforçou na sua narrativa temáticas como imigração ilegal, a segurança e o fortalecimento da lei (Hainsworth, 2004; Mudde, 2020). É oportuno ainda realçar que o crescendo do número de apoiantes dos partidos da extrema-direita forçou os partidos tradicionais a adotarem posições mais

⁶⁷ Tradução da autora: nihilismo e relativismo moral.

restritivas no que concerne à adoção de políticas multiculturalistas, às questões de reconhecimento e ao tratamento das subculturas temáticas que tradicionalmente abordam numa ótica de igualdade e tolerância (Joon Han, 2015). As políticas e medidas adotadas ao longo das três últimas décadas quer por parte dos partidos no poder quer pelos Presidentes são um exemplo paradigmático desta questão. Veja-se por exemplo a criação do *Conseil Français du Culte Musulman*⁶⁸ em 2003 pelo presidente em exercício Nicholas Sarkozy que ainda hoje não só não é totalmente aceite pela maioria da comunidade muçulmana em França como também tem pouca expressão no espaço mediático francês (Modood, 2019).

Em sequência, as eleições de 2007 revelaram uma necessidade urgente de modificar a estratégia e a narrativa do partido, estratégia que iniciou com a mudança de liderança. A vitória de Sarkozy nas presidenciais de 2007 significou uma nova derrota eleitoral para o partido de Le Pen. Numa tentativa de tentar mitigar as tensões sociais que se verificavam, Sarkozy foi responsável por criar o Ministério da imigração, da integração, da identidade nacional e do desenvolvimento perdurou até 2010 e ainda de “políticas de imigração selecionada” (Bertossi, 2012). Em termos ideológicos, a narrativa da Frente Nacional centrou-se fundamentalmente numa postura de anti-imigração, xenófoba profundamente nacionalista e antieuropeísta na qual atribuía aos imigrantes o aumento da criminalidade, o aumento do desemprego (Stockemer, 2017b). No entanto, a crise económica e financeira que se verificou na Europa em 2008 revelou-se uma oportunidade de enorme aproveitamento político acabando por lançar as bases para a nova sucessão de Marine Le Pen (Mondon, 2015).

Contrariamente à estratégia adotada pela liderança anterior, Marine Le Pen tem vindo a adaptar desde 2011 o seu discurso a uma postura menos radical por forma a captar eleitores provenientes de todos os quadrantes e classes da sociedade e ainda a ocupar uma posição mais *mainstream* (Kaya et. al, 2019; Rueda, 2022; Stockemer, 2017b). Perante o grande público, Marine Le Pen procurou desde o primeiro momento distanciar-se das figuras internas do partido, nomeadamente do pai e líder anterior. Todavia, de uma forma não oficial, continua a apoiar os pequenos movimentos extremistas de direita, que constituem o seu braço operacional. Pela sua condição peculiar e pelo seu carácter não oficial, estes pequenos grupos são de uma importância singular para o partido, uma vez que permitem, de uma forma informal, a difusão de mensagens extremistas mais próximo das populações (Caiani & Císař, 2018).

⁶⁸ Tradução da autora: Conselho Francês da Fé Muçulmana.

A relação do partido e das lideranças do partido com os meios de comunicação social alterou substancialmente após a saída de Jean Marie Le Pen. Em particular, a necessidade de ampliar o espectro eleitoral obrigou a uma modificação da forma e do conteúdo da narrativa do partido que culminou numa estratégia denominada “*dédiabolisation*”⁶⁹ (Evans & Ivaldi, 2017). A título exemplificativo, veja-se a nova postura da Frente Nacional ao integrar o apoio público aos direitos LGBTQ e à igualdade de género na sua retórica. Em contraste com a liderança anterior, Marine Le Pen introduziu na sua narrativa a temática dos direitos das mulheres e do “conservadorismo Feminista” recorrendo simbolismo da figura histórica de Joana d’Arc (Rueda, 2022; Startin, 2014).

O papel do género no crescimento do partido

Nos seus primórdios, a estratégia do partido passou pela personalização da sua liderança assumindo Jean Marie Le Pen como figura central no espaço mediático. No tocante à temática da igualdade de género, sempre foi parte integrante da sua retórica, desde as suas origens, a importância de salvaguardar o núcleo familiar e as normas sociais ditas “tradicionais”, revelando muitas vezes posturas conservadoras e tradicionalistas de oposição ao aborto ou aos movimentos LGBTQI (Almeida, 2019; Kinnvall, 2015). Numa tentativa de se apropriar destes movimentos com o objetivo de aproximar o partido das massas, estratégia denominada de *pinkwashing*, a mudança de liderança em 2011 para Marine Le Pen acabou por diversificar a sua base eleitoral tendo repercussões imediatas nos atos eleitorais que se seguiram (Geva, 2020a; Surel, 2019). Neste aspeto, o género assumiu uma importância singular para o sucesso do partido, dado que o facto de a nova liderança ser uma mulher lhe confere uma imagem maternal e de maior sensibilidade, fatores que lhe conferem um maior destaque de entre as demais lideranças maioritariamente masculinas (Santos & Roque, 2021).

Este é um fator fundamental que permite a sua aproximação das massas, em particular às classes trabalhadoras (Bréchon & Mitra, 1992; Geva, 2020a). Internamente no partido, Le Pen é considerada uma fonte inquestionável de admiração, liderança, autoridade e uma defensora acérrima do feminismo (Geva, 2020b). Em contraste com a postura deliberadamente sexista e conservadora do seu pai, Marine Le Pen apresenta-se como uma mulher comum francesa captando cada vez mais a atenção do eleitorado feminino que a vê como uma representação ideal da figura moderna da mulher (Hewlett & Kuhn,

⁶⁹ Tradução da autora: de-diabolização.

2022; Kaya, 2021; Mayer, 2022). Deve ainda sublinhar-se que a referência ao género, em particular, à igualdade de género na sua narrativa, visa, numa vertente, salientar o contraste existente entre os valores culturais que pautam a civilização europeia e os outros costumes, em particular a religião Islâmica (Brubaker, 2017). Como atentam as autoras Santos e Roque: *“women’s rights in Europe are used to justify anti-immigration and xenophobic positions and overemphasize the role of Islam in maintaining cisheteropatriarchy, ignoring the cisheteropatriarchal foundations of European societies themself”*⁷⁰ (Santos & Roque, 2021, p.46).

A nova liderança foi também acompanhada de uma nova retórica que se caracterizou, em parte, pela reintrodução do discurso Republicano identitário fortemente universalista que se materializou na repressão dos particularismos. Neste ponto, Marine Le Pen introduz na agenda política da Frente Nacional/ Reagrupamento Nacional uma ideia de saudosismo de um passado glorioso da nação francesa, à qual associa uma imagem de poder e afirmação de superioridade sobretudo em termos culturais e políticos (Rueda, 2022). Repare-se nas campanhas anti-imigração profundamente nativistas que tiveram especial enfoque na comunidade muçulmana e que foram parte integrante da narrativa propagandística que conduziu o partido à ascensão desde o início do presente século (Mondon, 2015; Rydgren, 2008; Stockemer, 2017). Como realça Bolzonar (2022) a estratégia de *dédiabolisation* teve o propósito de renovar a imagem do partido ao retirar da sua narrativa política a alusão a temáticas extremistas e de elevada controvérsia, tais como o antissemitismo e a referência histórica ao regime de Vichy. A sua narrativa tinha e tem agora como ideia central a importância da preservação cultural e identitária da França, transparecendo agora uma mensagem de maior contenção e moderação da atitude extremista anterior ao redirecionar o foco para o “fim do clientelismo” e para a necessidade de democratizar o acesso à cultura (Almeida, 2019). Porém, em termos de conteúdo, a retórica de Marine Le Pen não divergiu da anterior revelando uma linha de continuidade na utilização de várias temáticas, tais como a do “welfare-chauvinism”; do nacionalismo, do nativismo, da xenofobia, do racismo e ainda da oposição entre os valores da laicidade e da secularização como forma de realçar o contraste com a religião islâmica (Caiani & Císař, 2018). De um modo geral, Marine Le Pen continua a assumir-se, tal como o seu pai, como a personificação da luta contra os inimigos da França, isto é, os imigrantes, a comunidade islâmica, a União Europeia e a globalização (Kaya, 2021). Para fundamentar e legitimar o seu discurso alude, de forma

⁷⁰ Tradução da autora: os direitos das mulheres na Europa são utilizados para justificar posições anti-imigração e xenófobas e enfatizar excessivamente o papel do Islão na manutenção do cisheteropatriarcado, ignorando os fundamentos cisheteropatriarcais das próprias sociedades europeias.

calculada, a episódios da história francesa, uma vez que, dado o seu carácter emocional, galvanizador e intemporal, podem ser facilmente utilizados e introduzidos nas agendas políticas e narrativa do partido (Rueda, 2022; Zeglen & Ewen, 2020). A título ilustrativo repare-se no recurso frequente de personalidades históricas como Charles De Gaulle por parte de Marine Le Pen aos quais reforça a sua associação e admiração, em oposição a Jean Marine Le Pen.

Neste pano de fundo, a alusão ao Iluminismo, à Revolução Francesa e à sua dimensão valorativa fundamentam a sua postura relativamente à questão da Laicidade e à sua atitude de condenação das práticas e costumes associados à religião Islâmica. Em consequência, na ótica da nova lógica da Frente Nacional, a recuperação do passado glorioso e da identidade cultural francesas está dependente da existência de uma força política que incite a recuperação do verdadeiro espírito patriota e nacionalista, a Frente Nacional. Nestas condições, o partido chamou a si a tarefa de invocar as raízes culturais da França que remontam às suas origens cristãs atribuindo uma nova notoriedade à igreja na sociedade francesa (Rueda, 2022). Note-se a incongruência ideológica neste ponto: no que concerne à questão da laicidade a Frente Nacional apresentava-se manifestamente a favor alegando, de uma forma radical, que a pluralidade e o reconhecimento das especificidades de matéria religiosa e cultural representavam uma ameaça à integridade e homogeneidade culturais da sociedade francesa. Ao apelar à defesa da herança cristã, a Frente Nacional concede um carácter de excecionalidade ao papel e interferência da igreja católica na sociedade justificando tratar-se de um direito dada a sua importância histórica e peso na sociedade. A apologia ao Cristianismo mantém-se até às eleições Presidenciais de 2002, nas quais a FN integrou na sua agenda eleitoral um conjunto de medidas de defesa da doutrina cristã.

Recuperando a nossa linha cronológica de acontecimentos, nas eleições presidenciais de 2012, Marine Le Pen voltou a recorrer a uma narrativa de natureza nacionalista totalmente delineada tendo por base os pressupostos valorativos e ideológicos do Republicanismo. De feição particular, esta é uma das características centrais que distingue o populismo francês dos restantes populismos. A título exemplificativo são vestígios deste sentimento Republicano na narrativa de Marine o apelo à "*prioridade nacional*" e à excecionalidade da cultura francesa e do mundo francófono (Almeida, 2019). Esta questão foi particularmente observável no contexto das eleições de 2017, onde Marine Le Pen e Mélenchon se assumiram como populistas apresentando medidas de carácter predominantemente populista (Albertazzi & Vampa, 2021). A primeira focou-se nas temáticas da imigração, da preservação da identidade nacional e União Europeia enquanto o segundo se focou na subida dos salários e no aumento dos impostos para as grandes fortunas (Albertazzi &

Vampa, 2021). Marine Le Pen fixou-se no argumento de que a imigração atentava diretamente contra o sistema de providência e bem-estar social da França. Em específico, Le Pen concentrou a sua narrativa na ideia de que o Islão tinha por missão dominar a França conotando toda a comunidade muçulmana com o fundamentalismo islâmico (Mondon, 2015). Esta postura denuncia de forma transparente a existência de uma atitude nacionalista, assimilacionista e anti multiculturalista ao atribuir um lugar de destaque à preservação do legado cultural francês em detrimento de outras formas de expressão cultural no espaço público, neste caso as práticas Islâmicas. A temática da comunidade muçulmana e da religião Islâmica foi utilizada com especial ênfase ao longo das duas últimas décadas, de forma calculada, para fins políticos por parte do partido, uma vez que como já vimos anteriormente se revela uma temática sensível no imaginário que caracteriza a sociedade e cultura francesas (Mondon, 2015; Rydgren, 2008). Na ótica do partido, a solução para a resistência por parte dos imigrantes muçulmanos em manter as suas práticas, hábitos e costumes é a promoção de medidas segregadoras, de exclusão e de não reconhecimento (Rydgren, 2008).

Um outro aspeto que Le Pen introduziu na sua estratégia e que merece igual destaque nesta nossa análise é a forma como ajustou a sua narrativa às especificidades de cada território privilegiando o ajuste nas regiões onde tem maiores interesses estratégicos, tais como as zonas rurais do interior da França. Neste ponto, os autores Heinisch, Massetti, e Mazzoleni acrescentam um outro ângulo de análise acerca da estratégia de “descentralização” da Frente nacional. No seu entender, a estratégia da Frente Nacional e o seu sucesso nas eleições, nomeadamente as de âmbito regional, deveu-se primordialmente à sua capacidade de ajustar e adaptar a sua narrativa às problemáticas e contextos sociais, culturais e económicos que caracterizam os diferentes locais ou regiões (Heinisch et al., 2020). Sumariamente “*FN emphasizes territorial identity and rhetoric, shifting its focus from national to regional and local*”⁷¹ (Heinisch et al., 2020, p.168).

O facto de existir uma enorme descentralização, permite que a FN tenha a possibilidade de expandir a sua rede e posição nas áreas e locais menos populosas do interior do país. Fatores como a existência de uma enorme presença de imigração, ou, em especial, da comunidade muçulmana são fatores que favorecem o partido localmente. Esta estratégia tem surtido efeito uma vez que tem vindo a conquistar cada vez mais terreno a partir das eleições de 2004 e municipais em 2014, com exceção do ocorrido em 2010. Em jeito ilustrativo, observe-se o ocorrido nas eleições regionais de 2014 e locais de 2015 que se tornaram num exemplo paradigmático da aplicação prática de ações de natureza racista e

⁷¹ Tradução da autora: FN enfatiza a identidade territorial e retórica, mudando o seu foco do nacional para o regional e local.

xenófoba que caracterizam o programa político do partido. Nas eleições municipais de 2014 foi registado um reforço por parte do partido na concessão de apoios aos eventos e associações cujo objetivo se destinava a financiar atividades enquadradas na cultura e tradições francesas, em oposição às demais associações com outras naturezas e fins que viram os seus subsídios diminuídos e até extintos. No entanto, estas rapidamente deram lugar a medidas específicas de carácter segregacionista como a realização do “*the pork fest in Hayange*”⁷², um local onde existia uma forte presença da comunidade muçulmana (Almeida, 2019). De modo equivalente, nas regiões de *Hauts-de-France* e de *Provence-Alpes-Côte d’Azur* houve um novo reajuste na narrativa que teve como especial foco as questões da identidade nacional, da imigração, do sentimento anti islão, dada a forte presença da comunidade muçulmana na região (Heinisch et al., 2020, p.179).

Ainda que tenha captado a atenção de um número cada vez maior de eleitores ao longo dos últimos anos, numa visão ampliada, por muito que a liderança do partido tente alterar a sua retórica, sobretudo na forma como a transmite ao seu eleitorado, será sempre forçado a cingir-se às linhas temáticas que desde sempre constituem a base sobre a qual, do ponto de vista ideológico, se fundamenta. O seu principal desafio é agora o de assegurar a transmissão, manutenção e salvaguarda da essência da sua mensagem num contexto de mutabilidade contínua da sociedade francesa, em termos sociais, culturais e políticos (Loch, 2018; Surel, 2019). A forma como se ajusta aos novos tempos é crucial para salvaguardar a sua posição no sistema político-partidário francês no contexto hodierno. Em coerência, a derrota de Marine Le Pen nas eleições presidenciais de 2017 revelou precisamente uma crise de identidade que espoletou a mudança de nome para Reagrupamento Nacional, no original “*Rassemblement National*” em 2018 (Betz, 2019; Loch, 2018). No entanto, numa linha de continuidade, as mais recentes eleições presidenciais de 2022 continuaram a ter como temáticas centrais as questões da imigração e ainda na Islamização da sociedade francesa lançando para o debate público o mais recente projeto de Lei de 13 de abril de 2021 que propõe a proibição por lei do uso do *hijab* em público, discutida em França desde 2020.

⁷² Tradução da autora: a festa da carne de porco em Hayange.

O Euroceticismo

No contexto do objeto de estudo sobre o qual se debruça o presente trabalho teremos naturalmente de conceder uma especial atenção à forma como o partido FN/TN aborda as questões da integração europeia.

A atenção concedida à temática da União Europeia e a demonstração de elevado ceticismo e descrença relativamente ao projeto europeu por parte da FN/RN em França não foi uma constante na narrativa do partido desde a sua origem. Na verdade, ocorreu uma oscilação no tratamento desta temática desde os seus primórdios. Numa primeira fase, a temática do projeto europeu e das eleições europeias não assumia qualquer preponderância na agenda política/partidária da sociedade francesa (Hainsworth, 2004; Morini, 2018). Não obstante, na década de 80 observou-se um certo entusiasmo generalizado por parte da sociedade francesa pelo projeto europeu, tendência que se reverteu em 1992 na sequência do referendo, e consequente ratificação do Tratado de Maastricht liderado pelo então presidente Mitterrand (Ivaldi, 2018; Morini, 2018). Desde a década de 90 que a Frente Nacional tem vindo alegar que a sua oposição ao projeto europeu se deve não só a razões de natureza económica ou cultural como também de soberania nacional colocando em questão a integração europeia ao adotar atitudes xenófobas e etnonacionalistas (Rydgren, 2008). Em detalhe, as instituições europeias e o projeto europeu são caracterizados pela FN/RN nos seus programas políticos e aparições públicas como sendo uma autoridade hegemónica altamente repressora das particularidades culturais que caracterizam os Estados membros e que visa homogeneizar e dominar o espaço europeu. Precisamente por potenciar o multiculturalismo, a UE contribuí ela própria para reprimir as especificidades culturais de cada Estado membro ao fomentar o sentimento de insegurança generalizado (Macmillan, 2022).

A esta luz, a UE é promotora de um sentimento de insegurança generalizado no espaço europeu que é potenciado pela sua abertura à imigração. A Comissão Europeia constitui o foco das críticas da FN/RN precisamente pelo facto de a sua natureza e constituição resultarem de forma não eleitoral. Alega que esta pretende, num último estágio, limitar, controlar e condicionar em absoluto a capacidade de autonomia dos Estados membros subtraindo-lhes a sua capacidade de controlo e soberania nacional (Loch, 2018; Macmillan, 2022). No seu entender, é precisamente este órgão que personifica a natureza tecnocrática e absolutista da União por considerar que está totalmente distante da realidade dos Estados membros e, fundamentalmente, dos cidadãos europeus. De modo equivalente, a

FN/RN acusa o Parlamento Europeu de não ser um órgão imparcial e de se subjugar aos interesses do *lobbying* dos grupos económicos ao invés de salvaguardar os interesses dos cidadãos europeus (Ivaldi, 2018; Macmillan, 2022). A narrativa da UE, norteada pelo menos em termos formais e teóricos, pelos ideais da Liberdade, Justiça e defesa dos Direitos Humanos, tem por objetivo central distrair a população ao fornecer-lhes uma ideia que não corresponde à realidade. Na sua leitura, a postura da UE de abertura à imigração contribui fortemente para o enfraquecimento das identidades nacionais dos seus Estados-Membros, uma vez que, por serem provenientes de uma origem e cultura diversas, constituem uma ameaça aos valores fundacionais da civilização europeia. A ratificação do referendo acerca do Tratado de Maastricht em 1992 e o voto negativo em 2005 sobre o Tratado de Constituição Europeia espelharam um sentimento generalizado de desconfiança por parte da sociedade francesa face às instituições e projeto europeu, sentimento que tende a reforçar-se cada vez mais mesmo em contexto da mais recente invasão na Ucrânia (Chabal & Behrent, 2022).

Recuando um pouco no tempo, nas eleições de 2002 uma das bandeiras que constituiu a narrativa da Frente Nacional foi precisamente a temática do Euroceticismo, tema que passou a integrar a sua retórica até aos dias de hoje. Na sua ótica, a integração europeia é sinónimo de enfraquecimento do poder e autonomia dos Estados membros, pelo que se revela de primordial importância retirar a França da esfera de controlo do centro tecnocrata de Bruxelas, limitador da ação e afirmação dos Estados membros no plano regional e internacional. As restantes organizações internacionais como a OMC, a NATO e a ONU são percecionadas igualmente como limitadoras do poder da França (Hainsworth, 2004). De modo equivalente, o ano de 2005, no contexto do referendo relativo ao tratado de constituição europeu no qual os franceses votaram contra, foi novamente caracterizado pelo surgimento de uma onda eurocética que passou a integrar as principais temáticas de discussão político partidária (Morini, 2018). No contexto da crise financeira de 2008, registou-se uma enorme ênfase no apelo à saída da zona euro que se repetiu em 2012, em 2014 no contexto das eleições europeias e teve o seu auge em 2017. Neste contexto, os partidos da esquerda tradicional foram fortemente afetados (Evans & Ivaldi, 2017; Ivaldi, 2018).

Na sequência do processo do Brexit em 2016, a FN integrou na sua narrativa saída da França da UE, que apelidou como um projeto altamente repressor da autonomia dos Estados e limitador da autonomia, e uma ameaça à autonomia francesa (Ivaldi, 2018).

De modo equivalente, as eleições presidenciais de 2017 tiveram como temáticas centrais o desemprego, o terrorismo, a desigualdade e o papel da União Europeia bem como o

processo de integração europeu constituíram a agenda política que opôs Marine Le Pen a Emmanuel Macron (Durovic, 2019). Como resultado do período de maior intensificação da crise migratória e do elevado número de pedidos de asilo, em 2017 foram privilegiados os temas concernentes à vaga de imigração, tais como o crescimento da comunidade islâmica, o sentimento anti islão, a necessidade de restaurar a identidade nacional e de reforçar a segurança na sequência dos ataques terroristas que se fizeram sentir em solo francês (Ivaldi, 2018). Em adição, reiterou a intenção de renegociar os tratados com vista à saída da França da União (Loch, 2018). O sistema partidário francês sofreu uma enorme mutação nas últimas três décadas. Primeiramente, era caracterizado por uma formação partidária quadripolar ancorada nos partidos tradicionais de esquerda, tais como o PS e de direita. Contudo, no início do presente século, o surgimento de novos movimentos bem como o crescimento exponencial de partidos pequenos, tanto de direita, como de esquerda, como centristas, tem vindo, progressivamente a fragmentar um sistema bipolar que se encontrava consolidado (Evans & Ivaldi, 2017). Estas eleições foram um reflexo claro disso. A esquerda ficou fragmentada devido ao surgimento de novos partidos, tais como “*La France Insoumise (LFI)*”⁷³ e o declínio dos partidos tradicionais como o Partido Comunista Francês (PCF) (Evans & Ivaldi, 2017). Note-se, que esta foi a segunda ocasião em que a Frente Nacional alcançou a segunda volta das presidenciais tornando a sua líder na segunda mulher a qualificar-se para a 2ª volta de umas eleições Presidenciais. Apesar da vitória expressiva de Macron, é de sublinhar que marine obteve duas vezes mais votos (33,9%) do que o seu pai em 2002 (Durovic, 2019). Semelhantemente, o mesmo se verificou nas eleições legislativas, onde o partido de centro foi o grande vencedor e a FN manteve a sua percentagem praticamente inalterável face às eleições anteriores. Macron (Durovic, 2019).

No contexto das eleições de 2022, Le Pen centrou-se na temática do custo de vida apresentando-se com uma imagem renovada do seu partido, agora denominado “Reagrupamento Nacional”. Nas eleições legislativas, o Reagrupamento Nacional tornou-se no maior grupo de oposição de Macron com oitenta e nove lugares na Assembleia Nacional. Em particular, estas eleições possibilitaram que o partido constituísse um grupo parlamentar, o que lhe concede acesso a mais comissões e, sobretudo, simboliza um reforço da sua legitimidade política da sua representação na assembleia (Hewlett & Kuhn, 2022). É aqui que reside o perigo, o perigo de uma retórica totalmente artificial despida de quaisquer valores ou princípios morais poder vir a ser “armada”, isto é, de ter a possibilidade de a colocar em ações e medidas concretas de natureza racista, xenófoba e profundamente nativista. No entanto, mesmo na sua condição atual de “Profeta

⁷³ Tradução da autora: a França Insubmissa.

Desarmado” no dizer de Norberto Bobbio, a retórica do partido faz opinião, ajuda a segregar a sociedade francesa e, numa visão mais ampliada, fomenta o desinteresse da população para com o projeto europeu. Ainda que agora possua uma intenção mais reformista do projeto ao invés de optar pela saída, continua a ignorar a sua essência e a contribuir para uma ideia profundamente tecnocrata da União, despida de quaisquer valores ou princípios norteadores.

Em jeito de conclusão importa notar que a sua narrativa política permanecerá ao longo dos próximos anos dentro daquilo que são as suas linhas temáticas basilares desde os seus primórdios e às quais deve o seu crescimento, como por exemplo a postura anti-imigração, anti islão e a acérrima oposição à UE que diz constituir uma ameaça à sua soberania nacional. A única diferença reside na forma como as apresenta e as adapta às novas exigências do eleitorado que resultam das mutabilidades sociais, culturais e políticas caracterizam a sociedade onde se insere. Todavia, já provocou mudanças significativas tanto no sistema partidário francês como na população e eleitorado que passou a normalizar políticas de carácter xenófobo e racista difundidas pelo RN, largamente associadas a períodos históricos anteriores da história francesa (Ivaldi, 2018; Mondon, 2014).

Conclusão

A promoção do Euroceticismo e o protesto contra a integração europeia levadas a cabo pelos partidos de extrema-direita tem vindo assumir cada vez mais relevância nas duas últimas décadas. A onda crescente de euroceticismo que constitui uma das temáticas predominantes da retórica da extrema-direita e, fundamentalmente, os resultados práticos que essa retórica espoleta através do aumento da sua expressão nos sistemas político-partidários das democracias liberais do ocidente europeu, são uma clara evidência de que as ideias, as narrativas e os discursos nacionalistas dos atores sociais, sobretudo os de natureza político-partidária, assumem cada vez mais relevância para a perceção da população relativamente à integração e políticas europeias.

Ao dirigirem-se à União Europeia como uma ferramenta meramente utilitária que serve exclusivamente o interesse económico dos Estados-Membros e ainda ao omitir referências à sua dimensão valorativa estão a contribuir para aprofundar o afastamento dos cidadãos da esfera política europeia e para a perpetuação dos desafios políticos. No fundo, a retórica da extrema-direita enfraquece a tentativa de democratização de um modelo político europeu mais forte que de facto proteja os cidadãos.

A ascensão meteórica destes partidos que se regista um pouco por toda a Europa espelha uma vontade das populações em conferirem a estes partidos uma possibilidade de colocarem em prática medidas vão de encontro às regras de convivalidade e tolerância que são, na sua essência, o produto da estrutura evolutiva e normativa que constitui a base das nossas sociedades. A dimensão nacionalista da sua retórica adquiriu um novo enquadramento por parte dos partidos da extrema-direita, assumindo conotações marcadamente xenófobas, racistas e segregacionistas.

De “comunidade”, da forma como o professor Adriano Moreira a define, a União Europeia apenas possui uns vestígios. Numa perspetiva do topo para a base, a União Europeia tem cada vez mais dificuldades em fazer valer junto dos cidadãos e Estados membros os pilares fundacionais de natureza normativa e valorativa que estão na sua génese. Na perspetiva contrária, o discurso apresentado pelos partidos da extrema-direita tem efeitos significativos para a integração e políticas europeias, tal como foi colocado em evidência ao longo do presente trabalho, ameaçando numa dupla vertente: não só não apresenta soluções perante uma realidade concreta, agrava as relações interétnicas e incita e

polariza as populações no sentido da intolerância e discriminação incrementando o ódio como também fomenta a distância entre os cidadãos e entre estes e as instituições europeias por meio das suas narrativas de euroceticismo e discursos enviesados da União como sendo apenas uma tecnocracia que serve apenas os interesses económicos de uma elite abstrata.

Em termos latos, os movimentos nacionalistas colocam em questão a natureza da própria União e, por conseguinte, a legitimidade da sua atuação perante os cidadãos ameaçando a matriz normativa sob a qual recai toda a coesão sociopolítica dos Estados que compõem a unidade europeia. Neste quadro, revela-se premente recuperar a verdadeira essência da União através de medidas que fomentam o interesse dos cidadãos para com as questões europeias; apostar em políticas públicas com vista à integração, tolerância e respeito pelas comunidades e grupos minoritários; tentar levar em linha de conta as questões sociais, culturais em consideração na construção de políticas de imigração ou ainda coresponsabilizar os Estados quanto ao seu cumprimento.

O multiculturalismo não é sinónimo de desordem.

Referências Bibliográficas

Albertazzi, D., & Vampa, D. (Eds.). (2021). *Populism and new patterns of political competition in Western Europe*. Routledge. ISBN: 978-0-429-42979-8 (e-book version).

Almeida, D. (2017). Exclusionary secularism: The Front national and the reinvention of laïcité, *Modern & Contemporary France*, 25(3), 249-263. DOI: 10.1080/09639489.2016.1272561.

Almeida, D. (2019). Cultural retaliation: The cultural policies of the 'new' Front National, *International Journal of Cultural Policy*, 25(3), 269-281. DOI: 10.1080/10286632.2017.1288228.

Anastasiou, M. (2019). Of Nation and People: The Discursive Logic of Nationalist Populism, *Javnost - The Public*, 26(3), 330-345. DOI: 10.1080/13183222.2019.1606562.

Anderson, B. (2005). *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa. Edições 70. ISBN: 972-44-1210-5.

André, J. (2012). *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: O diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*. Palimage. ISBN: 978-989-703-046-8.

Balla, E. (2023). The EU Human Rights paradigm: Re(politicizing) European Integration. In S. Rocha-Cunha, I. Viparelli, E. Balla, P. Fontes & R. Vasques (Eds.), *Crises of the Political and Human Rights: Critical Perspectives on the common world* (pp.13-41). Edições Húmus, Lda. ISBN: 978-989-755-892-4.

Balibar, E. & Wallerstein, I. M. (1991). *Race, nation, class: Ambiguous identities*. Verso.

Barou, J. (2014). Integration of immigrants in France: A historical perspective. *Identities*, 21(6), 642-657. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2014.882840>.

Barclay, F. (2018). Remembering Algeria: Melancholy, depression and the colonising of the pieds-noirs, *Settler Colonial Studies*, 8 (2), 244-261. DOI: 10.1080/2201473X.2016.1273873.

Baubérot, J. (2009). *Laïcité* and the Challenge of 'Republicanism', *Modern & Contemporary France*, 17(2), 189-198. DOI: 10.1080/09639480902827603.

Beauchamps, M. (2017). Perverse Tactics: 'Terrorism' and National Identity in France, Culture, *Theory and Critique*, 58(1), 48-61. DOI: 10.1080/14735784.2015.1137480.

- Bertossi, C. (2021). Uses of history as a cultural process: Integration, citizenship and the boundary-making in contemporary France. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47(18), 4238-4255. DOI: 10.1080/1369183X.2020.1812280.
- Bolzonar, F. (2022). Dealing with a difficult past: historical memories of the Vichy regime and fascism in the ideology of the Rassemblement National and the Lega, *Journal of Contemporary European Studies*, 31(2), 363-373. DOI:10.1080/14782804.2022.2056730.
- Braun, D., & Tausendpfund, M. (2014). The Impact of the Euro Crisis on Citizens' Support for the European Union, *Journal of European Integration*, 36(3), 231-245. DOI: 10.1080/07036337.2014.885751.
- Bréchon, P., & Mitra, S. K. (1992). The National Front in France: The Emergence of an Extreme Right Protest Movement. *Comparative Politics*, 25(1), 63–82. DOI: <https://doi.org/10.2307/422097>.
- Brouard, S., Vasilopoulos, P., & Foucault, M. (2018). How terrorism affects political attitudes: France in the aftermath of the 2015–2016 attacks, *West European Politics*, 41(5), 1073-1099. DOI: 10.1080/01402382.2018.1429752.
- Beaman, J. (2017). French Is, French Ain't: Boundaries of French and Maghrébin Identities. *Citizen Outsider: Children of North African Immigrants in France*, 66-83. DOI: <https://www.jstor.org/stable/10.1525/j.ctt1w8h1qh.9>.
- Benedict, R. (1934). *Patterns of Culture*. Boston: Houghton Mifflin. ISBN:0710010702.
- Bertossi, C. (2012). *As Cruzadas da Integração na Europa*. (1ª ed.). Princípios/Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-989-716-043-1.
- Bertossi, C., Duyvendak, J. W. & Foner, N. (2021). Past in the present: Migration and the uses of history in the contemporary era, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47(18), 4155-4171. DOI: 10.1080/1369183X.2020.1812275.
- Betz, H. G. (1994). *Radical right-wing populism in Western Europe*. Springer. ISBN:9781349235476.
- Betz, H. G. (2019). Facets of nativism: A heuristic exploration. *Patterns of Prejudice*, 53(2), 111-135. DOI: 10.1080/0031322X.2019.1572276.
- Betz, H. G. (2017). Nativism across time and space. *Swiss Political Science Review*, 23(4), 335-353. DOI: <https://doi.org/10.1111/spsr.12260>.
- Bijsmans, P. (2021). The Eurozone crisis and Euroscepticism in the European press, *Journal of European Integration*, 43(3), 331-346. DOI: 10.1080/07036337.2020.1740698.

- Boeri, T. (2010). Immigration to the Land of Redistribution. *Economica*, 77, (308), 651-687. DOI:10.1111/j.1468-0335.2010.00859.x.
- Bogain, A. (2018). Terrorism and the discursive construction of national identity in France, *National Identities*, 21(3), 241-265. DOI: 10.1080/14608944.2018.1431877.
- Bosniak, L. S. (1997). "Nativism" the Concept: Some Reflections." In *Immigrants Out! the New Nativism and the Anti-Immigrant Impulse in the United States*, edited by J. F. Perea, 279–299. New York and London: University of New York Press.
- Breuilly, J. (1993). *Nationalism and the State*. Manchester University Press.
- Brown, K., Mondon, A., & Winter, A. (2021). The far right, the mainstream and mainstreaming: Towards a heuristic framework, *Journal of Political Ideologies*. 28(2), 162-179. DOI: 10.1080/13569317.2021.1949829.
- Brubaker, R. (1992). *Citizenship and nationhood in France and Germany*. Harvard University Press. ISBN:0-674-13178-9 (pbk.)
- Brubaker, R. (1996). *Nationalism reframed: Nationhood and the national question in the new Europe*. Cambridge University Press. ISBN-13 978-0-521-57649-9 (pbk.).
- Brubaker, R. (2017). Between nationalism and civilizationism: The European populist moment in comparative perspective, *Ethnic and Racial Studies*, 40(8), 1191-1226. DOI: 10.1080/01419870.2017.129470.
- Caiani, M., & Weisskircher, M. (2022). Anti-nationalist Europeans and pro-European nativists on the streets: Visions of Europe from the left to the far right, *Social Movement Studies*, 21(1-2), 216-233. DOI: 10.1080/14742837.2021.2010527.
- Caiani, M., & Císař, O. (Eds.). (2018). *Radical right movement parties in Europe*. Routledge. (ebook-version). ISBN: 978-1-315-12385-1.
- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. C 202/389 de 7.6.2016 [Consult. 19 julho 2023] Disponível em EUR-Lex. URL: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016P/TXT&from=FR>
- Castoriadis, C. (1997). *The Imaginary Institution of Society*. The MIT Press Cambridge, Massachusetts.
- Chabal, E. (2010). Writing the French national narrative in the twenty-first century. *The Historical Journal*, 53(2), 495-516. DOI: <http://www.jstor.org/stable/40865699>.

- Chabal, E. (2016). From the banlieue to the burkini: The many lives of French republicanism, *Modern & Contemporary France*, 25(1), 68-74. DOI: 10.1080/09639489.2016.124616.
- Chabal, E. (2015). *A Divided Republic: Nation, State and Citizenship in Contemporary France*. In *A Divided Republic: Nation, State and Citizenship in Contemporary France* (p. 1). Cambridge: Cambridge University Press.
- Chabal, E., & Behrent, M. C. (2022). Between neo-liberalism and the nation: France's political landscape in 2022, *Modern & Contemporary France*, 30(4), 517-533. DOI: 10.1080/09639489.2022.2134327.
- Chaichian, M., & Sadri, H. (2019). Gendered identity formation in post-colonial France: The case of French Muslims of Maghrebi origins with a focus on Algeria, *Culture and Religion*, 20(3), 272-301. DOI: 10.1080/14755610.2019.1705031.
- Cheneval, F., Lavenex, S., & Schimmelfennig, F. (2015). Demoi-cracy in the European Union: Principles, institutions, policies, *Journal of European Public Policy*. 22(1), 1-18. DOI: 10.1080/13501763.2014.886902.
- Christensen, B. J. & Kowalczyk, C. (2017). Introduction to Globalization: Strategies and Effects. In B. Christensen & C. Kowalczyk (Eds.), *Globalization: Strategies and Effects* (pp.1-16). Springer. DOI: 10.1007/978-3-662-49502-5.
- Coutinho, S. (2022). Perspetivas teóricas sobre mobilidade e religião. *REVER: Revista de Estudos da Religião*, 22(1), 11-24. DOI: <https://doi.org/10.23925/10.23925/1677-1222.2021vol22i1a>.
- Comtat, E. (2018). From indigènes to immigrant workers: Pied-noir perceptions of Algerians and people of Algerian origin in postcolonial France, *Settler Colonial Studies*, 8(2), 262-282. DOI: 10.1080/2201473X.2016.1273874.
- Cooper, F. (2022). Citizenship and difference in France: Colonial histories and postcolonial controversies, *Citizenship Studies*, 26(4-5), 418-425. DOI: 10.1080/13621025.2022.2091222.
- Cremer, T. (2022) Defenders of the Faith? How shifting social cleavages and the rise of identity politics are reshaping right-wing populists' attitudes towards religion in the West, *Religion, State and Society*, 50(5), 532-552. DOI: 10.1080/09637494.2022.2104097.
- Csehi, R. (2023). The challenge populist governments pose for the process and theory of European integration, *West European Politics*, 46(1), 219-240. DOI: 10.1080/01402382.2021.1988388.

Cuche, D. (2006). *A Noção de Cultura nas ciências sociais*. Fim de Século. (3ª ed.). ISBN: 972-754-246-8.

Davies, P. (1999). *The National Front in France: Ideology, discourse and power*. Routledge. ISBN:9780203006825.

Daly, E. (2012). The Ambiguous Reach of Constitutional Secularism in Republican France: Revisiting the Idea of Laïcité and Political Liberalism as Alternatives. *Oxford Journal of Legal Studies*, 32(3), 583–608. DOI: <http://www.jstor.org/stable/41682794>.

De Bruin, R. (2022). European union as a road to serfdom: The Alt-Right's inversion of narratives on European integration, *Journal of Contemporary European Studies*, 30(1), 52-66. DOI: 10.1080/14782804.2021.1960489.

De Cleen, B., & Stavrakakis, Y. (2017). Distinctions and Articulations: A Discourse Theoretical Framework for the Study of Populism and Nationalism, *Javnost - The Public*, 24(4), 301-319. DOI: 10.1080/13183222.2017.1330083.

De Cleen, B., Glynos, J., & Mondon, A. (2018). Critical research on populism: Nine rules of engagement. *Organization*, 25(5), 649–661. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350508418768053>.

De Genova, N. (2016). The 'native's point of view' in the anthropology of migration. *Anthropological Theory*, 16(2–3), 227–240. DOI: <https://doi.org/10.1177/1463499616652513>.

Down, I., & Joon Han, K. (2021). Far right parties and 'Europe': Societal polarization and the limits of EU issue contestation, *Journal of European Integration*, 43(1), 65-81. DOI: 10.1080/07036337.2020.1728263.

Durovic, A. (2019). The French elections of 2017: Shaking the disease?, *West European Politics*, 42(7), 1487-1503. DOI: 10.1080/01402382.2019.1591043.

Engesser, S., Ernst, N., Esser, F., & Büchel, F. (2017). Populism and social media: How politicians spread a fragmented ideology, *Information, Communication & Society*, 20(8), 1109-1126. DOI: 10.1080/1369118X.2016.1207697.

Evans, J., & Ivaldi, G. (2017). *The 2017 French presidential elections: A political reformation?*. Springer. ISBN 978-3-319-68327-0 (eBook-version).

Ferreira, M. (2005). *A política externa europeia: Uma reflexão sobre a União Europeia como actor internacional*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. ISBN 972-8726-48-1.

- Fitzi, G., Mackert, J., & Turner, B. S. (Eds.). (2018). *Populism and the Crisis of Democracy: Volume 3: Migration, Gender and Religion*. Routledge. ISBN: 978-1-315-10805-6. (ebook-version).
- Ford, R. (2005). *Racial Culture: A Critique*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Gattinara, P., & Pirro, A. (2019). The far right as social movement, *European Societies*, 21(4), 447-462. DOI: 10.1080/14616696.2018.1494301.
- Gattinara, P. & Froio, C. (2022). Politicizing Europe on the far right: Anti-EU mobilization across the party and non-party sector in France, *Social Movement Studies*, 21(1-2), 199-215. DOI: 10.1080/14742837.2021.1944851.
- Geva, D. (2020a). Daughter, mother, captain: Marine Le Pen, gender, and populism in the French National Front. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 27(1), 1-26. DOI: <https://doi.org/10.1093/sp/jxy039>.
- Geva, D. (2020b). A double-headed hydra: Marine Le Pen's charisma, between political masculinity and political femininity, *NORMA*, 15(1), 26-42. DOI: 10.1080/18902138.2019.1701787.
- Gellner, E. (1987). *Culture, identity, and politics*. Cambridge University Press. ISBN:0521336678.
- Giorgi, A. (2021). European Union, populism and religious minorities: Complex entanglements, *European Politics and Society*, 22(4), 538-549. DOI: 10.1080/23745118.2020.1801184.
- Goodliffe, G. (2012). The Price of Disengagement: Radical Populism in France and Germany, *Journal of Contemporary European Studies*, 20(2), 137-160. DOI: 10.1080/14782804.2012.685388.
- Habermas, J. (1994). Lutas pelo reconhecimento no Estado democrático constitucional. In C. Taylor (org.), *Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento* (pp. 125-164). Instituto Piaget. ISBN: 972-771-016-6.
- Hainsworth, P. (2004). The extreme right in France: The rise and rise of Jean-Marie Le Pen's front national. *Representation*, 40(2), 101-114. DOI: 10.1080/00344890408523253.
- Hameleers, M., Bos, L., & Vreese, C. H. (2017). The Appeal of Media Populism: The Media Preferences of Citizens with Populist Attitudes, *Mass Communication and Society*, 20(4), 481-504. DOI: 10.1080/15205436.2017.1291817.

- Hameleers, M., & Vliegthart, R. (2020). The Rise of a Populist Zeitgeist? A Content Analysis of Populist Media Coverage in Newspapers Published between 1990 and 2017, *Journalism Studies*, 21(1), 19-36. DOI: 10.1080/1461670X.2019.1620114.
- Hayat, S. (2015). THE REVOLUTION OF 1848 IN THE HISTORY OF FRENCH REPUBLICANISM. *History of Political Thought*, 36(2), 331–353. <http://www.jstor.org/stable/26228602>.
- Heinisch, R., Masetti., E. & O. Mazzoleni, eds. (2020). *The People and the Nation: Populism and Ethno-territorial Politics in Europe*. Abingdon: Routledge. ISBN: 9781351265560 (e-book version).
- Hewlett, N., & Kuhn, R. (2022). Reflections on the 2022 elections in France, *Modern & Contemporary France*, 30(4), 393-409. DOI: 10.1080/09639489.2022.2134325.
- Hobolt, S. (2016). The Brexit vote: A divided nation, a divided continent, *Journal of European Public Policy*, 23(9), 1259-1277. DOI: 10.1080/13501763.2016.1225785.
- Hobsbawm, E. J. (2004). *A questão do nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780*. Terramar. (2ª Edição). ISBN: 972-710-193-3.
- Hutchins, R. D., & Halikiopoulou, D. (2020). Enemies of liberty? Nationalism, immigration, and the framing of terrorism in the agenda of the Front National. *Nations and Nationalism*, 26(1), 67-84. DOI: <https://doi.org/10.1111/nana.12555>.
- Ivaldi, G. (2018). Contesting the EU in times of crisis: The Front National and politics of Euroscepticism in France. *Politics*, 38(3), 278-294. DOI: <https://doi.org/10.1177/0263395718766787>.
- Jennings, J. (2011). *Revolution and the republic: A history of political thought in France since the eighteenth century*. Oxford University Press. ISBN: 9780191728587 (e-book version).
- Johansson, T. (2022). In defence of multiculturalism – Theoretical challenges. *International Review of Sociology*. DOI: 10.1080/03906701.2022.2045141.
- Johnston, S. A. T. (2023). Choose your target wisely: How the EU shapes nationalism in contemporary Europe, *West European Politics*, 46(1), 196-218. DOI: 10.1080/01402382.2021.2022878.
- Joon Han, K. (2015). The Impact of Radical Right-Wing Parties on the Positions of Mainstream Parties Regarding Multiculturalism, *West European Politics*, 38(3), 557-576. DOI: 10.1080/01402382.2014.981448.

- Kastoryano, R. (2018). Multiculturalism and interculturalism: Redefining nationhood and solidarity. *Comparative Migration Studies*, 6(17), 1–11. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40878-018-0082-6>.
- Kaunert, C., Deus Pereira, J., & Edwards, M. (2022). Thick Europe, ontological security and parochial Europe: The re-emergence of far-right extremism and terrorism after the refugee crisis of 2015, *European Politics and Society*, 23(1), 42-61. DOI: 10.1080/23745118.2020.1842699.
- Kaya, A., Robert, M.V., & Tecmen, A. (2019). Populism in Turkey and France: Nativism, multiculturalism and Euroskepticism, *Turkish Studies*, 21(3), 361-391. DOI: 10.1080/14683849.2019.1637260.
- Kaya, A. (2021). The use of the past by the *Alternative for Germany* and the *Front National*: Heritage populism, *Ostalgia* and Jeanne D'Arc, *Journal of Contemporary European Studies*. 31(2), 318-331. DOI: 10.1080/14782804.2021.1981835.
- Keukeleire, S., & Delreux, T. (2014). *The Foreign Policy of the European Union*. (2nd ed.). Palgrave Macmillan. DOI 10.1007/978-1-137-02576-0.
- Kinnvall, C. (2015). Borders and Fear: Insecurity, Gender and the Far Right in Europe, *Journal of Contemporary European Studies*, 23(4), 514-529. DOI: 10.1080/14782804.2015.1056115.
- Kokkonen, A., & Linde, J. (2023). Nativist attitudes and opportunistic support for democracy, *West European Politics*, 46(1), 49-72. DOI: 10.1080/01402382.2021.2007459.
- Kowert, P. (1998). National identity: Inside and out, *Security Studies*, 8(2-3), 1-34. DOI: 10.1080/09636419808429373.
- Krämer, B. (2017). Populist online practices: The function of the Internet in right-wing populism, *Information, Communication & Society*, 20(9), 1293-1309. DOI: 10.1080/1369118X.2017.1328520.
- Kupchan, C. A. [ed. lit.] (1995). *Nationalism and nationalities in the New Europe*. A council on foreign relations book. New York: Cornell University Press. ISBN: 0-8014-8276-3.
- Kymlicka, W. (2007). *Multicultural Odysseys. Navigating the new international politics of diversity*. Oxford University Press. ISBN: 9780199280407. (e-book version).
- Laclau, E. (2005). *On Populist Reason*. London: Verso. ISBN: 1-85984-651-3.

- Lamont, C. (2015). *Research methods in international relations*. London: SAGE publications. (e-book version).
- Lewis-Beck, M., Nadeau, R., & Bélanger, É. (2012). *French presidential elections*. Springer. ISBN: 978-1-349-33582-4 (e-book version).
- Loch, D. (2018). Populism and the radical right in Europe: The paradigmatic case of the French Front National. In Fitzi, G., Mackert, J., & Turner, B. S. (Eds.). (2019). *Populism and the Crisis of Democracy: Volume 2: Politics, Social Movements and Extremism*. (pp. 85-115). Routledge.
- Lochocki, T. (2018). The rise of populism in Western Europe - A Media Analysis on Failed Political Messaging. *Cham, Switzerland: Springer*. ISBN: 978-3-319-62854-7.
- McDonnell, D., & Werner, A. (2019). Differently Eurosceptic: radical right populist parties and their supporters, *Journal of European Public Policy*, 26(12), 1761-1778. DOI: 10.1080/13501763.2018.1561743.
- Macmillan, C. (2022). Ontological (In)security in the Rassemblement National's dystopian narrative of the EU, *Journal of Contemporary European Studies*. DOI: 10.1080/14782804.2022.2141211.
- Manners, I. (2002). Normative Power Europe: A Contradiction in Terms?. *Journal of Common Market Studies*, 40(2), 235-258. DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-5965.00353>.
- Marcos-Marne, M., Llamazares, I., & Shikano, S. (2022). Left-Right radicalism and Populist attitudes in France and Spain, *Journal of Contemporary European Studies*, 30(4), 608-622. DOI: 10.1080/14782804.2021.1918650.
- Marcus, J. (1995). *The National Front and French Politics: The Resistible Rise of Jean-Marie Le Pen*. NYU Press. ISBN: 978-0-333-64648-9.
- May, P. (2015). French cultural wars: Public discourses on multiculturalism in France (1995–2013), *Journal of Ethnic and Migration Studies*. 42(8), 1334-1352. DOI: 10.1080/1369183X.2015.1093412.
- Mayer, N. (2022). The impact of gender on votes for the populist radical rights: Marine Le Pen vs. Eric Zemmour, *Modern & Contemporary France*, 30(4), 445-460. DOI: 10.1080/09639489.2022.2134328.

McMahon, R. (2022). Is Alt-Europe possible? Populist radical right counternarratives of European integration, *Journal of Contemporary European Studies*, 30(1), 10-25. DOI: 10.1080/14782804.2021.1919865.

Ministère De L'Intérieur Et Des Outre-Mer. (2002). Résultats de l'élection présidentielle 2002. [Consultado a: 14 Dezembro de 2022]. Disponível em: [https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle_2002/\(path\)/presidentielle_2002/index.html](https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle_2002/(path)/presidentielle_2002/index.html).

Ministère De L'Intérieur Et Des Outre-Mer. (2017). Résultats de l'élection présidentielle 2017. [Consultado a: 14 Dezembro de 2022]. Disponível em: [https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle-2017/\(path\)/presidentielle-2017/FE.html](https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle-2017/(path)/presidentielle-2017/FE.html).

Ministère De L'Intérieur Et Des Outre-Mer. (2022). Résultats de l'élection présidentielle 2022. [Consultado a: 14 Dezembro de 2022]. Disponível em: [https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Lesresultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle-2022/\(path\)/presidentielle-2022/index.html](https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Lesresultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle-2022/(path)/presidentielle-2022/index.html).

Modood, T. (2019). *Essays on secularism and multiculturalism*. Rowman & Littlefield. ISBN: 978-1-78552-317-5 (electronic version).

Mondon, A. (2014). The Front National in the twenty-first century: From Pariah to Republican Democratic contender?. *Modern & Contemporary France*, 22(3), 301-320. DOI: <https://doi.org/10.1080/09639489.2013.872093>.

Mondon, A. (2015). The French secular hypocrisy: The extreme right, the Republic and the battle for hegemony, *Patterns of Prejudice*, 49(4), 392-413. DOI: 10.1080/0031322X.2015.1069063.

Morini, M. (2018). Front National and Lega Nord: two stories of the same Euroscepticism. *European Politics and Society*, 19(1), 1-19. DOI: <https://doi.org/10.1080/23745118.2017.1295569>.

Morin, P. M. (2023). The private and political heritage of the Algerian War among French youth, *Modern & Contemporary France*, 31(1), 33-57. DOI: 10.1080/09639489.2022.2158792.

Mortimer, R. (2023). The Stora Report, *Modern & Contemporary France*, 31(1), 7-16. DOI: 10.1080/09639489.2022.2083091.

- Mudde, C. (2007). *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press. DOI:10.1017/CBO9780511492037.
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: A Very Short Introduction*. Oxford. Oxford University Press. ISBN: 9780190234904.
- Mudde, C. (2020). O regresso da ultradireita: Da direita radical à direita extremista. Biblioteca do século. Barcarena. Presença. ISBN 978-972-23-6652-6.
- Murphy, M. (2012). *Multiculturalism: A critical introduction*. Routledge. ISBN 9780203152768.
- Nai, A. (2021). Fear and Loathing in Populist Campaigns? Comparing the Communication Style of Populists and Non-populists in Elections Worldwide, *Journal of Political Marketing*, 20(2), 219-250. DOI: 10.1080/15377857.2018.1491439.
- Newth, G. (2023). Rethinking 'Nativism': Beyond the ideational approach, *Identities*, 30(2), 161-180. DOI: 10.1080/1070289X.2021.1969161.
- Oshri, O., Sheaffer, T., & Shenhav, S. R. (2016). A community of values: Democratic identity formation in the European Union. *European Union Politics*, 17(1), 114-137. DOI: <https://doi.org/10.1177/1465116515608957>.
- Polyakova, A., & Fligstein, N. (2016). Is European integration causing Europe to become more nationalist? Evidence from the 2007–9 financial crisis, *Journal of European Public Policy*, 23(1), 60-83. DOI: 10.1080/13501763.2015.1080286.
- Pratt, J. C. (2003). *Class, nation, and identity: the anthropology of political movements*. Pluto press. ISBN: 0745316719 (paperback).
- Robert, M. V., & Kaya, A. (2023). Political drivers of Muslim youth radicalisation in France: Religious radicalism as a response to nativism, *Journal of Contemporary European Studies*. DOI: 10.1080/14782804.2023.2193734.
- Rodi, P., Karavasilis, L., & Puleo, L. (2021). When nationalism meets populism: examining right-wing populist & nationalist discourses in the 2014 & 2019 European parliamentary elections, *European Politics and Society*. DOI: 10.1080/23745118.2021.1994809.
- Rueda, D. (2022). A certain idea of France's past: Marine Le Pen's history wars, *European Politics and Society*, 24(4), 445-460. DOI: 10.1080/23745118.2022.2058751.

- Rydgren, J. (2008). France: The Front National, Ethnonationalism and Populism. In Albertazzi, D., & McDonnell, D. (Eds.). (2008). *Twenty-first century populism: The spectre of Western European democracy*, 166-180. Springer.
- Salgado, S., Luengo, O. G., Papathanassopoulos, S., Suiter, J., & Stępińska, A. (2022). Crisis and populism: A comparative study of populist and non-populist candidates and rhetoric in the news media coverage of election campaigns, *European Politics and Society*, 23(5), 563-578. DOI: 10.1080/23745118.2021.1896882.
- Santos, L.A.B., & Lima, J.M.M. (Coord.) (2019). Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação (2.ª ed., revista e atualizada). *Cadernos do IUM*, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Santos, R., & Roque, S. (2021). The populist far-right and the intersection of anti-immigration and antifeminist agendas: The Portuguese case. *DiGeSt: Journal of Diversity and Gender Studies*, (8)1, 42-58. DOI: 10.21825/digest.v8i1.16958.
- Schwörer, J., & Romero-Vidal, X. (2020). Radical right populism and religion: mapping parties' religious communication in Western Europe, *Religion, State & Society*, 48(1), 4-21. DOI: 10.1080/09637494.2019.1704611.
- Scipioni, M. (2018). Failing forward in EU migration policy? EU integration after the 2015 asylum and migration crisis, *Journal of European Public Policy*, 25(9), 1357-1375. DOI: 10.1080/13501763.2017.1325920.
- Silverstein, P. A. (2008). The context of antisemitism and Islamophobia in France, *Patterns of Prejudice*, 42(1), 1-26. DOI: 10.1080/00313220701805877.
- Smeeke, A., & Verkuyten, M. (2015). The presence of the past: Identity continuity and group dynamics, *European Review of Social Psychology*, 26(1), 162-202. DOI: 10.1080/10463283.2015.1112653.
- Smith, A. D. (1979). *Nationalism in the twentieth century*. Australian National University Press. ISBN:0708118194.
- Smith, A. D. (1986). *The ethnic origins of nations*. Blackwell publishing.
- Sousa Santos, B. (1997). *Pela Mão de Alice. O Social e Político na Pós-Modernidade*. (6ª ed.). Edições Afrontamento. ISBN: 927-36-0330-6.

Startin, N. (2014). Contrasting Fortunes, Differing Futures? The Rise (and Fall) of the Front National and the British National Party, *Modern & Contemporary France*, 22(3), 277-299. DOI: 10.1080/09639489.2014.932524.

Stavrakakis, Y., Katsambekis, G., Nikisianis, N., Kioupiolis, A., & Siomos, T. (2017). Extreme right-wing populism in Europe: Revisiting a reified association, *Critical Discourse Studies*, 14(4), 420-439. DOI: 10.1080/17405904.2017.1309325.

Steele, B. J., & Homolar, A. (2019). Ontological insecurities and the politics of contemporary populism, *Cambridge Review of International Affairs*, 32(3), 214-221. DOI: 10.1080/09557571.2019.1596612.

Stockemer, D. (2017a). The success of radical right-wing parties in Western European regions – New challenging findings, *Journal of Contemporary European Studies*, 25(1), 41-56. DOI: 10.1080/14782804.2016.1198691.

Stockemer, D. (2017b). *The Front National in France: Continuity and Change Under Jean-Marie Le Pen and Marine Le Pen*. Springer. ISBN 978-3-319-49640-5 (eBook version).

Surel, Y. (2019). How to stay populist? The Front National and the changing French party system, *West European Politics*, 42(6), 1230-1257. DOI: 10.1080/01402382.2019.1596693.

Taggart, P., & Szczerbiak, A. (2018). Putting Brexit into perspective: The effect of the Eurozone and migration crises and Brexit on Euroscepticism in European states. *Journal of European Public Policy*, 25(8), 1194-1214. DOI: <https://doi.org/10.1080/13501763.2018.1467955>.

Taylor, C. [et al.]. (1994). *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN 972-771-016-6;

Tratado da União Europeia (Versão consolidada 2016). JO C 202 de 7.6.2016. [Consult. 19 Julho 2023]. Disponível em EUR – Lex. URL: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:2bf140bf-a3f8-4ab2-b506fd71826e6da6.0022.02/DOC_1&format=PDF.

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (Versão consolidada 2016). JO C 202 de 7.6.2016. [Consult. 19 Julho 2023] Disponível em EUR – Lex. URL: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:2bf140bf-a3f8-4ab2-b506fd71826e6da6.0022.02/DOC_2&format=PDF

- Treib, O. (2021). Euroscepticism is here to stay: What cleavage theory can teach us about the 2019 European Parliament elections, *Journal of European Public Policy*, 28(2), 174-189. DOI: 10.1080/13501763.2020.1737881.
- Triandafyllidou, A. (1998). National identity and the 'other', *Ethnic and Racial Studies*, 21(4), 593-612. DOI: 10.1080/014198798329784.
- Van Campenhoudt, L., Maquet, J., & Quivy, R. (2017). *Manual de investigação em ciências sociais*. (5ª edição). Lisboa. Gradiva. Edição: setembro de 2019. ISBN: 9789896169299.
- Vasconcelos, Á. (coord.) (1999). *Valores da Europa: Identidade e legitimidade*. (1ª Edição). Principia, Publicações Universitárias e Científicas. ISBN: 972-8500-14-9.
- Verkuyten, M. (2006). Multicultural recognition and ethnic minority rights: A social identity perspective, *European Review of Social Psychology*, 17(1), 148-184. DOI: 10.1080/10463280600937418.
- Volcic, Z., & Andrejevic, M. (2023). Automated media and commercial populism, *Cultural Studies*, 37(1), 149-167, DOI: 10.1080/09502386.2022.2042581.
- Waldron, J. (1995). 'Minority Cultures and the Cosmopolitan Alternative', in W. Kymlicka (ed.) *The Rights of Minority Cultures*, Oxford: Oxford University Press.
- Weil, P. (2016). The French Republic: Meanings and Directions, Politics, *Religion & Ideology*, 17(4), 418-423. DOI: 10.1080/21567689.2016.1265735.
- Wellings, B. (2021). Brexit, nationalism and disintegration in the European Union and the United Kingdom, *Journal of Contemporary European Studies*, 29(3), 322-334, DOI: 10.1080/14782804.2020.1753664.
- Wheatley, W., Robbins, J., Hunter, L. Y., & Ginn, M. H. (2020). Terrorism's effect on Europe's centre-and far-right parties. *European Political Science*, 19, 100-121. DOI: <https://doi.org/10.1057/s41304-019-00210-8>.
- Wrong, D. (1997). Cultural relativism as ideology, *Critical Review: A Journal of Politics and Society*, 11(2), 291-300. DOI: 10.1080/08913819708443458.
- Zapata-Barrero, R. (2020). Rebooting European Identity: intercultural citizenship for building the future of a Diverse Europe, *Journal of Contemporary European Studies*, 28(2), 153-166. DOI: 10.1080/14782804.2019.1686346.
- Zeglen, D., & Ewen, N. (2020). National populists: right-wing celebrity politicians in contemporary Europe, *Celebrity Studies*, 11(3), 271-286. DOI: 10.1080/19392397.2020.1800665.